

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CAMILA MAXIMIANO MIRANDA

**O ESTADO E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL IMPLANTADAS NO SISTEMA PRISIONAL**

**UBERLÂNDIA
2008**

CAMILA MAXIMIANO MIRANDA

**O ESTADO E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL IMPLANTADAS NO SISTEMA PRISIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Políticas e Gestão em Educação

Orientador (a): Professora Dra. Maria Vieira Silva

UBERLÂNDIA – MG
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M672e Miranda, Camila Maximiano, 1981-
O Estado e as políticas de qualificação profissional

implantadas no sistema prisional / Camila Maximiano

Miranda. - 2008.

1 f.193 : il.

Orientador: Maria Vieira Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia
Pro-

grama de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação e Estado - Teses. 2. Prisões - Educação -
Teses. I. Silva, Maria Vieira. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III.
Título.

CDU:

37.014.5

amila Maximiano Miranda

O Estado e as Políticas de Qualificação Profissional implantadas no sistema prisional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Políticas e Gestão em Educação

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maria Vieira Silva – UFU

Prof. Dr. Fernando Selmar Rocha Fidalgo - UFMG

Prof. Dr. Selmo Haroldo de Resende - UFU

*Para meu pai Carlos, minha
mãe Edna, meu esposo
Rodrigo, pelo incentivo,
apoio, carinho e
compreensão e para minha
filha Rafaela com o meu
imensurável amor. A vocês
dedico toda a minha
conquista, porque ela
também lhes pertence.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para vencer todos os obstáculos, por permanecer ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais Carlos e Edna que muitas vezes sacrificaram os seus sonhos para que o meu fosse realizado, que me incentivaram para que não desistisse de meus ideais.

Ao meu esposo Rodrigo pelo incentivo, carinho, amor e compreensão. Ao teu lado encontrei tudo o que necessitava para buscar com determinação as minhas metas.

À minha filha Rafaela pelo amor, ternura, carinho e compreensão. A você luz da minha vida e razão do meu viver, o meu sincero e eterno agradecimento.

Ao meu irmão Vítor pelo seu carinho e pelas suas sábias palavras que me aconselharam nos momentos mais difíceis da minha vida.

À minha orientadora Maria Vieira expressei os meus agradecimentos e o meu respeito, que sempre serão poucos diante do muito que me ofereceu.

Ao professor Carlos Lucena a minha homenagem e gratidão por ter contribuído para a realização deste sonho.

A todos os professores que muito colaboraram para o avanço do meu conhecimento.

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Educação: James e a Gianni, que sempre se mostraram prestativos e dispostos a nos ajudar com carinho e alegria.

Aos Professores Selmo Haroldo e Mara Rúbia pelas preciosas intervenções teórico-metodológicas no Exame de Qualificação. E ao professor Fernando Selmar Rocha Fidalgo, por ter aceitado o convite de compor a banca da defesa e participar comigo deste momento especial da minha vida.

Aos meus colegas e amigos, em especial, Jane, Aline, Helayne, Valdeir e Kênia, pelo apoio, pelas orações e pelos momentos felizes que passamos juntos. Desejo que o carinho nascido entre nós seja maior que a distância que possa nos separar.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esta conquista se realizasse, os meus sinceros agradecimentos.

*É por isso que preciso de
tudo ousar
Sem nunca ter descanso
Não fiquemos calados
Sem nos querermos realizar
Não nos submetamos
Silenciosos e crédulos
Ao jugo humilhante
Pois que nos restam o desejo
e a paixão
Pois que nos resta a ação*
KARL MARX

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Cultivo de hortaliças em terreno da apac	124
FIGURA 2: Cultivo de hortaliças no quintal de um sentenciado.....	124
FIGURA 3: Colheita de frutas e hortaliças	125
FIGURA 4: Curso de culinária.....	125
FIGURA 5: Curso de culinária.....	126
FIGURA 6: Curso de jardinagem.....	126
FIGURA 7: Curso de artesanato.....	127
FIGURA 8: Visita a instituições assistenciais.....	127
FIGURA 9: Cultos ecumênicos.....	128
FIGURA 10: Ciclo exclusão-inclusão-exclusão.....	144

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Número de ocorrências policiais de 2004 a 2005.....	97
TABELA 2: Nível de escolaridade da população de Uberlândia.....	103
TABELA 3: Número de ocorrências de taxas de crimes violentos em Uberlândia de 1999 a 2002.	104
TABELA 4: Taxa de ocorrência de roubos por setor Uberlândia de 1999 a 2002.....	104
TABELA 5: Número de ocorrências e taxas de homicídios por setor em Uberlândia de 1999 a 2002	105
TABELA 6: Crimes violentos em Uberlândia em números absolutos.....	108
TABELA 7: Quantidade de pobres e miseráveis em três países da América latina.....	141

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Recurso comprometido com as políticas de emprego em proporção ao produto interno bruto e a taxa de desemprego no ano de 2000.....	72
GRÁFICO 2: Movimento econômico da atividade criminosa no Brasil.....	98
GRÁFICO 3:Taxa de crimes violentos por 100000 hab. Em minas gerais.....	102
GRÁFICO 4: Número de ocorrência de estupro em Uberlândia.....	106

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
2. CAPÍTULO I - OS DESDOBRAMENTOS DA GLOBALIZAÇÃO, DO NEOLIBERALISMO E DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MUNDO DO TRABALHO	41
2.1 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO	41
2.2 O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS	50
2.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O TOYOTISMO E AS NOVAS FORMAS DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO.....	55
2.4 OS EFEITOS DELETÉRIOS DA NOVA ORDEM SOCIETAL SOBRE O MUNDO DO TRABALHO.....	61
3. CAPÍTULO II - A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE: OS CONTORNOS ASSUMIDOS PELA CRIMINALIDADE EM UBERLÂNDIA/MG.....	81
3.1 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE.....	81
3.2 A CRIMINALIDADE EM UBERLÂNDIA/MG	100
3.3 O COMBATE À CRIMINALIDADE NA CIDADE DE UBERLÂNDIA	110
4. CAPÍTULO III - OS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL IMPLANTADOS NO SISTEMA PRISIONAL.....	119
4.1 AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL IMPLANTADAS NO SISTEMA PRISIONAL	119
4.2 O CICLO EXCLUSÃO-INCLUSÃO-EXCLUSÃO: AS “MODERNAS” FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL E OS MECANISMOS DE REINSERÇÃO SOCIAL IMPLANTADOS NO SISTEMA PRISIONAL.	138

4.3	POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O DISCURSO DA POTENCIALIZAÇÃO DA EMPREGABILIDADE	145
4.4	O SISTEMA PRISIONAL E AS PROPOSTAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS SENTENCIADOS	152
4.5	A DESERÇÃO DO ESTADO PARA COM O SISTEMA PRISIONAL	158
4.6	OS SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS SENTENCIADOS NA PRISÃO	164
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		171
6. ANEXOS		177
7. REFERÊNCIAS		185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BM	Banco Mundial
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CDL	Câmara dos Dirigentes Logistas
CEAPA	Central de Apoio a Penas e Medidas Alternativas
CECAC	Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina
CEVIO	Centro de Estudo da Violência
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COPOM	Centro de operação Policial e Militar
CTC	Comissão Técnica de Classificação
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBAC	Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JCC	Jovens Construindo a Cidadania
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno bruto
PIR	Programa Individualizado de Ressocialização
PISC	Posto Integrado de Segurança e Cidadania
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPE	Políticas Públicas de Emprego

PROERD	Programa Nacional de Resistência às Drogas
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SMED	Single Minute Echange Die
SPEC	Superintendência de Prevenção à Criminalidade

RESUMO

Os contornos que a criminalidade tem assumido na sociedade contemporânea nos levam a refletir sobre as novas configurações assumidas pela sociedade contemporânea ensejada pelos efeitos da globalização, da ascensão e consolidação do neoliberalismo e das transformações do mundo do trabalho ocasionadas pela reestruturação produtiva. Tais processos são resultantes da crise estrutural do capital, e muito contribuem para intensificar os processos de precarização do trabalho e aumentar os índices de desemprego. Tendo como referência esse panorama social, esse trabalho propõe-se a analisar o papel do Estado no processo de gestão das políticas educacionais que visam minimizar a criminalidade mediante a qualificação profissional para reinserção no mercado laboral dos egressos do sistema prisional. O estudo enfoca a relação entre a esfera pública e as organizações não governamentais responsáveis pela oferta dos programas de qualificação e da prevenção da criminalidade. Parto do suposto que as políticas de qualificação profissional implantadas nos sistemas prisionais não contribuem para a redução da reincidência criminal retro-alimentando o binômio inclusão/exclusão. A pesquisa coloca em relevo as vozes e percepções dos sentenciados e gestores sobre o Estado e as políticas educacionais implantadas no sistema prisional. Esse estudo evidencia por meio de dados empíricos a inoperância dos processos de ressocialização do sentenciado mediante a incongruência e fragilidade da gestão das ações voltadas para a reinserção social e laboral do ex-apenado aliadas a deserção do Estado para com o sistema prisional.

Palavras Chave: Estado e sistema prisional, Políticas Educacionais, Ressocialização de apenados.

ABSTRACT

The range of criminality in modern society has led us to reflect about new social frameworks created as a result of globalization, of the growth and consolidation of neo liberalism, and of transformations in the work arena brought forth by new structuring of the productive forces. Such processes stem from the structural crises of capital, and highly contribute to intensifying the processes of instability of work augmenting the unemployment rate. Bearing this social panorama in mind, this paper aims to analyze the role of the State regarding the management of educational policies which aim to cut down on criminality by promoting professional qualification and re-training ex-convicts so as to enable them to re-enter the job market. This paper focuses on the relationship between the public sphere and non-governmental organizations that are responsible for offering/ implementing re-training and crime prevention programs. I assume that the professional qualification policies implemented within the prison system do not contribute to the reduction of relapse, but reinforce the inclusion / exclusion paradox. This research brings to the fore voices and perceptions of both convicts as well as of those in charge of the State educational policies implemented in the prison systems. This study shows, through empirical evidence, the unsuitability of the convicts' re-socialization processes, their uncertainties and the frailties of action plans to re-integrate ex-convicts in society and the job market, and also the State lack of interest in the prison system.

Key words: State and prison system, Educational Policies, Re-socialization of ex-convicts.

O ESTADO E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL IMPLANTADAS NO SISTEMA PRISIONAL

1. INTRODUÇÃO

Os expressivos contornos que a criminalidade têm assumido na sociedade contemporânea me leva a refletir sobre a nova ordem societal ensejada pelos efeitos da globalização, do neoliberalismo e das transformações do mundo do trabalho. Tais processos, por sua vez, são resultantes da crise estrutural do capital, cujos efeitos mais nefastos foram sentidos pelos trabalhadores, golpeados em seus mais elementares direitos e ainda submetidos a uma precarização do trabalho e ao desemprego estrutural.

A globalização é um dos elementos constitutivos e constituintes do capitalismo contemporâneo sendo consenso entre os críticos desse processo a existência do “desenvolvimento desigual e combinado”. Para a grande parte da humanidade, a globalização se impõe como uma *fábrica de perversidades* e redesenha um novo tipo de pobreza: a *pobreza estrutural globalizada* mediante os índices alarmantes de desemprego e os efeitos dele decorrentes (SANTOS 2004). Trata-se de uma pobreza generalizada, permanente e global, considerada como algo inerente ao próprio sistema capitalista, a qual, historicamente, é tida como algo natural e implacável.

Com a globalização, o capitalismo coloca em concorrência formações sociais que se situam em níveis de produtividade extremamente díspares, introduzindo a regressão social de um lado e sufocando o progresso social de outro.

Mediante a supressão de direitos sociais e garantias ao trabalho em nome da “flexibilização”. O neoliberalismo consolida políticas de minimização do Estado, contribuindo para a precarização, focalização e privatização das políticas públicas. Destarte, a ideologia neoliberal compreende:

Uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada numa idéia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de mercado) (NETTO e BRAZ, 2006, p.226).

O capitalismo acirra as desigualdades sociais, contribui para aumentar as taxas de desemprego e para o dismantelamento dos sistemas de proteção social como um caminho para o aumento dos postos de trabalho. O desemprego estrutural é, portanto, proveniente de determinações constitutivas da ordem econômica contemporânea. O desemprego tornou-se um ideal buscado pelas organizações públicas e privadas como um símbolo de sucesso, como estratégias bem sucedidas de ajustamento às condições de mercado.

Como resultados das medidas de corte neoliberal salientam-se o desemprego e a precarização do trabalho, a qual se manifesta de múltiplas formas. Essas duas faces da moeda – desemprego e precarização - contribuem para a degradação das condições de trabalho, reestruturando o mercado e alargando a heterogeneidade social com trabalhos parciais, terceirizados, temporários.

Presenciamos, atualmente, de acordo com Antunes (2006), um processo de *liofilização organizacional*, em que o *trabalho vivo* é substituído pelo *trabalho morto*, caracterizando o enxugamento das empresas. A *empresa enxuta* constrange, restringe, coíbe o *trabalho vivo*, ampliando o maquinário tecnocientífico, denominado por Marx de *trabalho morto*, reduzindo a força de trabalho e ampliando a sua produtividade (ibidem, p.44). Nesse sentido, com a introdução de novas tecnologias, o *quantum* de *trabalho vivo* necessário à valorização do capital diminui, reestruturando e modificando a produção, incrementando a flexibilidade, ocasionando a destruição do emprego e aumentando o desemprego estrutural.

A flexibilização das relações de trabalho, a diminuição do trabalho vivo no processo produtivo e a descentralização das cadeias de produção contribuem para o crescimento do excedente da mão-de-obra estrutural e geram uma constante instabilidade para os trabalhadores, incluindo aqueles que ainda permanecem empregados com registro em carteira. Há um processo de deterioração na qualidade da ocupação para os que trabalham no mercado formal, visto que uma grande parte destes trabalhadores passa a ter seus contratos flexibilizados por meio da subcontratação. Ocorrem, então, a redução de direitos e de salários e a intensificação da exploração do trabalho. Para os trabalhadores considerados excedentes da força de trabalho, restam ocupações na informalidade, caracterizadas pela precariedade na qualidade da atividade, nas condições de trabalho e salário e na organização por categoria (LIRA, 2006).

Tal situação é recorrente em diferentes contextos sociais e econômicos. Marx (1982) por exemplo, ao descrever a situação da classe trabalhadora do século XIX,

ressalta o surgimento de uma parcela significativa de trabalhadores excluídos do processo produtivo, a qual passa a fazer parte do exército de reserva da força de trabalho. Este resíduo da superpopulação relativa que vegeta no pauperismo é denominado por ele de lumpen-proletariado, o qual agrega a parcela degradada do proletariado: os “criminosos”¹, os “vagabundos” e as “prostitutas”. A esse respeito, Dorneles (1992) afirma:

As contradições do sistema capitalista explicam o processo criminalizador com base na lógica de funcionamento da relação capital-trabalho. A força de trabalho diretamente integrada à produção vive a desigualdade da relação entre o seu esforço e o benefício recebido, entre a energia gasta e a recompensa pela cessão de seu tempo de trabalho ao capital. A força de trabalho excedente, desempregada, se vê obrigada a garantir a sua existência através de artifícios e de estratégias de sobrevivência que vão do biscate ao crime. É a utilização de meios ilegítimos para compensar a falta dos meios legítimos de sobrevivência (DORNELES, 1992, p.57).

Diante dessa realidade, o trabalho constitui-se, pois, no elemento chave das análises desta investigação. O trabalho ocupa uma posição central na vida humana, por meio dele os homens atendem as suas necessidades de sobrevivência. O trabalho não se opera com uma interação imediata sobre a matéria natural, não se realiza cumprindo determinações genéticas, não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, o processo de trabalho:

(...) é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana (MARX, 1983, p.153).

Por meio do trabalho, o sujeito transforma a natureza e o seu sujeito, fazendo emergir um novo tipo de ser: o ser social. Nesse sentido, o trabalho deve ser pensado como a atividade exercida exclusivamente por homens membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social; o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu

¹ Não pretendo utilizar a palavra criminoso no sentido corrente, mas, sim, amortecer esta conotação convencional utilizando a expressão “criminalizados”.

o ser destes homens, o ser social. Foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal (MARX, 1983).

Nessa perspectiva, o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho (MARX, 1983). Assim, o trabalho é inerente ao ser social, tem um caráter histórico e universal, deixando de existir ativamente quando o ser social não existir mais.

O trabalho deveria ser algo prazeroso ao ser humano, porém a sociedade capitalista o transformou em mercadoria, estabelecendo um valor para a sua compra e fazendo com que a venda da força de trabalho fosse o único meio de sobrevivência da classe trabalhadora. Destarte, a vida produtiva do ser humano torna-se apenas meio de vida para o trabalhador, que se vê compelido a vender a sua atividade vital, uma vez que não é possuidor dos meios de produção. Assim, o proletário

(...) trabalha para viver. O operário nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, para ele é, antes, um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria transferida a um terceiro. Por isso o produto de sua atividade não é tampouco o objetivo dessa atividade (MARX, 1975, p.75).

Nesse contexto,

(...) o trabalhador e suas propriedades humanas só existem para o capital. Se ele não tem trabalho, não tem salário, não tem existência. Só existe quando se relaciona com o capital e, como este lhe é estranho, a vida do trabalhador é também estranha para ele próprio (QUINTANEIRO, 2003, p.52).

Dito de outra maneira, só existe para o capital aquele que tem um trabalho, um salário. Como já dizia Marx, *o malandro, o sem-vergonha, o mendigo, o faminto, o miserável, o delinqüente não existem para a economia política* (ibidem, p.52-53).

Tendo como referência a dimensão da criminalidade como um constructo social, esta investigação tem como propósito analisar o papel do Estado no processo de gestão das políticas educacionais que visam minimizar a criminalidade mediante a qualificação profissional para a reinserção no mercado laboral dos egressos do sistema prisional². O estudo enfoca a relação entre a esfera pública e as organizações não governamentais responsáveis pela oferta dos programas de qualificação e da prevenção da

² Denomino de sistema prisional um complexo de entidades composto por estabelecimentos penais, poder judiciário, policiais, dentre outros. Para efeitos dessa pesquisa, o foco de investigação circunscreve alguns estabelecimentos vinculados ao sistema: Presídio Professor Jacy de Assis, Penitenciária João Pimenta da Veiga, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e o Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPCU).

criminalidade. Um primeiro pressuposto desta investigação é que a criminalidade é uma produção social e a imensa maioria dos “criminosos” é proveniente da parcela degradada dos trabalhadores, a qual é submetida aos processos de precarização do trabalho. Sob tal perspectiva, há uma co-relação entre a precarização do trabalho e o aumento da criminalidade. Essa hipótese, à primeira vista, pode conotar um alto grau de obviedade. Contudo, em diferentes segmentos da sociedade atual, circulam discursos em que a criminalidade é abstraída dos elementos histórico-culturais que a produzem, dificultando a reflexão entre os processos de inter-relação entre o “fato-criminoso” e as determinações sociais. Diferentemente dessa perspectiva, a criminalidade é aqui assumida na sua dimensão social e histórica, e como produzida pelas mazelas da sociedade capitalista. Assim, tal dimensão se contrapõe ao viés moralista e hedonista, que atribui a criminalidade a um “desvio de caráter” de forma individualizada.

A pesquisa possui, como segundo pressuposto, que a prisão não tem atingido o seu objetivo de ressocializar o “criminoso”. Neste estudo, enfatizamos o processo de ressocialização mediante as denominadas políticas de qualificação profissional focalizadas no trabalho como elemento ressocializador e propulsor da inclusão social. No entanto, pressuponho que tais políticas não potencializam a empregabilidade dos apenados e não garantem a sua reinserção no mercado laboral. Assim, nos estabelecimentos penais, os presos, em sua maioria, realizam atividades pontuais pautada em conhecimento técnico e de incentivo sobretudo ao trabalho artesanal, as quais não colaboram para a inserção do ex-apanado no mercado de trabalho formal.

Há uma tendência defendida por parte dos gestores e diretores do sistema prisional de que a implantação de “políticas de qualificação profissional” e uma escola regular dentro dos estabelecimentos penais garantem a ampliação da escolaridade dos detentos e aumentam suas chances de inserção no mercado de trabalho. Porém, a qualificação profissional e/ou a maior escolaridade não garantem a empregabilidade.

Isso me leva a problematizar a dimensão redentora assumida pelo trabalho no discurso oficial, como se o aumento da escolaridade e/ou da qualificação profissional garantissem a empregabilidade. Nesse sentido, no sistema prisional também reproduz-se a idéia de que empregabilidade focaliza, principalmente a capacidade do indivíduo se manter empregável. Corroborando com essa idéia, os estabelecimentos penais enfatizam a importância de se adquirir um maior grau de escolaridade e de qualificação profissional para potencializar a inserção dos apenados no mercado de trabalho.

Esse cenário me faz refletir sobre os programas de qualificação profissional implantados nos sistemas prisionais e faz emergir o terceiro pressuposto desta pesquisa: as “promessas” de qualificação profissional ensejam uma responsabilização meritocrática ao indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, sendo, portanto, uma nova forma de culpabilizar os sujeitos, tornando-os réus de seu próprio “futuro” pelos rumos de sua condição de sujeito. Desse modo, os indivíduos são culpabilizados pela sua situação de marginalidade social.

Nesse processo, considere fundamental colocar em relevo as vozes e percepções dos próprios sentenciados sobre: o sistema prisional; as atividades desenvolvidas na prisão; os programas de qualificação profissional implementados nos estabelecimentos prisionais; a inserção do preso no mercado de trabalho; o aumento da criminalidade e da reincidência criminal; e o Estado enquanto poder público responsável pela ressocialização do sentenciado. Por outro lado, enfoco também as percepções dos gestores do sistema prisional e de ONG’S que atuam com sentenciados e egressos do sistema prisional, observando os documentos e proposições da esfera governamental. Os cruzamentos dos discursos, dos documentos e da observação *in loco* dos diferentes sujeitos e lugares serão feitos mediante um esforço de elaborar uma análise dialética, já que (...) *a análise dialética ao mesmo tempo constitui e transforma o objeto. Adere destrutivamente ao objeto, na medida em que desvenda e desmascara os seus feitichismos, as suas contradições e os seus movimentos* (IANNI, 1980, p.13).

Assim, a análise dialética será realizada por meio da busca por captar as contradições, deslocamentos e historicidade presentes no fenômeno investigado.

- **O contexto, o problema e os objetivos**

O objeto desta pesquisa é resultado de vários questionamentos originados do meu contato direto com os sentenciados e com os diretores e gestores do sistema prisional e da minha atuação profissional enquanto assistente social da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), no período compreendido entre janeiro de 2005 a janeiro de 2006.

No ano de 2005, iniciei o trabalho na APAC como assistente social do *Projeto Recomeço*. Esse projeto teve como principal objetivo a inserção social dos sentenciados e a redução da reincidência criminal, além do incentivo à aceleração da escolaridade, desenvolvimento de atividades profissionais e promoção da qualificação profissional

nas áreas de horticultura, jardinagem, digitação e artesanato. O projeto contou com o apoio de uma equipe multidisciplinar: três assistentes sociais, um pedagogo e um psicólogo. Frequentemente, eram realizados encaminhamentos sociais, psicológicos e educacionais para os recursos disponíveis na cidade, promovendo, sobretudo, a assistência à família em risco social.

Como assistente social do projeto, tive a oportunidade de entrar em contato diário com os sentenciados. Essa foi uma experiência ímpar na minha vida. A cada dia, eu tinha a oportunidade de me relacionar com os presos e de aprofundar reflexões sobre as percepções que eles tinham com relação ao sistema prisional. Assim, comecei a observar o comportamento dos presos desde o momento em que chegavam à APAC.

Na APAC não é permitida a entrada do preso algemado. Desse modo, do lado de fora do portão, os guardas retiram as algemas e o preso é recebido por um dos membros da diretoria, que assina um documento certificando o seu ingresso na instituição. A partir desse momento, realizava-se uma reunião de acolhida ao novo sentenciado promovida pela equipe multiprofissional. O que mais me chamava a atenção nessas reuniões era o olhar dos que chegavam à instituição pela primeira vez. A maioria dos apenados mantinha braços sempre para trás e os olhos fixos no chão, não erguia a cabeça para conversar. Essa realidade me instigava a refletir sobre seu cotidiano na prisão e a imaginar como seria sua vida no cárcere.

Após a acolhida, apresentava-se ao sentenciado o regimento da instituição, bem como seus direitos e deveres. Posteriormente, o preso era submetido a um atendimento social, buscando apreender o seu perfil sócio-econômico e promover os encaminhamentos necessários aos recursos disponíveis. Havia também uma equipe composta por seis estagiários do curso de serviço social, os quais realizavam visitas domiciliares às famílias dos sentenciados, com os objetivos de traçar o seu perfil sócio-econômico, realizar os encaminhamentos necessários e conhecer a realidade em que os presos estavam inseridos. Como assistente social, o meu trabalho também consistia em acompanhar os estagiários e realizar visitas domiciliares em casos mais urgentes. Para tanto, visitei várias famílias de presos e constatei que a maioria delas vivem em precárias condições. O contato direto com os sentenciados e suas respectivas famílias me fez refletir sobre as diversas condições que podem ter contribuído para a sua inserção na criminalidade.

Os sentenciados também participavam de cultos ecumênicos. A APAC era responsável por acompanhar os cultos na penitenciária João Pimenta da Veiga, em

Uberlândia, e no presídio Irmãos Naves, em Araguari. Assim, tive a oportunidade de conhecer (pelo menos parcialmente) a realidade dentro da prisão. Na penitenciária, os presos não podiam ter contato direto conosco. Eles ficavam no pátio separados por uma grade. Já no presídio, a realidade era bem diferente. Tínhamos a oportunidade de ficar em contato direto com os presos. Essa também foi uma experiência importante, pois pude conhecer as celas e alguns fragmentos da forma com que eles vivem dentro da prisão. Além disso, conversei com vários presos sobre sua vida na cadeia. Essas conversas também compuseram um quadro de inquietações, as quais, mais tarde, possibilitaram inflexões para pesquisa.

Outro aspecto relevante, é que na APAC havia uma preocupação em “qualificar” o preso para o mercado de trabalho, por meio de palestras e atividades educativas promovidas pela equipe multiprofissional da instituição. Com relação aos trabalhos realizados na APAC, observei que a maioria era artesanal: mosaicos, tapetes, sapatos, jardinagem, horticultura etc. O que mais me chamou a atenção foi o fato de alguns sentenciados não se interessarem pelas atividades e palestras desenvolvidas. Essa situação me levou a questionar: por que uma pessoa em condições tão precárias não se interessaria pelos cursos, atividades ou palestras que visavam contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho?

Essa era uma visão ingênua que, naquele momento, eu portava sobre os diversos aspectos que permeiam os programas de qualificação profissional e a sua co-relação com a potencialização da empregabilidade, ou seja, essa versão prevalecia antes de me dedicar à pesquisa e elaborar um olhar mais crítico sobre essa realidade social. Obtive, então, a seguinte resposta de um dos sentenciados: “vou ser bem sincero com você. Eu não quero participar desses cursos, eu prefiro voltar para o crime, porque eu ganho muito mais. Eu vou sair daqui, não vou arrumar emprego. Tem toda a questão do preconceito”.

Essa afirmação foi desencadeadora das muitas curiosidades, inquietações e motivações para aprofundar reflexões sobre a temática. A problematização precípua, que passou a transversalizar o conjunto de elementos postos pela mediação entre minha experiência profissional e acadêmica após muitas mutações e indagações, pode ser assim sintetizada: Que relações são possíveis de se estabelecer entre os programas de qualificação profissional existentes no interior do sistema prisional e a redução da reincidência criminal?

Inicialmente, minha proposta de pesquisa era analisar a inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho mediante os cursos de qualificação profissional, analisando as contribuições e limitações destes programas. Contudo, essa realidade se mostrou intangível, devido à complexidade do real, a qual somente posteriormente pôde assimilar. Naquela ocasião possuía ainda uma visão bastante determinista, marcada por um pressuposto causal entre a qualificação profissional e a inserção no mercado laboral. Contudo, logo ao iniciar minha pesquisa empírica, enfrentei dificuldades para entrevistar os sentenciados que participaram de programas de qualificação profissional inviabilizando, conseqüentemente, a observação da reincidência criminal. Tal fato se deu, porque o público é bastante transitório, há “dispersões geográficas”, que dificultam entrevistar os sentenciados que participaram de um determinado curso. Muitos deles já não estavam mais na prisão ou tinham sido transferidos para outras localidades. Uma outra dificuldade ocorreu devido ao fato de não existir no sistema prisional brasileiro um controle único, entre os Estados, sobre a quantidade de presos que reincidiram no crime; deste modo, o preso pode ter cumprido a pena no Estado de Minas Gerais e ter reincidido em outro Estado. Por ser um público efêmero, o preso pode ter participado de programas de qualificação profissional, mas ter sido transferido para outra unidade, ou recebido o seu alvará de soltura e mudar de cidade ou Estado.

Ao questionar a diretora de ressocialização 2 sobre os sentenciados que haviam participado de algum programa de qualificação profissional, ela me relatou que praticamente todos já não estavam mais na unidade. Assim, diante da impossibilidade de verificar a quantidade de sentenciados que participaram dos programas de qualificação profissional e que reincidiram ou não na criminalidade, tive que reformular o foco da minha pesquisa.

Nesse sentido, o presente estudo centra-se nas percepções dos sentenciados e dos gestores do sistema prisional sobre as denominadas “políticas de qualificação profissional” como mecanismo de reinserção social. Assim, pretendo colocar em relevo as vozes dos sujeitos dessa investigação. A partir de uma perspectiva teórico-conceitual e empírica, objetivo verticalizar análises sobre as percepções dos sentenciados, egressos e gestores do sistema prisional sobre os processos de “qualificação profissional” implantados nos espaços educacionais que atuam na prevenção à criminalidade na cidade de Uberlândia, focalizando, sobretudo, experiências dos

sistemas penitenciários e sua co-relação com os processos de ressocialização e a potencialização da empregabilidade dos apenados.

Esta pesquisa problematiza ainda os seguintes aspectos: Quais relações são possíveis de se estabelecer entre as novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho e o aumento da criminalidade? Quais os nexos existentes entre as políticas de qualificação profissional e a prevenção da criminalidade? O que pensam os apenados sobre o sistema prisional, o trabalho, a reinserção social e as estratégias de combate à reincidência criminal?

Pretendo aprofundar reflexões processos de ressocialização dos presos; verticalizar análises sobre o papel do Estado enquanto poder público responsável pela reinserção do sentenciado na sociedade; investigar os programas de qualificação profissional implantados nos estabelecimentos prisionais; problematizar as “promessas” de empregabilidade veiculadas pelos programas de qualificação profissional. Essas reflexões constituem-se, portanto, nos objetivos específicos desta pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa, optei pelos seguintes procedimentos metodológicos: a pesquisa documental, a entrevista e a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa documental baseou-se na análise dos seguintes materiais:

- O Projeto *Recomeço*, desenvolvido pela presidenta da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), sobretudo, a metodologia e os objetivos do projeto. Esse projeto focaliza, sobretudo, cursos de qualificação profissional para os sentenciados;
- Listas de presença que comprovam a participação dos sentenciados nas atividades promovidas pela APAC, tais como: cursos de horticultura, jardinagem e digitação;
- Listas de presença do Projeto *Tecendo a liberdade*, desenvolvido no presídio principalmente no presídio Professor Jacy de Assis;
- Relação dos sentenciados que participaram de cursos de qualificação profissional na penitenciária João Pimenta da Veiga;
- Documentos e registros da Aldeia da Cidadania, local onde os presos se dedicam ao cultivo de plantas e hortaliças;
- Folders dos programas de prevenção à criminalidade desenvolvido pelo Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia, a saber: “Fica Vivo”, Central de Apoio às

Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) e Programa de Reintegração Social do Egresso;

A entrevista semi-estruturada foi o recurso utilizado na apreensão de dados a partir das fontes orais. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e setembro de 2007. Portanto, pode ter havido mudanças de gestores e diretores do sistema prisional até os dias atuais. A entrevista contou com a participação dos seguintes sujeitos:

- juiz, gestores e diretores do sistema prisional³.
- Quatro egressos do sistema prisional inseridos no programa de Reintegração Social do Egresso, promovido pelo Núcleo de Prevenção à Criminalidade. O critério para a escolha dos presos entrevistados, pautou-se no quesito de sujeitos que cumpriram pena no presídio e/ou na penitenciária e estivessem inseridos em algum programa que enfocasse, sobretudo, a qualificação profissional.

Coetaneamente à pesquisa empírica tornou-se importante considerar os discursos de outros apenados da cidade de São Paulo, por exemplo, presentes em matérias de jornais, em consonância com os depoimentos dos egressos entrevistados, apontando as regularidades existente entre a realidade de Uberlândia e outras realidades.

Os documentos analisados e os depoimentos dos sujeitos elencados acima me possibilitaram categorizar três eixos de análises, quais sejam: os programas de qualificação profissional e as “promessas” de empregabilidade; as propostas de ressocialização dos sentenciados; e a deserção do Estado para com o sistema prisional. Vale ressaltar que as entrevistas e observações foram realizadas mediante um roteiro de questões semi-estruturadas, sem uma definição precisa e *a priori* destas categorias de análise. Assim, a própria dinâmica apreendida a partir da pesquisa empírica é que possibilitou a sistematização desses eixos de análise, os quais serão objeto de reflexão dialogada com o referencial teórico.

A pesquisa bibliográfica constituiu-se em um grande desafio para mim, já que o tema proposto neste estudo traz à tona uma discussão ainda não muito explorada pela academia. Assim, tive dificuldades em encontrar bibliografias que contribuíssem de modo específico para o desenvolvimento dessa pesquisa.

³ Foram entrevistados diferentes gestores e diretores do sistema prisional denominados de gestor 1, gestor 2, diretora de ressocialização 1, diretora de ressocialização 2. No intuito de preservar a identidade dos depoentes não será mencionado os estabelecimentos penais em que estes trabalham.

As investigações que permeiam as reflexões presentes nesse trabalho estão ancoradas nas seguintes categorias: trabalho, qualificação profissional e empregabilidade. Os autores que trabalham esses elementos são de filiação marxista, sendo este um aspecto considerado na escolha da matriz teórico-metodológica. Outro fator que influenciou o meu interesse pela perspectiva marxiana foi a minha formação acadêmica enquanto cientista social e assistente social. Para mim, as configurações atuais assumidas pelo trabalho são conseqüências das mudanças cíclicas e históricas do capital. Acredito que o materialismo histórico dialético, mediante a centralidade da categoria trabalho, permite estabelecer uma articulação analítica com as mutações da sociedade contemporânea, suas contradições e historicidade produzidas pelo atual ciclo do capital. Desse modo, quando considero o objeto analisado como parte de uma totalidade, qualquer ponto de extensão do todo abordado serve para estabelecer conexões, já que *a realidade é um todo indivisível de entidades e significados* (KUENZER, 1998, p.59). Isso se dá em razão da interdependência, integração e ajuste contínuo das partes na formação do todo (MARIOSIA, 2003). Nessa perspectiva é relevante compreender que

(...) O concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 1983, p. 218).

Tendo em vista o foco deste estudo, considero relevante reportar, em alguns momentos, aos estudos desenvolvidos por Foucault, uma vez que este autor, em *Vigiar e Punir*, fez uma radiografia do sistema prisional, sendo, por este motivo, uma referência importante no estudo das prisões. Dessa maneira, os autores serão mobilizados para o engrandecimento das reflexões e análises do fenômeno investigado. Contudo, tenho clareza que a produção teórica de Marx e Foucault são de diferentes matrizes epistemológicas, mas que contribuem para esta pesquisa com perspectivas diferenciadas.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Os desdobramentos da globalização, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva no mundo do trabalho”, abordo as discussões relativas à crise estrutural que abateu o capital nos anos 1970, que muito contribuiu para a implantação de um processo de

reestruturação do capital, intensificando mudanças no aparato produtivo. Tal enfoque tornou-se fundamental para analisarmos a precarização do trabalho na sociedade contemporânea. Assim, a transnacionalização do capital, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva emergiram como resposta à crise, ocasionando a intensificação e a superexploração do trabalho e incrementando a extração da mais-valia. Essas mudanças ocorridas na lógica societal, provenientes da crise estrutural do capitalismo, afetaram fortemente o mundo do trabalho, cujos efeitos mais perversos foram sentidos pelos trabalhadores.

No segundo capítulo, denominado “A precarização do trabalho e o aumento da criminalidade: os contornos assumidos pela criminalidade em Uberlândia/MG”, verticalizo análises sobre as possíveis conexões entre o precário mundo do trabalho e o aumento exorbitante nos índices de criminalidade. O estudo analisa Minas Gerais, focalizando a cidade de Uberlândia, ressaltando, sobretudo, as políticas de combate à criminalidade implantadas nessa cidade.

No capítulo terceiro, “Os Processos de Ressocialização e as Políticas de Qualificação Profissional implantadas no sistema prisional”, busco evidenciar as vozes dos sujeitos da pesquisa, apreendendo suas percepções sobre: as políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional; os processos de inclusão e exclusão ensejados por um ciclo que exclui, absorve e segrega pautado nas “modernas” formas de exclusão e nos mecanismo de reinserção social; discurso da potencialização da empregabilidade; as propostas de ressocialização dos sentenciados; a deserção do Estado para com os estabelecimentos penais; e sobre os sentimentos e percepções dos apenados na prisão.

Contudo, considerando que *a ciência não é, pois, a acumulação de resultados definitivos. É principalmente o questionamento inesgotável de uma realidade reconhecida também como inesgotável* (DEMO, 1987, p.76), nas considerações finais aprofundo reflexões sobre as possíveis conclusões que o presente estudo me permite apontar, não pretendendo, pois, esgotar todas as possibilidades de interpretação sobre o tema proposto, mas, principalmente, trazer para o âmbito da academia as vozes de uma significativa parcela da população marginalizada pela sociedade do capital: os sentenciados.

Finalmente, nas referências bibliográficas apresento os autores consultados que constituíram o referencial teórico dessa pesquisa.

2. CAPÍTULO I - OS DESDOBRAMENTOS DA GLOBALIZAÇÃO, DO NEOLIBERALISMO E DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MUNDO DO TRABALHO

A globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são três fenômenos de dimensões mundiais, os quais, em termos macro, caracterizam as principais mutações da sociedade contemporânea. Tais fenômenos se entrelaçam e atuam reciprocamente como elementos determinantes das novas configurações assumidas pelo atual mundo do trabalho.

2.1 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

Para nos reportarmos às análises sobre a globalização, remetemos às contribuições de Marx, o que possibilita compreender que este não é um fenômeno recente. Seu cenário já foi captado por esse teórico em várias dimensões, desde 1848, no Manifesto do Partido Comunista, tendo como referência o espaço e o contexto, descritos e analisados pelo autor, conforme o excerto abaixo:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual.(...) A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal (MARX; ENGELS, 1963, p. 24-25).

Por meio dessa citação é possível constatar vários aspectos que continuam válidos para explicar as dimensões contemporâneas da globalização, o que demonstra a atualidade e a genialidade de Marx.

No entanto, com o objetivo de compreender os atuais contornos da globalização, é relevante reportar ao início dos anos 1960, quando se instaura uma crise latente de valorização do capital marcada pelo endividamento das empresas, pela internacionalização dos mercados e da produção e pelo crescimento do desemprego.

No final de 1973 e início de 1974, a crise de valorização do capital assume seu ápice, já que o preço do petróleo bruto quadruplica no mercado mundial. O repentino encarecimento da renda do petróleo provocou a deterioração da taxa de lucro e uma primeira recessão da economia capitalista, desde o final da Segunda Guerra Mundial, ocasionando uma queda da produção, aumento do desemprego, contração do comércio mundial e um desmoronamento de cotação nas bolsas de valores. Isso significou manter e até estender internamente os mecanismos institucionais de aumento dos salários reais visando aumentar o consumo e, por conseguinte, os lucros. Externamente, os países ocidentais importaram equipamentos industriais na busca de reduzir o *déficit* em relação à OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), ocasionando um endividamento destes países. Essa *economia de superendividamento* demonstra a incapacidade de recolocar a dinâmica da acumulação nas bases fordistas, confirmando a base de esgotamento do fordismo. Assim, há uma diminuição nos ganhos da produtividade, um aumento no custo dos investimentos e um aumento do desemprego.

Para Chesnais (1997), dois fatores estiveram na origem da crise do regime fordista. A primeira se refere à reaparição da crise de superacumulação e de superprodução em 1974-75. A segunda foi a reconstituição das bases econômicas e sociais do capital financeiro. Assim, emerge uma nova modalidade de regime de acumulação mundializado sob a égide financeira.

Destarte, para os dirigentes de alguns países, sobretudo os dos países ocidentais, o fordismo *não passava de um beco-sem-saída* (BIHR, 1998, p. 76). Segundo eles, seria necessário inverter a política econômica, restabelecendo uma satisfatória taxa de lucro que retomasse a acumulação, já que a taxa de lucro diminui mediante o excedente de capital na sociedade. Nesse sentido, é necessário destruir parte do capital social, eliminando empresas menos rentáveis e fazendo reestruturações técnicas, financeiras e jurídicas.

Esse cenário afetou também os trabalhadores, visto que tiveram os seus salários reduzidos. A ofensiva do capital se deu por meio da luta contra a inflação e a desestatização da economia, atacando o Estado fordista e desmantelando, assim, o quadro institucional que havia servido de arcabouço regulador ao crescimento fordista.

Antunes (1999) salienta que, a partir de 1970, houve uma queda da taxa de lucro ocasionada pelo aumento da força de trabalho e pela intensificação das lutas sociais, acarretando uma redução dos níveis de produtividade do capital, o que acentuou a tendência decrescente da taxa de lucro. Além disso, contatou-se um esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista de produção, já que este era incapaz de responder à retração do consumo que se acentuava; uma hipertrofia da esfera financeira; uma maior concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e os oligopolistas; uma crise do “Estado do bem-estar-social” e dos seus mecanismos de funcionamento (o que ocasionou a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado); e um incremento das privatizações, tendências às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho. Esse panorama é caracterizado pela desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais e pela expansão da liberalização dos capitais financeiros.

A partir de 1980, o capitalismo mundial vivencia uma nova etapa caracterizada por Chesnais (1996) de “mundialização do capital” (expressão que corresponde ao termo inglês “globalização”), revelando o capital como um sistema global, que tende a destruir as barreiras espaciais opostas ao comércio e reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar a outro. Percebe-se então a tendência universal do capital (IANNI, 1980).

O termo mundialização se refere a uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação. O estilo de acumulação é dado pelos capitais financeiros. Dessa forma, Alves (2001) afirma que a “mundialização do capital” diz respeito ao processo de desenvolvimento do capitalismo mundial sob a direção hegemônica do capital financeiro.

Diante da recessão ocorrida em 1974-1975, considerada por Alves (1999) o marco histórico da “mundialização do capital”; o capitalismo se internacionaliza com o intuito de propagar a sua reprodução. O modelo fordista de produção restringia a economia nacional ao seu próprio mercado. Assim, a demanda nacional se dirigia para a própria oferta nacional, o que acarretava um desenvolvimento autocentrado. Com a crise fordista, as economias capitalistas ocidentais se internacionalizaram. Desse modo, tanto o mercado quanto a produção se internacionalizaram. Esse cenário se intensificou com o segundo choque do petróleo, em que o desenvolvimento de políticas de austeridade competitiva, objetivando escapar da superprodução relativa e do estrangulamento dos

lucros, implicou na compressão de todos os custos de produção, iniciando pelos custos salariais. É diante deste rearranjo do quadro internacional que o capital se transnacionaliza (BIHR, 1998).

Para Alain Bihl (1998), a economia mundial é uma economia transnacional em duplo sentido, já que ao mesmo tempo que seus elementos constitutivos procuram ultrapassar os limites do Estado-nação, prejudicando a sua coerência e autonomia, não conseguem, no entanto, realizá-lo totalmente. Por isso, Bihl afirma que o espaço mundial é contraditório, visto que é

(...) feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-obra, de tecnologias, de informações, etc., e de fragmentação, devido à persistência dos Estados-Nações, e de hierarquização imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a Divisão Internacional do Trabalho. (BIHR, 1998, p. 109).

Com os novos contornos assumidos pela contemporânea ordem capitalista, é cada vez mais perceptível o enfraquecimento dos Estados Nacionais. Para Ianni (2003), os Estados Nacionais possuem algumas de suas características modificadas ou até mesmo transformadas. Segundo ele, mudanças significativas em âmbito nacional tais como: as condições e possibilidades de soberania, o projeto nacional, a emancipação nacional, a reforma institucional, a liberalização das políticas econômicas etc., passam a estar determinadas por exigências de instituições, organizações e corporações multilaterais, transnacionais ou propriamente mundiais, que se colocam acima das nações. Com relação à moeda nacional, esta se torna *reflexa da moeda mundial, abstrata e ubíqua, universal e efetiva* (IANNI, 2003, p. 59). Além disso, os fatores de produção, ou as forças produtivas, também são organizados pela sua reprodução em dimensão mundial. O aparelho estatal reorganiza-se de acordo com as exigências do funcionamento mundial dos mercados, dos fluxos dos fatores de produção, das alianças estratégicas entre as corporações. Acrescidas a isso, as diversas formas de capital passam a se movimentar de forma acelerada e generalizada, ocasionando uma redução da capacidade das instâncias nacionais de controlar o capital. Para Ianni, o Estado-Nação entra em declínio como realidade e conceito.

Não se trata de dizer que deixará de existir, mas que está realmente em declínio, passa por uma fase crítica, busca reformular-se. As forças sociais, econômicas, políticas, culturais, geopolíticas, religiosas e outras, que operam em escala mundial, desafiam o Estado-nação, com

sua soberania, como o lugar da hegemonia. Sendo assim, os espaços do projeto nacional, seja qual for sua tonalidade política ou econômica, reduzem-se, anulam-se ou somente podem ser recriados sob outras condições. A globalização cria injunções e estabelece parâmetros, anula e abre horizontes. (...) As empresas, corporações e conglomerados transnacionais, em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispõem de condições para impor-se aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas estatais, aos distintos projetos nacionais (IANNI, 2003, p. 244-245).

As estruturas e os processos econômicos passam a ser definidos pelos interesses das grandes economias, dentre estas se destacam: os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Assim, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as corporações transnacionais emergem, segundo Ianni (1999), como novas instâncias de regulação global e transnacional, pressionando os Estados Nacionais a promoverem reformas que visem a favorecer as dinâmicas das forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Nesse contexto, os espaços de autonomia para a formulação de políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social sustentado esbarram num conjunto de políticas voltadas para os interesses do capitalismo global, apresentando um certo grau de dependência em relação aos mercados financeiros.

A economia mundial internacionalizou-se em suas dinâmicas básicas, é dominada por forças de mercado incontroláveis e tem como seus principais atores econômicos e agentes de troca verdadeiras corporações transnacionais que não devem lealdade a Estado-nação algum e se estabelecem em qualquer parte do mundo em que a vantagem do mercado impere (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 13).

De acordo com Hirst e Thompson (1998), o Estado-Nação assume um importante papel como componente de um sistema de governo internacional frente à globalização da economia, passando, então, a promover a legitimidade aos mecanismos de governabilidade supranacionais e subnacionais. Para Afonso (2001), o Estado realiza:

(...) uma função de mediação, de adequação às prioridades externamente definidas ou, mesmo, de promoção das agendas que se circunscrevem a ditames mais ou menos ortodoxos da fase atual de transnacionalização do capitalismo e de globalização hegemônica (AFONSO, 2001, p. 24).

Com o processo de transnacionalização do capital, nota-se, segundo Bihr, um *verdadeiro divórcio entre o espaço econômico e o espaço político* (BIHR, 1998, p. 114). Desse modo, enquanto o espaço econômico se transnacionaliza, o político permanece nacional. Os Estados devem, por um lado, continuar a garantir as condições sociais e políticas gerais da dominação de classe nos limites do espaço nacional; por outro lado, a sua ação no nível econômico enfraqueceu. Além disso, Bihr salienta que com a transnacionalização do capital as desigualdades de desenvolvimento do plano regional se agravam.

A transnacionalização prejudica a coerência dos aparelhos produtivos nacionais e torna quase impossível qualquer ação do poder central visando a corrigir as desigualdades regionais de desenvolvimento por uma política de organização de território. (...) Mergulhadas na selva da economia mundial, as regiões só podem se submeter às leis da concorrência e do desenvolvimento desigual (BIHR, 1998, p. 116).

Com a transnacionalização do capital o aparelho produtivo estatal ficou nas mãos de grupos estrangeiros, assim, o Estado não tem muitos meios de pressioná-los, e os oligopólios “nacionais”, ao se multinacionalizarem, abandonam estratégias voltadas exclusivamente para a nação. Deste modo, o pacto entre Estado e oligopólios não é mais possível. Além disso, frações inteiras da classe dominante se voltam cada vez menos para os interesses nacionais (BIHR, 1998). A partir de então, a burguesia mundial empreendeu, em seu próprio proveito, a modificação internacional no quadro de praticamente todos os países, já que a condição essencial de sua existência e supremacia é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital (MARX; ENGELS, 1963). Para tal, dismantelou as instituições e estatutos que materializavam o estado anterior e adotou políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, a fim de se mover e se desdobrar no plano internacional, entre países e continentes (CHESNAIS, 1997).

As transnacionais, em termos geoeconômicos e geopolíticos, redesenham o mapa do mundo, libertando-se progressivamente de injunções ou limitações inerentes aos Estados Nacionais (IANNI, 2003).

A geoeconomia e a geopolítica das transnacionais nem sempre coincidem com as dos Estados nacionais. Aliás, constantemente se dissociam, ou mesmo colidem. São comuns os incidentes em que se constata as progressivas limitações do princípio de soberania em que classicamente se fundava o Estado-nação. Em escala cada vez mais

acentuada, em âmbito mundial, a ‘grande empresa’ parece transformar nações das mais diversas categorias em ‘pequena nação’” (PERROUX apud IANNI, 2003, p. 57).

O Estado está numa posição problemática, em que as arenas de conflito entre a nação-Estado e o capital transnacional foram abertas. Assim, o Estado

É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (HARVEY, 1989, p. 160).

Diante desse cenário, segundo Martins (1996), a economia mundial é caracterizada pela expansão de grandes empresas que, obedecendo aos modelos organizacionais e estratégias de âmbito mundial, partem da base nacional e implantam filiais no exterior; pelo peso que a ciência e a tecnologia passaram a ter como forças produtivas; pelo surgimento da macro-estrutura financeira, que passou a desempenhar um papel importante frente à globalização do capital, já que o capital pretende conservar a sua forma monetária e se reproduzir como tal dentro da esfera financeira. Chesnais (1997) analisa a situação econômica e social do final do século XX por dois ângulos:

De um lado, ela está marcada pela ofensiva, em todas as frentes, do capital e dos Estados capitalistas contra a classe operária, a juventude e as massas oprimidas. De outro, constatamos a multiplicação das manifestações, não apenas do impasse da economia capitalista e geral, mas também das contradições próprias ao funcionamento atual da economia capitalista mundial, portadoras de uma crise econômica maior. O epicentro dessas contradições é o setor financeiro, ponta de lança do parasitismo que gangrena o capitalismo, mas cuja perenidade representa sobretudo uma terrível ameaça para o futuro da humanidade (CHESNAIS, 1997, p. 19).

Para Chesnais (1996), o posto avançado da mundialização do capital é representado pela esfera financeira. Segundo ele, a globalização financeira contribui para que o capital realize um movimento de valorização “autônomo” e para que os mercados financeiros se ergam como uma força independente perante os Estados, as empresas de dimensões menores e perante as classes e grupos sociais despossuídos. Assim, Belluzzo (2004) afirma que é o mercado financeiro que comanda a economia global, bem como as políticas macroeconômicas nacionais, de acordo com o grau de dependência de cada país com relação a ele.

Nessa perspectiva, a mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade intensificam os fatores de hierarquização entre os países e redesenham a configuração dos Estados Nacionais (Chesnais, 1996). Desse modo, os países apresentaram distintas etapas e formas de inserção na economia internacional. Segundo Fiori (1997), os impactos e perspectivas da “globalização” são diferenciados em cada país, dependendo das opções feitas pelas suas forças sociais e políticas internas e da forma com que estas vão ser coordenadas pelos seus Estados Nacionais.

No caso do Brasil, por exemplo, a sua inserção periférica e dependente no cenário internacional fez com que o papel do Estado fosse reduzido à função de “guardião dos equilíbrios macroeconômicos”, perdendo a sua capacidade de definir prioridades, financiar e implementar políticas de incentivo setorial à competitividade e de oferecer proteção social a suas populações (FIORI, 1997).

O processo de “globalização” é entendido por Tavares (1997) como um conjunto de políticas que representam a iniciativa dos Estados Unidos como uma potência dominante, que se propõe a exercer um papel hegemônico em relação a seus parceiros e competidores. Nesse contexto, é possível perceber a influência dos Estados Unidos remetendo às decisões de política econômica adotadas no final da década de 1970, pelo governo norte-americano, de suspender a paridade do dólar, adotar um sistema de taxas de câmbio flexíveis, bem como a decisão de aumentar as suas taxas de juros e revalorizar o dólar no final dos anos 1980. Essas atitudes tiveram um efeito devastador sobre a economia mundial, ocasionando uma estagnação e um endividamento, além de gerar um desequilíbrio dos balanços de pagamento, uma recessão mundial, o que chocou fortemente os países periféricos. O efeito devastador sobre as economias periféricas está relacionado ao processo de globalização, que muito contribuiu para que os fatores de hierarquização entre os países se acentuassem (FIORI, 1997).

No caso brasileiro, cuja inserção no cenário internacional foi caracterizada de periférica e dependente, os efeitos das decisões do governo norte americano acima mencionadas contribuíram para o aumento da dívida externa, para a diminuição dos preços dos commodities e da energia e para o afastamento do país do sistema financeiro internacional. Contudo, como afirma Fiori (1997), a crise do Estado brasileiro foi ocasionada pelas modificações do quadro econômico internacional, provenientes das decisões de uma potência imperial.

O contexto supracitado, acrescido ao aumento das taxas de juros internacionais e do preço do petróleo, acarretou, segundo Fiori (2000), um efeito em cadeia sobre o câmbio, a inflação, o endividamento interno, o crescimento econômico e sobre o Estado. A principal causa da crise foi o corte do acesso do país ao financiamento externo, visto que este era considerado extremamente importante para uma economia como a brasileira, altamente globalizada e internacionalizada. Tendo em vista a reversão desse quadro, o país renegociou a dívida e liberalizou o controle dos fluxos do capital externo, contribuindo para a reintegração do Brasil ao mercado internacional a partir de 1991. Assim, em 1994, o Plano Real de estabilização monetária foi lançado, sendo este considerado um marco importante na mudança desse cenário. Segundo Fiori (2000), desde a década de 1990, o Brasil ancorou as políticas monetárias ao câmbio sobrevalorizado, ocasionando um aumento nas taxas de juros. Tal decisão foi fundamental para a acumulação rentista da riqueza privada e um obstáculo ao crescimento do país.

O panorama brasileiro no início dos anos 1990, de acordo com Mattoso (1996), é marcado pela subordinação das políticas antiinflacionárias às iniciativas de desestruturação do Estado, pelo pagamento da dívida externa sem a reconstrução dos mecanismos de crescimento econômico em compensação, e pelas políticas que visavam uma acelerada abertura ao mercado externo desprotegidas de políticas industriais.

Nessa perspectiva, é no final da década de 1980 que, com exceção pioneira do Chile, toda a América Latina e o Brasil, em particular, chegam às *praias do neoliberalismo* (FIORI, 1997, p. 207). Os brasileiros e os latino-americanos chegaram ao neoliberalismo por dois caminhos: um econômico e outro político. O econômico se refere à renegociação das dívidas externas latino-americanas. No plano político, foi a aceitação das políticas e reformas econômicas de corte liberal. Assim, as elites econômicas e políticas latino-americanas aderiram ao novo ideário liberal. Destarte, para Fiori (1997), a grande força propulsora que levou o neoliberalismo ao mundo inteiro foi o *casamento virtuoso* entre as idéias neoliberais e o movimento real do capitalismo, que se direcionava para uma crescente desregulamentação e para uma globalização econômica de natureza financeira.

2.2 O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo se constituiu após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar social. No texto *O Caminho da Servidão*, escrito por Friedrich Hayek em 1944, o autor procurava demonstrar que o intervencionismo estatal leva ao totalitarismo e à perda de liberdade, indo de encontro a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado.

Anderson (1995) salienta que em 1947 foi fundada e idealizada por Hayek a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, com o objetivo de combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo. Essa sociedade era composta por adversários do Estado de Bem-Estar europeu e por inimigos do *New Deal* norte-americano. Dentre eles, encontravam-se: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

Foi em 1973, com a chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, que as teses de Hayek passaram a ter maior aceitação. Desse modo, para Hayek e seus companheiros as raízes da crise poderiam ser identificadas no poder dos sindicatos e do movimento operário, que, segundo eles, havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões e reivindicações sobre os salários e sobre o Estado para que este aumentasse os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 10). De acordo com Hayek e seus companheiros, o novo igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.

Nesse sentido, para Hayek, a liberdade constitui um valor supremo. Qualquer intervenção do Estado na economia seria uma afronta à liberdade econômica; e onde não há liberdade econômica também não há liberdade política. Acrescido a isso, Hayek salienta que, para o homem ser verdadeiramente livre, *o 'despotismo da necessidade material' deveria ser vencido, e atenuadas 'as restrições decorrentes do sistema econômico'* (HAYEK, 1990, p. 49).

Segundo esse autor, o clima propício para o desenvolvimento da liberdade seria a concorrência; é por meio da livre concorrência do mercado que a liberdade seria

garantida. A concorrência é considerada como um organizador e regulador social. Assim, Hayek

(...) considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham (HAYEK, 1990, p. 58).

A concorrência é, portanto, um meio de regulação e organização social, sendo inconciliável com o planejamento estatal, já que *o atual movimento favorável à planificação é um movimento contrário à concorrência* (ibidem, p. 61). Assim, a ordem social baseada na concorrência prevê, para Hayek, uma redução do Estado, retirando deste também a responsabilidade de tentar atingir a justiça social. Nesse sentido, ele elimina qualquer possibilidade de um planejamento estatal de intervenção sobre as questões sociais, já que isto significaria limitar a liberdade, intervir na vida econômica e impedir a mobilização da concorrência por parte das diferenças naturais entre indivíduos.

Para Hayek (1990), o Estado deveria reduzir ações voltadas para a justiça social, provendo apenas aqueles serviços que o mercado não pode fornecer, centrando-se principalmente na garantia de uma estrutura para o mercado. Desse modo, o Estado de Direito salvaguarda a igualdade (formal) perante a lei, objetivando fornecer a estrutura necessária para a livre concorrência do mercado. Porém, este mesmo Estado de Direito, a fim de facilitar a concorrência, mantém certa política social-assistencial precária, promovida de forma descentralizada ora pelo mercado, ora por entidades assistenciais, *garantindo a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho* (ibidem, p. 124).

A apologia do livre mercado e as críticas à intervenção estatal são os dois postulados fundamentais do neoliberalismo. Nesse sentido,

(...) é necessário que os agentes, no mercado, tenham liberdade para vender e comprar a qualquer preço que encontre um interessado na transação, e que todos sejam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida ou vendida. É essencial que o acesso às diferentes ocupações seja facultado a todos, e que a lei não

tolere que indivíduos ou grupos tentem restringir esse acesso pelo uso aberto ou disfarçado da força (HAYEK, 1990, p. 58-59).

Segundo os neoliberais, a manutenção de um Estado forte na sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e de controlar o dinheiro é extremamente relevante. No entanto, deve se mostrar parco no que se refere aos gastos sociais e às intervenções econômicas (ANDERSON, 1995, p. 11). Frente ao exposto, percebe-se a defesa de um “Estado mínimo”, em que o Estado governe o mínimo possível e que o domínio sobre a esfera econômica fique reduzido ao *estritamente indispensável* (FIORI, 1997).

Dentre as idéias que norteiam o neoliberalismo, destacam-se a desregulamentação dos mercados de trabalho e de bens e serviços; o questionamento do papel do Estado como aparato protetor das economias nacionais e a pressão de grupos econômicos dominantes no sentido de diminuir a atuação estatal; a abertura econômica e financeira para o exterior; a privatização das empresas estatais; e a crença de que os imperativos de mercado são suficientes para promover o desenvolvimento econômico e social (ADAS, 1998).

Com relação às políticas sociais, constata-se, de acordo com Montañó (2003), uma desresponsabilização do Estado para com as questões sociais e a transferência de tais responsabilidades para o âmbito da sociedade civil e do mercado. Apesar do cerne da questão social continuar inalterada, visto que ainda expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe e a distribuição desigual da riqueza, percebe-se, atualmente, um *novo trato à questão social*, que emerge em um cenário de reestruturação do capital; reforma do Estado; reestruturação produtiva; globalização da produção e dos mercados; financeirização do reinvestimento do capital; crise de superprodução e superacumulação; e de desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas.

O projeto neoliberal visa a eliminar a condição de direito das políticas assistenciais e sociais, bem como o seu caráter universalista e a igualdade de acesso. Assim, as estratégias dos governos neoliberais no enfrentamento das questões sociais são voltadas para a privatização do financiamento e da produção de serviços, cortes dos gastos sociais, focalização dos gastos para os grupos carentes e descentralização local.

Há uma privatização das políticas sociais estatais e estas, por sua vez, são transferidas para o mercado e/ou para a sociedade civil. Dessa maneira, para os neoliberais, o campo do bem-estar social pertence ao âmbito privado, perdendo a condição de direito. É válido salientar que a privatização de políticas sociais só é

interessante se for rentável, caso contrário serão mantidas no Estado, transferidas para o terceiro setor ou eliminadas (MONTAÑO, 2003).

As políticas estatais focalizadas são, portanto, dirigidas aos setores portadores de carecimentos pontuais e destinadas apenas à população mais carente. Isso ocasiona uma precarização ou eliminação das respostas estatais às necessidades demandadas pela sociedade e a criação de um serviço privado voltado para os indivíduos que podem adquiri-los, cuja qualidade depende do poder aquisitivo de cada um.

As políticas sociais também são descentralizadas administrativamente. Ocorrem uma descentralização financeira e executiva e uma centralização normativa e política. Nesse contexto, são transferidos para a esfera local apenas os processos administrativos e gerenciais, e não os políticos e decisórios. Assim, o processo de descentralização promove o desmonte das políticas sociais de âmbito nacional, sem substituí-las por outras, e delega aos municípios algumas competências sem os recursos necessários.

Assim, os neoliberais pretendem demonstrar um Estado frágil, falido sem condições de financiar ou destinar recursos para as políticas sociais e serviços assistenciais. Desse modo,

(...) o processo de retirada do Estado do trato universal/não contratualista da “questão social”, a precarização/focalização/descentralização da atividade estatal e a paralela ampliação da atividade social privada (filantrópica ou mercantil), acaba por aprofundar e ampliar as desigualdades sociais. (MONTAÑO, 2003, p. 194).

O que se percebe no padrão neoliberal de política social são programas assistenciais de caráter emergencial e passageiro, o que acarreta, de acordo com Montaña (2003), a consolidação das desigualdades sociais, perpetuando a dependência da população por este tipo de serviço e eliminando a política social como um direito.

Montaña (2003) salienta que, para os neoliberais, o novo trato à questão social deve ser dual. Por um lado, deve atender com qualidade a população com poder aquisitivo para comprar os serviços no mercado. Por outro, o Estado ou as entidades filantrópicas devem intervir com serviços precários e momentâneos, tendo em vista a grande parcela da população que não tem condições financeiras para adquirir tais serviços. Nota-se que a intervenção pública aparece naquelas áreas de interesse coletivo e que não são consideradas rentáveis para os capitais privados e onde a carência social é mais intensa (FIORI, 1997).

Com o neoliberalismo, percebe-se a emergência de políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento das políticas sociais e democráticas. Assim, a contração da emissão monetária, a elevação das taxas de juros, a diminuição dos impostos sobre os rendimentos altos, a abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, a criação de níveis de desempregos massivos, o impedimento de greves, a imposição de uma nova legislação anti-sindical, a redução de gastos sociais e a ampliação de programas de privatização são medidas que, em sua maioria, foram adotadas pelas experiências neoliberais. Essas medidas passaram a fazer parte indissociável das recomendações e condicionantes dos organismos internacionais.

No caso brasileiro, a adoção do ideário neoliberal aconteceu a partir da década de 1990, acarretando, segundo Fiori (1997), consequências graves para o país, tanto no plano econômico quanto no plano sócio-político. Assim, no plano econômico, os efeitos se manifestaram sob a forma de recessão, quebra de empresas, desemprego e sucateamentos regionais e setoriais. Já no plano sócio-político, foram contatadas uma desorganização dos movimentos sociais e sindicais, uma destruição da capacidade de ação e coordenação estatal e uma generalização de condições de ingovernabilidade.

A adoção do ideário neoliberal também provocou uma transnacionalização da estrutura produtiva e dos centros de decisão da economia brasileira. De acordo com Fiori (2001), esta estratégia político-econômica enfraquece o Estado e a economia brasileira. Para ele, tanto o Estado quanto a economia ficam dependentes do capital internacional e do apoio dos Estados Unidos, especialmente nos momentos de crise. A estratégia neoliberal adotada pelo Brasil e pelos demais países da América Latina

(...) não oferece nenhuma garantia de governabilidade, porque os Estados endividados e prisioneiros dos “equilíbrios macroeconômicos” perdem também a capacidade de financiar as demais políticas setoriais e, em particular, as políticas de natureza social, num momento em que o seu crescimento econômica é reduzido e já não assegura a expansão do emprego, o que só agrava a herança de enorme desigualdade social em países como o Brasil. Este é um quadro que vai se generalizando na América Latina, onde os governos locais estão perdendo a capacidade de governar ou pelo menos estão ficando impedidos ou “dispensados” de governar suas economias (FIORI, 1997, p. 234).

Diante do cenário supracitado, são evidentes os efeitos do neoliberalismo e da globalização no mundo, tomando como exemplo o caso brasileiro. É a partir da nova (des)ordem capitalista, sob a égide neoliberal e da transnacionalização do capital, que

emergem uma reorganização da produção, novas formas de acumulação do capital e o processo de reestruturação produtiva do mundo do trabalho marcado pelo ideário neoliberal.

2.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O TOYOTISMO E AS NOVAS FORMAS DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

O processo de reestruturação produtiva do mundo do trabalho marcado pelo ideário neoliberal é, em parte, resultado da crise do fordismo ocorrida nos anos 1970, que, segundo Clarke, *é mais uma recente manifestação da crise permanente do capitalismo* (CLARKE, 1991, p.150). Nesse novo regime de acumulação, denominado por Harvey de *acumulação flexível* e por Corriat de *modelo japonês*, emerge, segundo Antunes, novos processos de trabalho, *onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado* (ANTUNES, 2000a, p.24), promovendo uma flexibilização produtiva, da organização do trabalho e dos trabalhadores.

Com relação ao método de produção, Gounet (1999) salienta seis pontos que devem ser considerados:

- a produção é conduzida pela demanda e o crescimento, pelo fluxo. Assim, as empresas produzem o que é vendido e toda organização da produção é condicionada pelo consumo. Desse modo, Antunes (2000a) salienta que a produção é puxada pela demanda, de maneira diversificada e variada, pronta para suprir o consumo.
- a tentativa de se evitar a formação de estoques, objetivando a máxima fluidez da produção, através de uma redução dos tempos mortos no processo produtivo por meio de uma *gestão informatizada dos fluxos produtivos*, o que contribui no aumento da produtividade e da intensidade do trabalho (BIHR, 1998).
- a flexibilização da organização do trabalho ocasionada pela flexibilização do aparato produtivo. Nesse contexto, segundo Gounet,

(...) um trabalhador opera em média cinco máquinas. Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta. Se há duas máquinas para operar ao mesmo tempo, ele chama um colega. O trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-

máquina torna-se de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso (GOUNET, 1999, p.27).

- a utilização do sistema *kanban*, placas que indicam a reposição de peças, como uma senha de comando que sinaliza a necessidade de reposição de peças/produtos. É através do sistema *kanban* que a produção se efetiva pela demanda; ou seja, é após a venda que se inicia o processo de reposição dos estoques, sendo assim, o início da produção é baseado nas encomendas efetivadas e na venda dos produtos, o que possibilita a existência de um “estoque mínimo”. Nesse sentido, o sistema *kanban* contribui para o método de produção *just-in-time*, que, por sua vez, garante um melhor aproveitamento do tempo de produção já que, de acordo com Corriat (1992), se produz as quantidades vendidas no tempo necessário exato para produzi-las.

- a produção de muitos modelos, porém, cada um em série reduzida. Para isso, diminui-se o tempo de adaptação das máquinas, fazendo uma preparação antecipada das operações de mudança. O sistema SMED, *single minute exchange die*, desenvolvido pelo professor Shiegho Shingo, juntamente com o *just-in-time*, possibilita a produção de modelos diferentes, podendo produzir diariamente 30 mil veículos do tipo A, 20 mil do B e 10 mil do C. Se houver mudança, basta equilibrar o estoque, o que permite ao toyotismo enfrentar melhor a crise econômica e a saturação do mercado, possibilitando também a redução do estoque (GOUNET, 1999, p.32-33). Portanto, há uma flexibilização dos aparelhos produtivos, Bihr (1998), evitando que as máquinas sejam “descartadas” em cada mudança de modelos.

- em vez de aprofundar a integração vertical, tem-se uma *horizontalização*, reduzindo, segundo Antunes (2000a), o âmbito da produção da montadora, desenvolvendo relações de subcontratação e expandindo os métodos e procedimentos de produção para todos os fornecedores. Como afirma Bihr (1998), as funções produtivas e administrativas tendem a se desconcentrar e desaglomerar dos grandes centros produtivos, espalhando-se por todo o espaço social. Dessa maneira, *a concentração piramidal do poder é substituída pelo poder resultante da gestão fluida e flexível de uma rede* (BIHR, 1998, p. 88).

Diante disso, para Gounet (1999), o sistema toyotista pode ser assim resumido: *é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada.* (GOUNET, 1999, p. 29).

Para que ocorra a flexibilização da produção e da organização do trabalho, é imprescindível também a flexibilização dos trabalhadores, o que supõe, segundo Gounet (1999), uma intensificação da exploração do trabalho operário. Em relação à intensificação do trabalho, destaca-se a atuação simultânea dos trabalhadores com várias máquinas e o sistema de luzes, denominado por Gounet de *gerenciamento by stress*, que permite uma elevação da velocidade da cadeia produtiva e, conseqüentemente, uma maior exploração do trabalhador.

Em toda a cadeia de produção há sinais luminosos com três luzes: verde, tudo em ordem; laranja, há super-aquecimento, a cadeia avança em velocidade excessiva; vermelha, há um problema (...). Se a luz está verde é sinal de que existem problemas latentes, que não aparecem. É preciso então acelerar o fluxo. Assim, a cadeia estará no limite da ruptura. Os problemas aparecerão. A empresa poderá remediá-los e elevar a produtividade, o desempenho, a capacidade de fabricar carros de qualidade. É preciso portanto que os sinais oscilem permanentemente entre o verde e o laranja, o que significa uma elevação constante do ritmo da produção (GOUNET, 1999, p. 29-30).

O trabalho também se intensifica pela formação de equipes que se articulam no controle da produção, assim, o trabalhador passa a ser vigia dele mesmo e do outro, introduzindo uma forma de *self control* em equipes. Além disso, há a telesupervisão integrada ao material produtivo, garantida pelo *soft control* informático (BIHR, 1998). Desse modo, o trabalhador é fortemente integrado à empresa, sendo submetido ao domínio do capital, o que contribui para o aumento de sua produtividade.

Além do *self control*, percebe-se ainda a organização de Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), em que os trabalhadores, instigados pelo capital, discutem seu trabalho e desempenho, visando melhorar a produtividade da empresa.

Para atender as necessidades do mercado, em um menor tempo e com uma qualidade melhor, o trabalhador é transformado em trabalhador multitarefa *o qual nem sempre é criativo e autônomo, mas simples tarefeiro em ações esvaziadas de conhecimento técnico e de compromisso político com a transformação, formal e realmente subsumido pelo capital* (KUENZER, 2005, p. 81); ou, como diria Alves (2000), o trabalhador polivalente demonstra-se como um *servidor de um sistema de*

máquinas. Segundo Antunes (2000a), a chamada “polivalência” do trabalhador permite que um operário opere com muitas máquinas, combinando várias tarefas simples, além de possibilitar o trabalho em equipe. Cabe aqui elucidar o conceito de polivalência explicitado por Kuenzer:

Por polivalência entende-se a ampliação da capacidade do trabalhador para aplicar novas tecnologias, sem que haja mudança qualitativa dessa capacidade. Ou seja, para enfrentar o caráter dinâmico do desenvolvimento científico-tecnológico o trabalhador passa a desempenhar diferentes tarefas usando distintos conhecimentos, sem que isso signifique superar o caráter de parcialidade e fragmentação destas práticas ou compreender a totalidade (KUENZER, 2005, p. 86).

Nessa perspectiva, Gounet sintetiza que o toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 1970. *Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe. No lugar da produção em massa, para desconhecidos, trabalha um elemento para ‘satisfazer’ a equipe que vem depois da sua na cadeia* (GOUNET, 1999, p.33). Assim, Gounet conclui com um certo “ar de ironia”: *em suma, o toyotismo elimina, aparentemente, o trabalho repetitivo, ultra-simplificado, desmotivante, embrutecedor. Afinal chegou a hora do enriquecimento profissional, do cliente satisfeito, do controle de qualidade* (Ibidem).

Todas essas mudanças ocorridas nas condições de trabalho eram impostas aos trabalhadores através da criação de sindicatos atrelados aos patrões e da garantia de emprego vitalício. A respeito do emprego vitalício, Watanabe afirma:

(...) esse sistema começou em 1961. Para obter dos trabalhadores o compromisso com o aumento da qualidade e produtividade os empresários ofereciam esta vantagem. (...) Essa experiência é muito curta e, atualmente, está diante de uma perspectiva de crise. (...) A instituição do emprego vitalício está ligada à estrutura salarial, que correspondeu à necessidade das empresas de garantir a permanência dos trabalhadores na mesma fábrica, no final dos anos 50, fase inicial do desenvolvimento do toyotismo (WATANABE apud ANTUNES, 2000a, p. 37-38).

Com relação aos sindicatos, Antunes (2000a) ressalta um distanciamento destes em relação ao *sindicalismo classista* e aos *movimentos sociais*, os sindicatos se submetem aos ditames do capital e do mercado. Os sindicatos *abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam à emancipação do*

trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal (ANTUNES, 2000a, p. 43). O declínio das atividades sindicais também está relacionado à manipulação ideológica dos trabalhadores, difundida por meio de um discurso de parcerias, incutindo no trabalhador um sentimento de parceria; o operário então passa a se sentir parceiro da empresa. Nessa perspectiva, o capital visa a aderir os trabalhadores a seus ditames, buscando consentimento entre eles no interior das empresas a fim de viabilizar os projetos e ações concebidas de acordo com os fundamentos do capital. Além disso, o toyotismo desenvolve mecanismos que visam a capturar o consentimento operário, subsumindo a subjetividade operária à lógica do capital (ALVES, 2000). *A principal estratégia de captura do consentimento operário do toyotismo é a emulação individual pelas estruturas ‘estimulantes’ dos mercados internos, do emprego vitalício, e hoje, particularmente, pelos novos sistemas de pagamento* (ALVES, 2000, p.51).

Diante do exposto, constata-se que a flexibilização produtiva da organização do trabalho e do trabalhador e a submissão dos sindicatos aos ditames do capital contribuíram significativamente na exploração do operário. A exploração do trabalhador foi intensificada ainda mais através do incremento na obtenção da mais-valia, com o objetivo de extrair o máximo de mais-valia da produção. Assim, por meio da ampliação da jornada de trabalho e da queda dos salários, há uma intensificação na extração da mais-valia absoluta; e, através do desenvolvimento tecnológico, a mais-valia relativa se torna mais intensa, o que contribui para o aumento da produção e também do desemprego estrutural. A extração da mais-valia é uma das características “vitais” da lógica do capital fortalecida pela situação alienada do trabalhador, o que faz com que este não perceba o grau de exploração da sua força de trabalho pelo capital. Portanto, para Marx, a alienação é um processo inerente a todo e qualquer trabalho e se dá em diferentes formas:

- A alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, sendo assim, tanto o produto do seu trabalho quanto os objetos naturais do mundo externo são alheios a ele.
- A alienação em relação a si mesmo, visto que tanto a atividade do seu trabalho quanto a sua vida pessoal e sua força de trabalho não estão sob seu domínio, por isto as percebe como algo estranho.

- A alienação em relação à intencionalidade do trabalho; esta deixa de ser livre para ser um meio de sobrevivência.
- A alienação do trabalhador diante dos outros homens, já que tanto a sua força de trabalho quanto o produto de sua atividade laboral são vistos por ele como algo estranho, pertencente ao capitalista.

Além disso, salienta-se ainda um novo estranhamento que se caracteriza pela captura da subjetividade do operário pela lógica capitalista. Há uma divisão do trabalho entre os que tomam decisões estratégicas, denominados de “bureau”, e os que dominam os detalhes operacionais, isto é, os operários de base (ALVES, 2000). Assim, as decisões mais relevantes sobre a produção são tomadas por uma minoria, restando aos operários apenas algumas decisões operacionais. Há uma aparente eliminação entre os processos de execução e elaboração do trabalho. A decisão do que será produzido e de como se dará a produção não pertence ao trabalhador (ANTUNES, 2000a). Desta forma, por meio da captura da consciência operária pela lógica do capital, procura-se ocultar este novo caráter do estranhamento.

Contudo, percebe-se que a produção de mais-valia é uma das características essenciais do sistema capitalista, que, por sua vez, através da alienação, procura reorganizar o capital, privatizando, desregulamentando e flexibilizando os direitos trabalhistas, promovendo uma reestruturação produtiva.

A transnacionalização do capital, sob a égide da onda neoliberal, correspondeu a uma resposta econômica do capital à crise dos anos 1970, o que muito contribuiu para a implantação de um processo de reestruturação do capital, intensificando mudanças no aparato produtivo. Tais mudanças acarretaram a constituição das formas de acumulação flexível e do modelo toyotista, bem como o avanço tecnológico, o que ocasionou a intensificação e a superexploração do trabalho.

Enfim, a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva se correspondem e se entrelaçam no processo que configura as novas transformações do mundo do trabalho.

2.4 OS EFEITOS DELETÉRIOS DA NOVA ORDEM SOCIETAL SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

O novo rearranjo societal traz desdobramentos catastróficos sobre o mundo do trabalho. Como afirma Vasapollo: *a nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilidade e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados* (VASAPOLLO, 2005, p.27).

Diante desse cenário, surge uma nova modalidade de trabalho precarizado, denominado por Vasapollo (...) de “trabalho atípico”. Essa designação, segundo ele, se contrapõe às formas de trabalho regulamentadas e relativamente estáveis que vigoraram no período da indústria fordista e expressam formas de

prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico, são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais contratuais, por tempo indeterminado e full-time. Quase 25% dos empregados na Itália são independentes, contra 15% no restante da Europa. Isso confirma um modelo mediterrâneo, representado pela Espanha e pela Itália, no qual o percentual de trabalho independente é maior que 20% do total de empregos. Formas de trabalho autônomas estão presentes em todo setor terciário, desde o mais pobre àquele mediano, e nas atividades precárias, como acontece nas temporadas dos setores de agricultura e de turismo, nos transportes e nas telecomunicações. Além do mais, existe, na Itália, uma forma de exteriorização dos serviços: o subcontrato das cooperativas. A diminuição dos postos de trabalho efetivos e estáveis não só está vinculada a um processo mais amplo de precariedade, mas também à afirmação de atividades flexibilizadas e intermitentes, em um contexto que supera o mercado de trabalho e se impõe como modalidade da vida cotidiana (VASAPOLLO, 2005, p. 34-35).

Esse panorama, de acordo com Antunes (2005), configura uma nova morfologia do trabalho:

(...) além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas asemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo (ANTUNES, 2005, p. 17).

Diante dessa nova morfologia do trabalho, se faz necessário compreender de modo mais abrangente como se configura a classe trabalhadora hoje. Antunes (2005) adota a terminologia “classe-que-vive-do-trabalho” para se reportar à classe dos trabalhadores. Segundo o autor, a *classe-que-vive-do-trabalho* compreende todos os seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho em troca de salário e são desprovidos dos meios de produção: trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços *part-time*, proletariado rural, os denominados bóias-frias, trabalhadores desempregados que constituem o exército de reserva. Destarte, a classe trabalhadora é composta de trabalhadores produtivos, considerados por Antunes (2005) como sendo aqueles que produzem diretamente a mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital; e trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço e que não constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital. Essa classe exclui os pequenos proprietários urbanos e rurais, proprietários dos meios de produção, os gestores do capital e seus altos funcionários e ainda aqueles que vivem da especulação e dos juros. A classe trabalhadora tem, portanto, uma conformação mais *fragmentada*, mais *heterogênea*, mais *complexificada*, enfim, mais multifacética.

A *fragmentação* dos trabalhadores é percebida por meio da redução do proletariado industrial, fabril, e do aumento do subproletário, ou do trabalho precarizado, denominados terceirizados ou subcontratados. Estatisticamente, é possível visualizar a diminuição do contingente operário industrial. Na França, em 1962, o contingente operário representava 39% da população ativa; em 1989, o índice era de 29,6%. Na Itália, em 1980, houve uma redução dos trabalhadores na indústria de 40% e de 30% em 1990. No Canadá, previa-se uma redução de 25% de trabalhadores que perderiam o emprego por conta da automação. Nos Estados Unidos, estimava-se que 35 milhões de empregos seriam eliminados. Já na Europa Ocidental, calculava-se que, no final do século XXI, haveria uma queda de 20 a 25% do proletariado fabril (ANTUNES, 2000a). Por outro lado, há um crescimento do setor de serviços, em que o trabalho assalariado se expande, e também uma acentuação do trabalho parcial, temporário, terceirizado, precário e subcontratado. Estatisticamente, percebe-se que na França o número de empregos em tempo parcial foi de 21,35% entre 1982 e 1986. Na Inglaterra, os “trabalhadores flexíveis” aumentaram 16% , ao passo que os empregos permanentes caíram em 6%. Nos Estados Unidos, cerca de um terço dos novos empregos criados no mesmo período eram empregos “temporários” (ANTUNES, 2000a). A precarização das

condições de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas configuram este novo contingente de trabalhadores denominados, dentre outras categorias, terceirizados e subcontratados.

Para Bihr (1998), o proletariado se fragmentou em três categorias: *os proletários estáveis e com garantia* (são aqueles que ainda têm a garantia de um emprego, a manutenção do salário, possibilidades de promoção na empresa, negociação nas condições de trabalho, mas que à medida que a crise fordista se intensificava as suas garantias se restringiam); *os proletários excluídos do trabalho* (esta categoria é composta principalmente de idosos, trabalhadores pouco qualificados e jovens, estes são excluídos do mercado de trabalho, o que intensifica ainda mais a precária condição de vida desta parcela da população); e, entre estes, está a *massa flutuante de trabalhadores instáveis* (são os proletários subcontratados ou que trabalham por encomenda; os trabalhadores que operam em tempo parcial; os trabalhadores temporários, que trabalham com contrato de duração determinada; os estagiários ou aqueles que trabalham clandestinamente). Tais categorias de proletários são submetidas a este precário mundo do trabalho adequado à lógica do capital e tendem, cada vez mais, a se separar uma das outras. Como salienta Bihr (1998):

(...) entre os trabalhadores estáveis e com garantias, assiste-se ao desenvolvimento de reações corporativas em relação aos trabalhadores instáveis e aos desempregados de longa duração. [...] Para os recém-formados, o trabalho instável (principalmente o provisório) é com frequência apenas transitório e preparatório para uma inserção duradoura no trabalho, outras categorias de trabalhadores (mulheres, homens adultos, jovens sem formação) tendem, ao contrário, a se fechar em um ciclo ininterrupto de trabalho instável/desemprego ou inatividade/trabalho instável, e até mesmo a saírem da instabilidade por baixo: mergulhando no desemprego de longa duração (BIHR, 1998, p. 86).

A *heterogeneização* da classe trabalhadora é constatada por meio do incremento da força de trabalho feminina, visto que esta representa cerca de 40% do total da população economicamente ativa em países capitalistas avançados. O incremento da força de trabalho feminina no mercado de trabalho tornou possível a exploração da força de trabalho das mulheres, em empregos de tempo parcial ou em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. O capital se apropria do trabalho feminino, das experiências que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Nessa perspectiva, têm destaque

ainda a exclusão de jovens e idosos e a inclusão de crianças no mercado de trabalho (ANTUNES, 2000).

A *complexificação* da classe trabalhadora se expressa num contexto de fragmentação e heterogeneização, em que a classe produtora demonstra uma expressiva diversidade interna e uma subjetividade peculiar. Destarte, as formas de consciência do trabalhador e a forma com que ele se percebe alteram-se (ANTUNES, 2000a).

Frente ao exposto, é importante salientar o caráter polissêmico do trabalho, que, segundo Antunes (2005), pode ser compreendido nos seguintes termos: *há trabalho produtivo hoje onde não existia ontem* (ANTUNES, 2005, p. 97). Assim, segundo Vasapollo (2005), com o processo de mundialização do capital e, por conseguinte, de re-territorialização e desterritorialização, emergem novas regiões industriais e outras desaparecem. A produção dos países industrializados é deslocada para além dos limites nacionais, se inserindo em países cujas garantias trabalhistas são mínimas, os salários baixos e em que há uma especialização do trabalho, na busca de reduzir cada vez mais os custos.

Com as transformações sociais em curso, há significativa alteração ocorrida na forma de *ser* do trabalho; deste modo, se, por um lado, impulsiona para uma maior qualificação do trabalho, de outro, estimula para uma maior desqualificação. Devido ao incremento tecnológico e ao avanço científico, há um impulso para um trabalho mais intelectualizado, fazendo com que um segmento de trabalhadores ditos mais “qualificados” assumam a função de coordenação, programador, controlador de qualidade, dentre outras. No entanto, com a criação dos trabalhadores multifuncionais, há um processo de desqualificação dos operários, em que os trabalhadores denominados qualificados são submetidos a mecanismos de controle de saber sobre o trabalho conforme Lucena (2004), o que diminui o poder destes sobre a produção. Portanto, há um processo simultâneo de qualificação e desqualificação do trabalho (ANTUNES, 2000a).

Há ainda na sociedade contemporânea a expansão do trabalho dotado de uma dimensão mais intelectualizada, em que o saber científico e o saber laborativo se mesclam. Nesse sentido,

(...) as máquinas inteligentes não podem excluir o trabalho intelectual operário, este, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se um complexo

processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensificada e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (ANTUNES, 2005, p. 35).

Tal processo acentua a redução do trabalho vivo pela utilização da tecnologia, o que muito contribui para a destruição, precarização e eliminação dos postos de trabalho, resultando em um monumental desemprego estrutural (ANTUNES, 2005).

Outro aspecto relevante a ser considerado é o crescimento do trabalho em serviços tidos como esferas não diretamente produtivas, mas que realizam atividades, na maioria das vezes, ligadas ao trabalho produtivo. Para Antunes,

(...) o que se pode observar é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção (ibidem, p. 37).

Diante dessas novas configurações do trabalho, percebe-se, segundo Mézaros (2006), dois obstáculos centrais enfrentados pelo trabalho: a flexibilização e a desregulamentação. Esses, por sua vez correspondem à desumanizadora precarização da força de trabalho.

A flexibilização do trabalho é entendida por Vasapollo como:

(...) liberdade da empresa para desempregar os trabalhadores sem penalidades, reduzir ou ampliar o horário de trabalho, pagar salários reais mais baixos do que a paridade (...) de trabalho exige; possibilidade de dividir a jornada de trabalho em dias e semanas mudando horários e as características do trabalho (...). A flexibilização (...) é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições (VASAPOLLO, 2005, p. 11).

É no contexto de flexibilização do trabalho que emergem as novas ofertas de trabalho, em que o trabalhador, na maioria das vezes, perde seus direitos e suas garantias sociais, frente ao processo de desregulamentação. Para Vasapollo,

(...) tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: o trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um

não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais (ibidem, p. 10).

Para Pochmann (2006a), o movimento de desestruturação do mercado revela a dimensão da atual crise do emprego e apresenta três dimensões: o desemprego em praticamente todos os segmentos sociais; a regressão dos postos de trabalho formais; e a destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade sem a mesma contrapartida nos empregos criados.

Dentre as transformações ocasionadas pelas novas configurações do mundo do trabalho, a mais cruel foi a intensificação do desemprego estrutural, e este, por sua vez, agravou ainda mais a exclusão social. Com o aumento do investimento em máquinas e tecnologia pelos donos dos meios de produção, da redução da compra da força de trabalho, acrescido ao processo econômico recessivo do capital, consolida-se o desemprego estrutural (LUCENA, 2004). Assim, surge uma imensa parcela da população excluída do mercado de trabalho. Nesse contexto, ressalta-se que

Com o crescimento do desemprego estrutural, os trabalhadores passam a ter como utopia o que sempre denunciaram e repudiaram: a exploração e precariedade do trabalho humano. Utopias que passam a se materializar na luta pelo ‘direito’ de serem explorados. Nesse sentido, a exploração humana se transforma em sinônimo de sobrevivência (LUCENA, 2004, p. 286).

Segundo dados da OIT – Organização Internacional do Trabalho-, quase um terço da população mundial disponível para o trabalho exerce trabalhos parciais, precários, temporais ou está desempregada. Como afirma Antunes (2005), os trabalhadores

Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, à cata de algo para sobreviver. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2005, p. 12).

O desemprego vem acompanhado de uma precariedade daqueles trabalhadores que ainda continuam em atividade. Com a emergência da denominada “empresa enxuta”, em que há a busca pela redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto; cresce o número da informalidade, da terceirização, da precarização e do

desemprego estrutural (ANTUNES, 2005). Assim, o empresariado faz da jornada de trabalho um elemento para explorar os salários, já que a empresa possui a centralidade com relação à condição salarial. (VASAPOLLO, 2005). Nesse sentido,

A expansão ilimitada dessa lógica microcós mica para a totalidade das empresas em amplitude mundial acaba por gerar uma monumental sociedade dos descartáveis, uma vez que a lógica da reestruturação e da produtividade, quando comandada pelo ideário e pela pragmática do capital, acarreta a crescente redução do trabalho vivo e sua substituição pelo trabalho morto (ANTUNES, 2005, p. 15).

As taxas exorbitantes de desempregados atingem também os denominados países desenvolvidos, variando entre 4% e 14% (VASAPOLLO, 2005). Segundo Mészáros (2006), existem mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Além disso, a Rússia e a Hungria também apresentam condições desumanizadoras de desemprego. Para Vasapollo (2005), em países de desenvolvimento médio, onde estão implantandas as empresas deslocalizadas, o índice varia entre 10% e 20%. Vasapollo salienta que nos países denominados Terceiro Mundo não há como medir o desemprego, pois, para ele, não existem regras ou instrumentos capazes de calcular o número daqueles que têm um trabalho real. Apesar de considerar importante a observação de Vasapollo, apenas para exemplificar, dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – revelam que, no final de 2006, a taxa de desemprego no Brasil era de 8,4%; ao passo que, em 2005, era de 8,3%. Segundo o IBGE, 10% dos brasileiros economicamente ativos estão desempregados. Pochmann (2006a) ressalta que, em 1994, o Brasil foi incluído no bloco dos países com maior volume de desempregados.

Frente ao exposto, é válido mencionar, de acordo com Vasapollo (2005), que a flexibilidade contribui para que a taxa de desempregados seja medida de forma que se considere como ocupados também aqueles que trabalham poucas horas por semana, contando como trabalhador todos os tipos de trabalho por tempo indeterminado, intermitente ou precário, não evidenciando que *antes de um fictício aumento da ocupação, diminui significativamente o total dos salários* (VASAPOLLO, 2005, p. 91).

Pochmann (2006a) assevera que o desemprego tornou-se um fenômeno complexo e heterogêneo, atingindo praticamente todos os segmentos sociais, incluindo camadas com maior escolaridade, profissionais com experiência em níveis hierárquicos

superiores e altos escalões de remuneração. Com relação à parcela da população com maior grau de escolaridade, percebe-se que

(...) entre 1992 e 2002, a taxa de desemprego subiu a um ritmo mais rápido nos níveis de maior escolaridade. Para os indivíduos com quatorze anos de estudo, por exemplo, a variação do desemprego no período foi de 76,9% - uma diferença três vezes maior que a verificada para aqueles que têm até três anos de estudo. Ao contrário do que prevê a teoria do capital humano, a análise revelou que os mais escolarizados, no Brasil, são os mais penalizados no interior do mercado de trabalho. Em um quadro de estagnação econômica, de reduzido investimento tecnológico e de aumento da precariedade dos postos de trabalho, como se constata nas duas últimas décadas no Brasil, o avanço dos níveis de escolaridade se mostrou incapaz de potencializar a geração de empregos (POCHMANN, 2006, p. 66).

Além do desemprego estrutural, salienta-se também o desenvolvimento da subproletarização tardia, o qual é caracterizado por uma parcela importante do *‘proletariado pós-industrial’*, um *‘equivalente contemporâneo do proletariado sem direitos, oprimido e empobrecido’* (...) é um aspecto dissimulado da nova exclusão social, do qual o desemprego estrutural é sua fratura exposta (ALVES, 2000, p. 78).

Há uma grande parcela de trabalhadores assalariados em tempo integral, que possuem uma maior segurança no trabalho, alguns benefícios e devem ser flexíveis aos ditames do capital. Uma parte desses assalariados é subcontratada, constituída por trabalhadores avulsos, facilmente descartados em momentos de crise e recessão, além de representarem uma alta rotatividade. Inseridos neste contexto, estão também os trabalhadores assalariados em tempo parcial, os quais constituem uma massa de trabalhadores submetida a contratos de trabalho por tempo determinado, facilmente demitida e explorada pelo capital (ALVES, 2000).

O segundo componente, de acordo com Pochmann (2006a), caracteriza a desestruturação do mercado de trabalho e se refere à diminuição dos postos de trabalho formais. De acordo com Kuenzer (2005), presencia-se um processo caracterizado como “exclusão includente”, em que se criam várias estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal e incluí-lo em um mundo do trabalho precarizado.

(...) trabalhadores são desempregados e reempregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou reintegrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo

que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado (KUENZER, 2005, p. 92).

Vivencia-se atualmente uma mudança substancial na estrutura ocupacional do país ocasionada pela perda de participação do emprego assalariado no total da ocupação. Durante as décadas de 1940 e 1970, a cada dez postos de trabalho criados, oito correspondiam a empregos assalariados, sendo sete com carteira assinada. Já nos anos 1990, de cada dez empregos criados, somente quatro eram assalariados. Constata-se, então, uma diminuição dos empregos assalariados com registro. (POCHMANN, 2006a).

O processo de destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados, constitui, para Pochmann (2006a), o terceiro elemento que intensifica a desestruturação do mercado de trabalho. Ocorre um aumento no número de trabalhadores que se inserem em ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho. Dessa forma, a grande maioria das vagas abertas no mercado de trabalho corresponde a ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras (POCHMANN, 2006a).

Com a desestruturação dos diferentes mecanismos de trabalho formal, manifesta-se intensamente na sociedade atual um excedente de trabalhadores desempregados ou sub-empregados, resultado, de acordo com Pochmann (2006b), de dois movimentos de ordem estrutural. De um lado, constata-se a proliferação de pressões favoráveis à ampliação da oferta de mão-de-obra; de outro, o avanço de contrapressões voltadas à redução do potencial ocupacional na economia nacional. As pressões que atuam pelo lado da oferta de mão-de-obra, estimulando o acirramento da competição por vagas no interior do mercado de trabalho, se referem à composição demográfica, à concentração da renda funcional e à participação do segmento economicamente ativo em relação ao total da população.

No que diz respeito à pressão da demografia economicamente ativa, percebe-se, no Brasil, a partir de 1960, um decréscimo da taxa de expansão da população total e um crescimento da PEA (População Economicamente Ativa), passando a ser superior ao aumento da população total a partir da década de 1970. Isso significou uma pressão em termos de expansão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Além disso, uma maior parcela da população total brasileira encontra-se numa faixa etária superior aos 15

anos. Segundo Pochmann (2006b), em 2000, quase 70% do total da população possuía idade acima de 15 anos de idade, ao passo que, em 1980, o índice era de menos de 60%.

Com a degradação na distribuição funcional da renda no Brasil, mais pessoas buscam no mercado de trabalho uma alternativa ocupacional para obtenção ou complementação de rendimento. Os baixos rendimentos contribuíram para aumentar o potencial de força de trabalho ativa no interior do mercado de trabalho. Assim, em 2003, dos 21 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros, 32% continuavam no mercado de trabalho (POCHMANN, 2006b, p. 28). Pode-se acrescentar ainda uma pressão adicional por maior quantidade de postos de trabalho de 4,6 milhões de pessoas com menos de 16 anos de idade. E ainda, 3,9 milhões de ocupados que exercem dois ou mais postos de trabalho. Há também uma quantidade significativa de ocupados com jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais. Nesse sentido,

(...) aposentados e pensionistas ocupam 6,3 milhões de vagas existentes, crianças e adolescentes de até 15 anos de idade ocupam 2,9 milhões de vagas existentes, 3,9 milhões de trabalhadores têm dupla ocupação e 29,3 milhões de trabalhadores com jornada acima de 44 horas semanais ocupam 4,1 milhões das vagas existentes (ibidem, p. 29).

Desde 1980, houve uma elevação da presença da população economicamente ativa no mercado de trabalho em relação ao conjunto da população. Embora isso diga respeito ao gênero masculino e feminino, há uma maior pressão decorrente do sexo feminino. Entre 1970 e 2000, a taxa de participação feminina cresceu 146,7%, já a masculina aumentou 10,6% (ibidem, p. 29).

Em relação às contrapressões que constroem o potencial de geração de postos de trabalho, destacam-se, no atual modelo econômico neoliberal, três tipos distintos: o baixo crescimento econômico, a abertura comercial e financeira e as alterações no papel do Estado.

A abertura de quantidade necessária de vagas para absorver o conjunto da força de trabalho que chega ao mercado de trabalho foi comprometida pela perda de dinamismo do capitalismo brasileiro desde 1980. No período de 1981 a 2004, a taxa média anual de variação do Produto Interno Bruto foi apenas 31% da taxa média anual verificada entre 1950 e 1980. Na década de 1990, 2 a cada 3 brasileiros que entraram no mercado de trabalho conseguiram encontrar ocupação. Entre 1980 e 2003, o desemprego foi multiplicado por 3,5 vezes, atingindo praticamente os mais distintos

segmentos sociais, inclusive aqueles com maiores graus de escolaridade. Além disso, a oferta de mão-de-obra sobrando no interior do mercado de trabalho contribuiu para o achatamento salarial dos trabalhadores ocupados. Entre 1980 e 2003, o poder aquisitivo do salário mínimo foi reduzido em praticamente 50% (ibidem, p. 30).

Ainda de acordo com Pochmann (2006b), com a abertura da economia brasileira desde 1990, houve uma compressão das principais fontes geradoras de novas ocupações. No setor industrial, por exemplo, cerca de 1,2 milhões de postos de trabalho foram destruídos. Além disso, o setor privado adotou o uso da terceirização, da redução de hierarquias ocupacionais e dos programas de autocontrole da produção, o que contribuiu para o corte de pessoal e para a intensificação do tempo de trabalho entre os ocupados. Assim, durante a década de 1990, a cada 10 ocupações criadas, três eram domésticas, duas de trabalhadores ambulantes, uma outra de limpeza e uma outra de segurança pública ou privada. Das ocupações criadas no Brasil, 70% estiveram concentradas em atividades que não têm a ver com modernização técnica e produtiva.

Com a mudança no papel do Estado no Brasil, cerca de 550 mil postos de trabalho que pertenciam ao setor produtivo estatal foram destruídos durante a década de 1990. Desse modo, a reforma no papel do Estado facilitou a demissão de pessoal e a ampliação da terceirização de atividades. Nos anos 1990, o conjunto de empregados do setor público situou-se abaixo de 8% do total de ocupação no Brasil (ibidem, p. 31-32).

Constata-se uma crise de emprego gerada no Brasil desde 1990, o que não foi suficiente, segundo Pochmann (2006b), para que o país viesse a constituir um sistema público de emprego. *As políticas públicas direcionadas ao desemprego aprofundou a fragmentação das ações em diversas instituições sem coordenação, com maior pulverização dos recursos e ainda reduzida escala de cobertura* (ibidem, p. 34).

No que se refere à presença dos gastos com políticas de emprego em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), nota-se que, a Espanha, por exemplo, com taxa de desemprego um pouco abaixo da registrada no Brasil em 2000, compromete 2,6% do PIB, ao passo que a economia brasileira gasta menos de 1%. Isso pode ser observado por meio do seguinte gráfico:

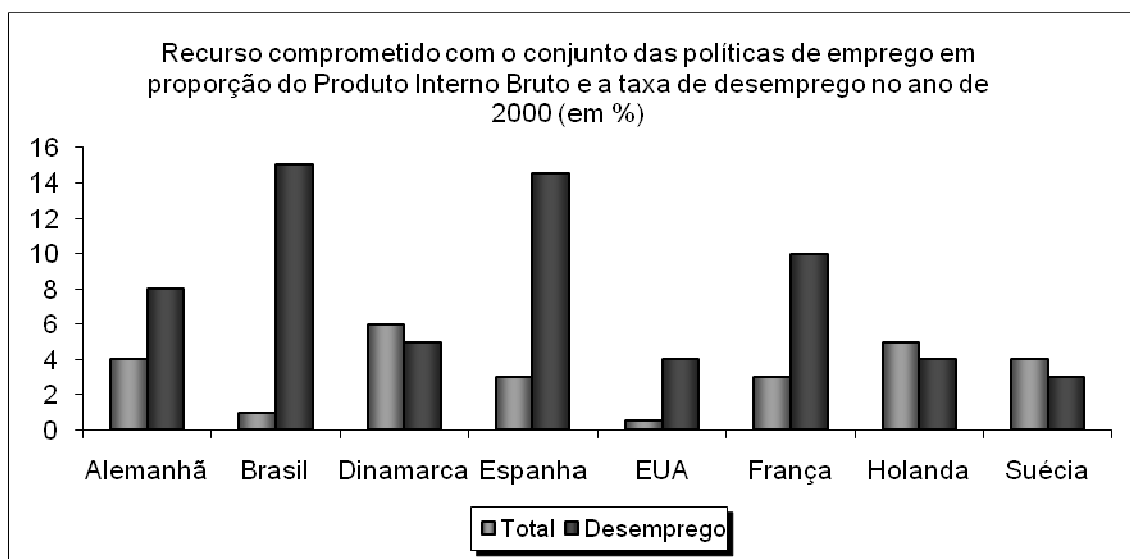


GRÁFICO 1: Recurso comprometido com as políticas de emprego em proporção ao produto interno bruto e a taxa de desemprego no ano de 2000.

Fonte: OCDE, 2001 e IBGE e MTE, 2001 apud POCHAMNN, 2006b, p. 34

Pochmann (2006b) aponta que, em 1995, o desemprego atingiu 4,5 milhões de trabalhadores e que o governo federal comprometeu 0,62% de todo o PIB com políticas de emprego. Cinco anos depois, o IBGE registrou 11,5 milhões de desempregados no país e o governo federal gastou 0,89% do PIB com políticas de emprego.

Com a ausência de políticas de emprego, a sociedade é dividida entre indivíduos empregáveis e os não-empregáveis. *Para os últimos, resta-lhes uma procura interminável por um emprego que passa longe do mercado de trabalho formal, estruturando um cenário de precariedade total e permanente* (LUCENA, 2004, p. 188).

No cenário neoliberal, a formação profissional permanente contribui para o aumento da competição e da exclusão no mercado de trabalho. Assim, estão sendo criadas novas formas de trabalho autônomo que evidenciam uma situação de trabalho atípico e sazonal (VASAPOLLO, 2005).

Por trás da ilusão do trabalho autônomo, de auto-empresário, de liberdade econômica e social, existe sempre uma nova forma de trabalho subordinado, sem normas trabalhistas, uma exploração por empreitada, sem quaisquer garantias sociais, até pela inexistência de cobertura de seguros (de saúde, acidente, aposentadoria e outras mais) (VASAPOLLO, 2005, p. 37).

Diante desse cenário, surge uma nova categoria de pobres composta de desempregados, trabalhadores mal remunerados, idosos e famílias numerosas, os quais,

conforme Vasapollo (2005), constituem a categoria dos novos pobres, formada por profissionais de meia idade, a denominada classe média, que, amiúde, não se pronuncia, escondendo-se atrás de uma espécie de “vergonha” (ibidem, p. 91).

Tendo em vista a acumulação do capital, percebe-se uma precarização cada vez mais acentuada do trabalho, já que *a reestruturação produtiva se alimenta e se dinamiza mais quanto mais produz o seu contrário: o trabalho precarizado* (KUENZER, 2005, p. 92). Seguramente, a precarização do trabalho contribui para a acumulação de riqueza num pólo e acumulação da miséria no outro. (IANNI, 1980).

A lógica do capital intensifica a exploração do trabalho por meio do aumento da mais-valia, criando e recriando novas formas de alienação, fazendo com que uma grande parcela da população seja obrigada a vender a sua força de trabalho por um salário que mal garante a sua sobrevivência. Aqueles que não conseguem vender a sua força de trabalho compõem a grande “‘massa sobrança’, tidos como economicamente inaproveitáveis e, portanto, objetivamente descartáveis” (ASSAMNN apud MALUSÁ, 2001, p. 27). Sendo assim, segundo Lucena (2004), os empregados são obrigados a aceitar qualquer condição de trabalho, tendo em vista a permanência no emprego; os desempregados se vêem forçados a se inserir no mercado informal, consolidando um período que Lucena denomina de “tempos de destruição”: *que colocam os homens em disputa entre si não mais por melhores salários ou conquistas sociais, mas pelo direito da venda da sua força de trabalho* (LUCENA, 2004, p.13).

No Brasil, as políticas sociais voltadas para o emprego começam a estruturar-se a partir dos anos 1990, com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Uma das ações governamentais voltadas para minimizar os índices de desemprego nos anos 1990 foi o Programa Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), criado no governo Fernando Henrique Cardoso e desenvolvido de 1996 a 2002. Já em 2003, no governo Lula, surge o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em substituição ao PLANFOR.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), criado em 1995 e efetivado a partir de 1996, constituiu-se como um mecanismo das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, tendo como principal fonte de financiamento o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e de acordo com a Resolução 194/98 – CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador).

O PLANFOR propôs a seguinte meta:

(...) qualificar, por meio da oferta de Educação Profissional, pelo menos, 20% da População Economicamente Ativa (PEA), o que significou aproximadamente 15 milhões de pessoas com idade superior aos 16 anos, tendo em vista a inclusão no mundo do trabalho. Esse programa envolveu 15,3 milhões de trabalhadores nos Planos de Qualificação Profissional, havendo uma crescente disponibilização de recursos nesse período, que passou de R\$ 28 milhões, em 1995, para R\$ 493 milhões, em 2001. Ao mesmo tempo, a carga horária média dos cursos oferecidos passou de 150 horas para 60 horas médias, indicando a priorização da quantidade da oferta sobre a sua possível qualidade. Já para o último ano de governo, os recursos foram reduzidos para R\$ 153 milhões, aproximadamente 30% dos valores do ano anterior; para 2003, primeiro ano do novo governo, o orçamento da União, definido ainda no governo anterior, destinou apenas R\$ 186 milhões (MTEGOV apud KUENZER, 2006, p. 888).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) teve a intenção de articular as ações de qualificação profissional com o projeto político macroeconômico, marcado pelo neoliberalismo, encontrando respaldo no consenso social formado em torno da importância da qualificação profissional como condição para o desenvolvimento nacional. O Plano foi tornado objeto de financiamento de um fundo específico, o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que o qual possibilitou a estruturação, consolidação e sistematização de um conjunto de ações em torno do Sistema de Seguro-Desemprego, as quais compõem as políticas públicas de emprego (PPE). Além disso, o PLANFOR foi gerido por um conselho deliberativo tripartite e partidário, o CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), no interior do qual os recursos necessários à implementação do Plano passaram a ser disputados pelos seus gestores e executores (CÊA, 2006, p. 232-233). O PLANFOR foi gerido por um conselho deliberativo tripartite, estabelecendo a participação dos trabalhadores, dos empresários e do Estado nas decisões e no controle das ações relativas à Educação Profissional nos âmbitos da União, das unidades federadas e dos municípios por intermédio dos Conselhos do Trabalho (KUENZER, 2006, p. 888).

Cêa (2006) afirma que o Plano se propôs a colaborar com a modernização das relações de trabalho e com a implementação de uma política pública nos marcos da nova configuração do Estado brasileiro. Ainda segundo essa autora, o Plano se destacou por ser

capaz de orientar ações de qualificação profissional que tiveram o mercado como foco, partindo do pressuposto da identificação entre as necessidades do capital e do trabalho, o que, de forma correlata, levava a supor que as necessidades e interesses das empresas

representavam as necessidades e interesses da sociedade em geral (CÊA, 2006, p. 231).

Para Cêa (2006), o plano postulava:

a) a necessidade de se oportunizar à massa de trabalhadores condições para o aumento da empregabilidade, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, supostamente exigidas pelo determinismo tecnológico e pela competitividade típica do mercado; b) a elaboração, gestão e execução descentralizada da política pública de qualificação profissional, por meio da articulação, em espaços deliberativos tripartites, de diferentes sujeitos políticos coletivos (governo, empresários e trabalhadores) (ibidem, p. 231).

A participação das entidades públicas na execução do PLANFOR serviu a dois propósitos:

(...) legitimar a destinação de verbas públicas para entidades privadas e tornar o FAT uma fonte de recursos para entidades públicas – qualificada como recursos externos –, desobrigando, de certa forma, o Estado estrito senso de prover integralmente as necessidades orçamentárias de tais instituições (CÊA, 2006, p. 235).

Segundo o Guia do PLANFOR 1999-2002, dentre a população alvo prioritária para fins de aplicação dos recursos do FAT, estavam:

- pessoas desocupadas, principalmente do seguro-desemprego e candidato a primeiro emprego;
- pessoas sob risco de desocupação em decorrência de processo de modernização tecnológica, privatização, redefinições políticas econômicas e outras formas de reestruturação produtiva;
- pequenos e microprodutores, principalmente pessoas beneficiárias de alternativas de créditos financiados pelo FAT;
- pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria ou autogestionada (BRASIL, 1999, p. 43).

O público que precisa ser atendidos pelas entidades profissionalizantes, segundo documentos do PLANFOR, compõe-se de *segmentos da População Economicamente Ativa vulneráveis social e economicamente* (FIDALGO e MACHADO, 2000, p. 97). Eles teriam como característica:

Atividades autônomas de pequeno porte, a experiência de desemprego ou de risco de desocupação, suscetibilidade à discriminação e

desvantagens competitivas no mercado de trabalho, necessidade de buscar suporte em estratégias cooperativas e de autogestão e, ainda, dificuldades de acesso a programas de qualificação ou requalificação profissional (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 97).

Os documentos de PLANFOR demonstram a expectativa de que a educação profissional implementada pelas entidades profissionalizantes seja um complemento para a suplência de educação básica e que não sirva de substituto dessa. Manifestam, ainda a expectativa de essa educação profissional seja organizada a partir de bases contínuas e flexíveis, contemplando alternativas de aprendizagem, qualificação, requalificação e de especialização, o que implica no desenvolvimento de um processo não restrito ao curso, mas que envolva outras atividades que também levam ao desenvolvimento das habilidades dos educandos (ibidem, p. 97).

Os documentos do PLANFOR, também apontam para a necessidade de desenvolvimento e aplicação, por parte as entidades implementadoras dessa política, de metodologias que tenham por preocupação fundamental:

As características, os interesses, as capacidades e as necessidades de aprendizagem comuns e, ao mesmo tempo, respeitar e considerar as diversidades regionais, sociais, culturais, étnicas, etárias e de gênero, bem como as dificuldades que os portadores de necessidades especiais apresentam (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 97).

Neste sentido, segundo Fidalgo e Machado (2000), a educação não pode ser pensada fora dos interesses e necessidades sociais concretas e desarticulada das políticas de emprego e renda que garantam o desenvolvimento social e econômico mais harmonioso. No entanto, o PLANFOR não conseguiu reverter o processo de ofertas espontâneas e desconectadas de interesses e necessidades sociais, que não levam em consideração as situações sócio-culturais dos grupos a que se dirigem. Como consequência, a não superação desse paradigma tem levado à dispersão de recursos e à impossibilidade de promoção de ações de mais longo alcance e de significado mais amplo.

As avaliações externas mostraram que o PLANFOR, além do mau uso dos recursos públicos, caracterizou-se:

(...) pela baixa qualidade e baixa efetividade social, resultante de precária articulação com as políticas de geração de emprego e renda, desarticulação das políticas de educação, reduzidos mecanismos de

controle social e de participação no planejamento e na gestão dos programas e ênfase em cursos de curta duração focados no desenvolvimento de habilidades específicas (KUENZER, 2006, p. 889).

Em substituição ao PLANFOR, o governo do presidente Lula apresentou nova proposta de política pública de Educação Profissional, expressa no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), para o período 2003/2007, com os seguintes objetivos: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (PNQ, 2003, p. 17).

Segundo o discurso governamental o PNQ fundamenta-se em seis dimensões principais: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional, cujas concepções são em síntese:

(...) o reconhecimento da Educação Profissional como direito, como política pública e como espaço de negociação política; exigência de integração entre educação básica e profissional, para o que a duração média dos cursos passe a ser estendida para 200 horas; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores; exigência de formulação e implementação de projetos pedagógicos pelas agências contratadas; garantia de investimentos na formação de gestores e formadores; a implantação de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos; a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas com relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento: transparência e controle no uso dos recursos públicos (PNQ apud KUENZER, 2006, p. 889-890).

De acordo com o discurso oficial o Plano Nacional de Qualificação objetiva contribuir para:

- I – A formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as;
- II – Aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
- III – Elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a Educação de jovens e adultos;
- IV – Inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;

V – Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;

VI – Elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda;

VII – Efetiva contribuição para a articulação e consolidação do Sistema Nacional e Formação Profissional, articulando ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação; (PNQ, 2003, p. 26).

Os documentos oficiais apontam que o público alvo do PNQ abrange principalmente as pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, em especial os trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social, e conseqüentemente com maiores dificuldades de serem inseridas no mercado de trabalho. Assim, é de fundamental importância para este estudo analisar aspectos do Plano Nacional de Qualificação já que este Plano abrange, além de outros segmentos populacionais, trabalhadores e egressos do sistema prisional.

VII – trabalhadores/as egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas, trabalhadores/as libertados/as de regime de trabalho degradante análogo à escravidão e de familiares de egressos do trabalho infantil; (PNQ, 2003, p. 33-34- grifos meus).

Um outro aspecto relevante para esse estudo é a nova proposta para a qualificação profissional sistematizada no Plano Nacional de Qualificação. Segundo o PNQ, uma Política Pública de Qualificação Profissional que venha a se firmar como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se:

Por uma concepção de qualificação entendida como uma *construção social*, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho (PNQ, 2003, p. 23).

De acordo com o discurso oficial do PNQ (2003), as Políticas Públicas de Qualificação Profissional devem promover a integração das políticas e a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, juntamente com outras ações e

políticas vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, devem promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação.

Nesse sentido, o capítulo três, enfocará aspectos das políticas de qualificação profissional propostas pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no intuito de problematizar a materialização destas políticas no âmbito do sistema prisional, uma vez que foram desenvolvidas ações oriundas do PNQ para Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

Por ora, enfatizar que tais políticas sociais voltadas para a questão do emprego estão em consonância com as atuais configurações assumidas pelo mundo do trabalho, que, por sua vez, estão relacionadas aos altos índices de violência e criminalidade. Nesse sentido, no próximo capítulo, analisarei as possíveis conexões existentes entre a precarização do trabalho e o aumento da criminalidade. No capítulo seguinte, retomarei a discussão com relação às políticas de emprego, focalizando, sobretudo, as políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional, objeto deste estudo, relacionando-as com as transformações do trabalho e seus efeitos para os egressos do sistema prisional e problematizando a potencialização da empregabilidade para os egressos dos estabelecimentos penais.

3. CAPÍTULO II - A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE: OS CONTORNOS ASSUMIDOS PELA CRIMINALIDADE EM UBERLÂNDIA/MG

O contorno assumido pela criminalidade atualmente está relacionado à precarização do mundo do trabalho. Nesse sentido, uma parcela significativa da população está desempregada ou se insere no mercado informal; enquanto a outra parcela, de empregados, se vê obrigada a aceitar qualquer condição de trabalho. Uma parte considerável de criminosos é proveniente da força de trabalho submetida aos processos de precarização do trabalho.

3.1 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE

(...) Numa nação livre, onde a escravidão é proibida, a mais segura riqueza consiste na multidão de pobres trabalhadores. Esses pobres constituem uma fonte inesgotável para o recrutamento de sua frota e de seu exército, sem eles não haveria possibilidade de produzir as riquezas, e não se poderia utilizar a produção de qualquer país. Para que a “sociedade” (isto é, naturalmente, os não-trabalhadores) seja feliz, para que o povo viva contente mesmo numa situação miserável, é preciso que a maioria permaneça pobre e ignorante. O saber aumenta e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais fácil se torna satisfazer as suas necessidades (MARX, 1982, p.153).

A transnacionalização do capital, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são fenômenos da sociedade contemporânea que emergem como resposta à crise estrutural do capital. Segundo Pinassi (2006), os efeitos mais perversos da crise foram sentidos pelos trabalhadores - *o capital os expulsa pela porta da frente e os readmite pela porta dos fundos, sob as piores e mais precárias condições* (PINASSI, 2006, p.48). A introdução de novas tecnologias diminui progressivamente o *quantum* de trabalho vivo necessário à valorização do capital, até reduzi-lo a um mínimo. O progresso tecnológico reestrutura e modifica a produção, incrementando constantemente a flexibilidade, o que acarreta a destruição do emprego e aumentando o desemprego estrutural. Uma grande parcela da força de trabalho é expulsa do contexto produtivo e vai alimentar o exército da população desempregada, não empregada e subempregada.

Para Giorgi (2006), é possível perceber atualmente dois pólos contraditórios na sociedade:

De um lado, observamos uma sociedade cujas dinâmicas de inclusão são mediadas pelo trabalho entendido como emprego, como ocupação a tempo pleno, garantida, continuada e estável, em resumo, uma sociedade que continua a subordinar a titularidade dos direitos de cidadania e, em última instância, do direito a existência à condição de ser trabalhador ou trabalhadora. De outro lado, porém, emerge uma estrutura das relações de produção que se funda exatamente na redução e na precarização do trabalho (GIORGI, 2006, p.90).

Nesse sentido, é válido salientar a valiosa contribuição de Karl Marx em *Manifesto do Partido Comunista*, que, dentro da sua espacialidade e do tempo em que viveu, já denunciara a contemporânea precarização do trabalho.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (...) O preço do trabalho, como toda mercadoria, é igual ao custo de sua produção. Portanto, a medida que aumenta o caráter efadonho do trabalho, decrescem os salários. Mais ainda, a quantidade de trabalho cresce com o desenvolvimento do maquinismo e da divisão do trabalho, quer pelo prolongamento das horas de labor, quer pelo aumento do trabalho exigido em um tempo determinado, pela aceleração do movimento das máquinas, etc (...). O operário moderno (...), longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais baixo das condições de sua própria classe. O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza (MARX; ENGELS, 1963, p. 26-27-30).

É possível perceber, então, a impossibilidade de a humanidade continuar a se desenvolver dentro das formas burguesas da vida social, já que

(...) a riqueza acumulada pela espécie é excessiva para ser limitada e barrada pelo horizonte histórico das estruturas e instituições dessa sociedade, determinada pela acumulação de capital e sua apropriação privada. Na medida em que as formas de produção e a vida institucional da sociedade burguesa não podem mais determinar com precisão o conteúdo social desta, isto é, precisamente aquilo que comumente chamamos de caráter civilizatório, já que este lhe ultrapassou, transbordando, tal sociedade passa a conviver com o inusitado fenômeno de enterrar cadáveres e esconder horrores, cuja razão de existir ignora olímpicamente, mas desconfia que a sua

sobrevivência depende da continuidade da produção desses cadáveres e horrores (MENEGAT, 2006, p.115-116).

Segundo Menegat (2006), a impossibilidade lógico-histórica de uma continuidade dessa forma de sociedade produziria, para Marx, quatro manifestações: a primeira se refere à concentração do capital em alguns países e nas mãos de poucas famílias; a segunda revela a tendência do capitalismo à formação de um exército industrial de reserva originário das crises cíclicas do capital e da permanente revolução tecnológica; a terceira aponta para uma tendência à queda da taxa de juros que implicam na destruição parcial dos meios de produção e das forças produtivas; a quarta manifestação é produto das outras três; é caracterizada pela pauperização das classes subalternas, o que significa a degradação social e a insegurança das suas condições de vida, além de uma deterioração econômica. Todas as manifestações supracitadas podem ser observadas na conjuntura social atual, o que demonstra a impossibilidade de desenvolvimento da humanidade na forma burguesa de sociedade.

A acumulação capitalista faz com que a demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos cresça em maior proporção do que a demanda de força de trabalho, o que ocasiona um exército industrial de reserva, composto por uma parte do proletariado considerado “sobrante”, “supérfluo”. De acordo com Marx:

(...) a acumulação ou o desenvolvimento da riqueza, em base capitalista, produz necessariamente uma superpopulação operária, essa superpopulação contribui, por sua vez, para a acumulação capitalista, e torna-se mesmo uma das condições de existência do modo de produção capitalista. Ela forma para a indústria, um exército de reserva sempre disponível, e do qual o capital tem inteira propriedade, como se ele o tivesse criado com seus próprios gastos (MARX, 1982, p.161).

A população operária produz a acumulação do capital e os próprios meios de se tornar excedente. À medida que os meios de produção aumentam em extensão e eficácia, servem cada vez menos como meios de emprego para os operários, aumentando a força produtiva de trabalho. Intensifica-se o trabalho dos operários empregados, engrossando o contingente de trabalhadores desempregados que não conseguem vender a sua força de trabalho, já que não encontram compradores para ela. Por outro lado, a pressão exercida pelo exército de reserva sobre os trabalhadores efetivos, por meio da concorrência, faz com que estes últimos trabalhem mais e se submetam aos ditames do capital. Desta forma, uma parte da classe operária é

condenada à ociosidade pelo trabalho excessivo da outra parte, contribuindo para o enriquecimento do capitalista. Contudo, para a produção capitalista funcionar como deseja, se faz necessária a existência de um exército industrial de reserva (MARX, 1982, p. 162-163).

O exército industrial de reserva permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior, contribuindo na incrementação da exploração da força de trabalho. *Os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela extensão e contração do exército industrial de reserva* (MARX, 1982, p. 163). Além disso, para Braz e Netto (2006), a existência de um contingente de desempregados oferece ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento, podendo ainda ser recrutada para um ramo da produção que experimenta uma favorável conjuntura e deslocada geograficamente em processos migratórios, inclusive para atender demandas de empreendimentos capitalistas temporários. Diante disso, constata-se que o exército industrial de reserva é ineliminável da dinâmica capitalista.

A acumulação capitalista impacta os trabalhadores não apenas com o desemprego, mas também com processos que Marx denominou de *pauperização*, decorrentes da essência exploradora da ordem do capital. De acordo com Braz e Netto (2006), existem dois tipos de pauperização: *absoluta* e *relativa*. A pauperização absoluta se refere à degradação geral das condições de vida e trabalho dos proletários. Assim, registra-se uma queda do salário real, uma precarização dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, crescimento do desemprego. Já a pauperização relativa caracteriza-se pela redução da parte que cabe ao trabalhador em relação ao total dos valores criados, enquanto a parte apropriada pelos capitalistas aumenta. A pauperização relativa pode ocorrer mesmo quando há uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores, com melhores padrões de alimentação e moradia.

Para Marx (1982), o resíduo da superpopulação relativa que vegeta no pauperismo compreende três categorias. A primeira abrange aqueles que são capazes de trabalhar incluindo os que são empregados em intervalos bastante irregulares, fornecendo ao capital

(..) um perene reservatório de força de trabalho disponível. As condições desses trabalhadores caem abaixo do nível normal da classe operária, e o capital encontra aí uma grande base de exploração. Ela se caracteriza pelo máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário (MARX, 1982, p.168).

Na segunda categoria estão os órfãos e as crianças abandonadas, candidatos, portanto ao exército industrial de reserva. Na terceira estão os desclassificados, viciados ou incapacitados para o trabalho. Dentre esses, destacam-se os indivíduos que a divisão do trabalho tornou inutilizável, os que ultrapassaram a idade normal para o trabalho, os vitimados na indústria, os mutilados, os doentes, as viúvas.

Esse resíduo da superpopulação relativa que vegeta no pauperismo é denominado por Marx de *lumpen-proletariado*. Para Marx, o *lumpen-proletariado* é considerado *um produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade* (MARX; ENGELS, 1963, p.29). Esse abrange a parcela degradada do proletariado: *os vagabundos, os criminosos e as prostitutas, ou seja, (...) o verdadeiro proletariado dos miseráveis e da ralé* (MARX, 1982, p.168). Nesse sentido, para Marx

O pauperismo constitui a hospedaria dos inválidos do exército industrial de reserva. Sua necessidade e sua produção são dadas pela necessidade e pela produção da superpopulação relativa; são condições inseparáveis da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1982, p.168-169).

Os processos de pauperização são agravados pelo desemprego, pelas desigualdades distributivas e pela precarização do trabalho. Segundo Vasapollo,

(...) 80% da população do mundo vive no Terceiro Mundo e tem à sua disposição menos de 20% da riqueza mundial (...) a cada ano mais de 14 milhões de meninos morrem antes de chegar aos 15 anos. (...) Em 2001, mais de 1,2 bilhão de pessoas não dispunham sequer de um dólar por dia para satisfazer suas necessidades básicas (45% da população da África subsaariana, 40% da população da Ásia e 16% da população da América Latina vive com menos de um dólar/dia). (...) Uma sétima parte da população mundial possui quatro quintos da riqueza, consome 70% de energia global e 85% da madeira do planeta. (VASAPOLLO, 2005, p.62).

De acordo com Quinney (1977), o capitalismo forma uma força de trabalho em excesso no que tange à capacidade de absorção do mercado de trabalho denominada por ele de *surplus population*, golpeados pelos efeitos deletérios dos processos de pauperização. Para esse autor, portanto, o sistema penal é o recurso moderno para o controle do *surplus*.

Menegat (2006) cita, em seu livro *O Olho da Barbárie*, um dos trechos cantados pela marcha Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) durante seus exercícios matinais:

“Bandido favelado
Não se varre com vassoura
Se varre com granada
Com fuzil, metralhadora”.

Para esse autor, o trecho demonstra o tratamento autoritário aos pobres: *se varre com granada/com fuzil (...)* como se fossem coisas, como aliás a economia política indica ser a condição existencial do conceito da força de trabalho. *A varredura (sic) se deve provavelmente ao seu descarte após o uso intensivo ou ao seu excedente como exército industrial de reserva numa época de escassez de trabalho* (MENEGAT, 2006, p.108).

Uma parcela considerável dos criminosos faz parte da imensa maioria de provenientes da parcela degradada do proletariado, desta força de trabalho em excesso que está submetida aos processos de precarização do trabalho. Os índices de criminalidade tendem aumentar, já que a busca incessante pela acumulação do capital muito contribui para que a situação do operário piore cada vez mais, engrossando a imensa maioria de miseráveis.

A lei enfim que mantém sempre o equilíbrio entre a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva, de uma parte, e a extensão e a energia da acumulação, de outra, prende o operário ao capital mais solidamente do que a cadeia de Vulcano prendia Prometeu em seu rochedo. Ela supõe uma acumulação de miséria para corresponder à acumulação do capital. A acumulação de riquezas num pólo significa, pois, a acumulação de miséria, de sofrimento, de escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no pólo oposto (MARX, 1982, p.170).

O capitalismo, tendo em vista os processos de acumulação, expropria e transforma produtores diretos em uma imensa maioria lançada a mais absoluta pobreza e à dependência exclusiva do mercado de trabalho. É sobre esses milhões de braços excluídos do mercado de trabalho que recai, então, *o jugo de um robusto e crescente sistema punitivo, cuja função é “ordenar” o caos resultante da continuidade dessa forma de sociedade em decomposição* (MENEGAT, 2006, p.33-34). Assim,

(...) os “sempropriedade” tiveram de ser criminalizados na história do capital, até porque a miséria que os reveste é a mais transparente prova da desigualdade material e do enriquecimento “sempre” ilícito dos proprietários privados. A criminalização é imprescindível diante do espectro ameaçador de uma possível manifestação da consciência de classe alienada, sobretudo da riqueza por ela criada (PINASSI, 2006, p.44).

Desde o surgimento das primeiras leis, a concepção de direito objetiva regular e vigiar a relação capital-trabalho, essencial ao fundamento da sociedade burguesa. Em uma perspectiva marxista, os atos são considerados criminosos porque é do interesse das classes dominantes assim defini-los. Deste modo, as pessoas são rotuladas como criminosas, porque assim rotuladas, serve-se aos interesses das classes dominantes. É válido salientar que o crime varia de sociedade para sociedade, de acordo com cada estrutura econômica e política. Além disso, de acordo com cada momento histórico, as leis penais vão sendo aprovadas e aplicadas a fim de encobrir as confrontações violentas entre as classes sociais. As condições materiais são determinantes das mudanças normativas em geral, e de normas criminais e legais em particular (TAYLOR; WALTON; YOUNG, p. 1980).

Nesse sentido, no intuito de desenvolver uma análise com relação à criminalidade, é importante considerar os seguintes tópicos: o crime e a classe dominante, o controle do crime no Estado capitalista e a desmistificação do direito criminal.

Com relação ao crime e à classe dominante, é importante aprofundar algumas reflexões acerca do Estado. O Estado é criado pela classe dominante da sociedade, que tem o poder para impor sua vontade sobre o resto da sociedade; é uma organização política da classe dominante que existe para manter a estabilidade na sociedade civil. Assim, é estabelecido por aqueles que desejam proteger sua base material. O moderno Estado capitalista é dominado pela burguesia e nasceu da necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos. Esse controle é realizado pela classe dominante. Desse modo, *o Estado capitalista é uma resposta à necessidade de mediar o conflito de classes e manter a “ordem”, uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia* (CARNOY, 2000, p.69).

O direito, na sociedade capitalista, dá reconhecimento político aos interesses privados poderosos. O sistema legal é um aparelho criado a fim de assegurar os interesses da classe dominante, sendo, portanto, um instrumento da classe dominante. O

sistema legal provê os mecanismos para o controle forçado e violento do resto da população no intuito de proteger a ordem doméstica. O Estado e o sistema legal refletem e servem às necessidades da classe dominante. A função primordial do Estado burguês é legitimar o poder, reprimir, reforçar a reprodução da estrutura e das relações de classe. O sistema jurídico *é um instrumento de repressão e controle, na medida em que estabelece as regras de comportamento e as reforça para se ajustarem aos valores e normas burguesas* (CARNOY, 2000, p.71). Em muitos Estados, as taxas de crime são:

(...) uma indicação da extensão em que as classes dominantes, através de seus mecanismos ou do direito criminal, devem coagir o resto da população, dessa forma prevenindo qualquer ameaça à sua habilidade para governar e possuir. O direito criminal como um meio coercitivo no estabelecimento da ordem doméstica para a classe dominante torna-se, assim, uma postura básica em uma crítica radical do crime (QUINNEY, 1980, p.237).

Nesse contexto, para preservar a ordem, especialmente nos momentos em que a crise econômica se agrava, o Poder Judiciário aumenta o recurso ao encarceramento no intuito de inibir, incapacitar e, conseqüentemente, neutralizar a ameaça à ordem social proveniente de *“populações problemáticas”, dos homens desempregados mais do que das mulheres, dos jovens mais do que dos adultos e dos negros mais do que dos brancos* (...) (BOX S. e HALE C. apud GIORGI, 2006, p.55). Assim:

Durante os períodos de recessão econômica, de aumento de desemprego e deterioração das condições de trabalho, entra em cena uma nova “moralidade”. Uma moralidade que se mostra severa para com os fenômenos de desvio e constitui terreno fértil para as campanhas de *law and order* promovidas pelas elites no poder (GIORGI, 2006, p.59).

Acrescenta-se ainda que: *os ciclos político-econômico em que se difunde o clima moral punitivo e a criminalização de massa das classes marginais são caracterizados por uma intensificação da pressão capitalista sobre a força de trabalho* (MELOSSI apud GIORGI, 2006, p.60).

Melossi introduz o conceito de *performance*, que remete às condições gerais de trabalho, aos níveis salariais, aos padrões de vida e aos níveis de exploração impostos pelo capital aos setores marginais da classe operária. Para ele:

Dever-se-ia estabelecer uma ligação direta entre a demanda ampliada de *performance* dirigida à classe operária e o aumento da pressão

penal sobre os estratos mais marginais da sociedade (a *underclass*). Essa pressão cria um efeito de “frustração social” que leva todos a trabalhar mais, especialmente aqueles que estão tão próximos do fundo a ponto de poder sentir os urros e os lamentos de quem é surrado (GIORGI, 2006, p. 60).

O objetivo da classe dominante é, sobretudo, constranger à disciplina aquelas fatias do proletariado marginal que ameaçam a ordem por ela estabelecida. Para isso, a classe dominante utiliza o Estado como seu instrumento para a dominação da sociedade, objetivando preservar a ordem capitalista e protegendo sua base existencial e material. *Qualquer ameaça a ordem estabelecida pode ser tratada pela invocação da arma final da classe dominante, seu sistema legal* (QUINNEY, 1980, p. 239).

O direito criminal é utilizado pela classe dominante na manutenção da ordem doméstica. Desse modo, os interesses da classe dominante são promovidos e mantidos pelo sistema legal.

O controle do crime é o maior esquema do Estado na sua promoção da sociedade capitalista. O Estado é o produto natural de uma sociedade dividida em classes econômicas. Nasceu com a emergência da divisão do trabalho baseado na exploração de uma classe por outra. Assim, o Estado foi criado pela classe dominante como um meio para coagir o resto da população dentro da submissão econômica e política. Com relação ao surgimento do Estado, Engels afirma:

Somente uma coisa faltava: uma instituição que não somente assegurasse as riquezas recentemente adquiridas dos indivíduos contra as tradições comunistas da ordem gentilícia, que não somente santificasse a propriedade privada inicialmente tão pouco valorizada, e declarasse ser esta santificação o mais alto objetivo de toda sociedade humana; mas, uma instituição que colocasse o selo do reconhecimento social geral sobre cada novo método de adquirir a propriedade e assim, acumulando riqueza em velocidade continuamente crescente; uma instituição que perpetuasse, não somente essa crescente separação da sociedade em classes, mas, também, o direito da classe possuidora de explorar a não-possuidora, e o domínio da primeira sobre a última. E esta instituição veio. O *Estado* foi inventado. (ENGELS apud QUINNEY, 1980, p.243)

O Estado surge para proteger e promover os interesses da classe economicamente dominante, a classe que possui e controla os meios de produção. Nesse sentido, *o Estado subsiste como um instrumento para oprimir a classe explorada, a classe que trabalha, para o benefício da classe dominante* (QUINNEY, 1980, p.244).

É por meio do direito que o Estado assegura os interesses da classe dominante. O direito institucionaliza e legitima as relações de propriedade existentes. Para Engels (1942), um sistema legal, uma força pública, é estabelecida:

Esta força pública existe em cada estado; ela consiste não meramente em homens armados, mas, também, de apêndices materiais, prisões e instituições coercitivas de todos os tipos, de que a sociedade gentílica nada conheceu. Ela pode ser insignificante, praticamente negligenciável, em sociedades com ainda subdesenvolvidos antagonismos de classe e vivendo em áreas remotas, como em tempos e lugares dos Estados Unidos da América. Mas ela se torna mais forte na proporção em que os antagonismos de classe dentro do Estado se tornam mais duros e em que os estados adjacentes se tornam maiores e mais populosos (ENGELS apud QUINNEY, 1980, p. 244).

O Estado protege os interesses da classe capitalista dominante por meio do sistema legal. Deste modo, o controle do crime é o meio coercitivo de fiscalizar ameaças à organização econômica existente. *O controle do crime no Estado capitalista é o meio concreto para proteger os interesses da economia capitalista* (QUINNEY, 1980, p. 244).

A desmistificação do direito criminal é usada pelo Estado e pela classe dominante para assegurar a sobrevivência do sistema capitalista, na tentativa de manter a ordem doméstica. *A classe inferior, a classe que deve permanecer oprimida para o triunfo da classe economicamente dominante, continuará a ser o objeto criminal enquanto a classe dominante procurar perpetuar a si mesma* (QUINNEY, 1980, p.245-246). Nessa perspectiva, Marx afirma:

A maioria dos pobres desgraçados desalojados por eveções e fechamentos (das propriedades), pela Acumulação Primitiva que separou o trabalhador dos meios de produção, não teve opção senão tornar-se ladrões, vagabundos e bandidos, e como tais foram perseguidos sem piedade pela própria classe que produziu sua queda (MARX apud HIRST, 1980, p.270).

As prisões foram utilizadas com o intuito de

(...) abrigar o pobre “desocupado, ocioso”, na verdade o trabalhador – desempregado, faminto, insurreto, previamente condenado, sem apelação, e jogando na vala comum da gentilha, alheia aos ensinamentos dos céus e rebelde à lei, enfim, a população que habita o mundo das “classes perigosas” (PINASSI, 2006, p.44).

Para Giorgi (2006), o recrutamento da população carcerária ocorre com base na identificação das classes de sujeitos consideradas produtoras de risco, potencialmente desviantes e perigosas para a ordem constituída:

(...) não são mais tanto as características individuais dos sujeitos que constituem o pressuposto (e ao mesmo tempo o objeto) das estratégias de controle, mas sim aqueles indícios de probabilidade que permitem reconduzir determinados sujeitos a classes perigosas específicas. Isso significa, concretamente, que categorias inteiras de indivíduos deixam virtualmente de *cometer* crimes para *se tornarem*, elas mesmas, crime (GIORGI, 2006, p.98).

Os sistemas punitivos, ao longo da história, são caracterizados pelas diversas estratégias que as classes dominantes lançaram mão, a fim de evitar as ameaças à ordem societal por elas instituída. A reclusão foi proposta como estratégia para controlar as classes marginais (GIORGI, 2006).

A penitenciária, segundo Giorgi (2006), nasceu e se consolidou como instituição subalterna à fábrica, sendo, portanto, um mecanismo pronto a atender às exigências do sistema de produção industrial. Na penitenciária, deve-se forjar

uma nova categoria de indivíduos, indivíduos predispostos a obedecer, seguir ordens e respeitar ritmos de trabalho regulares, e sobretudo que estejam em condições de interiorizar a nova concepção capitalista do tempo como medida do valor e do espaço como delimitação do ambiente de trabalho (GIORGI, 2006, p. 44).

A instituição carcerária impõe ao detento uma situação de privação e, além disto, aponta o trabalho como o único caminho para sair desta condição. *A prisão cria o status de detento e, ao mesmo tempo, impõe ao indivíduo trabalho, obediência e disciplina (elementos constitutivos desse status) como condições que devem ser satisfeitas, a fim de que possa, no futuro, livrar-se delas* (ibidem, p. 46). O cárcere representa

A materialização de um modelo ideal de sociedade capitalista industrial, um modelo que se consolida através do processo de “desconstrução” e “reconstrução” contínua dos indivíduos no interior da instituição penitenciária. O pobre se torna criminoso, o criminoso se torna prisioneiro e, enfim, o prisioneiro se transforma em proletário (ibidem, p. 45).

É importante salientar que as formas disciplinares são construídas a partir das exigências do que Marx denominou de “produção material da vida social” e das formas

da “produção social da vida material” na modernidade. Todo o modo de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondam às próprias relações de produção. Nesse contexto, a prisão é o modo de organizar a punição segundo a necessidade da sociedade burguesa (MENEGAT, 2006).

A grande parcela da população carcerária é composta por indivíduos marginalizados e excluídos pela sociedade do capital. A exclusão *transforma o possuidor da força de trabalho em algo completamente sem valor, um nada, já que ele somente tem sentido quando posto pelo capital como produtor de valores* (MENEGAT, 2006, p. 70).

Esse cenário de exclusão social nos leva a refletir sobre a realidade brasileira. Analisando as formas de manifestação da exclusão social no Brasil de 1960 a 2000, constata-se que o perfil da maioria dos sentenciados se enquadra nas caracterizações que Campos et al. (2004) denominaram de *nova exclusão social*.

Segundo Campos et al. (2004), desde 1960 a 2000, podem ser compreendidos dois momentos no processo de exclusão social no Brasil. O primeiro de 1960 a 1980, e o segundo de 1980 a 2000.

Entre 1960 a 1980, percebe-se uma significativa expansão econômica acompanhada por um regime político autoritário. No entanto, a maioria da população brasileira não teve acesso aos resultados do progresso material do capitalismo, o que intensificou o empobrecimento da população urbana. A pobreza urbana aumentou ainda mais com o êxodo rural, o que gerou um excedente de mão-de-obra pouco qualificada e de baixa escolaridade. O crescimento médio anual no emprego assalariado formal veio acompanhado de uma grande repressão sindical e de um autoritarismo político que resultou no arrocho salarial. Apesar do rebaixamento salarial, o fenômeno da mobilidade social se manifestou, o que ocultou o violento processo de crescimento na desigualdade de renda e a incapacidade de extinção da *velha exclusão social*.

Entende-se (...) a velha exclusão social como a forma de marginalização dos frutos do crescimento econômico e da cidadania, expressa pelos baixos níveis de renda e escolaridade, incidindo mais frequentemente sobre os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra. (...) É, sobretudo, fruto de uma pressão da mão-de-obra do campo que inunda as cidades, um contexto de ausência de reformas (agrária, urbana, fiscal, financeira, etc.) e da repressão sindical (...) (CAMPOS et al., 2004, p. 43).

No período de 1980 a 2000, emergem novas formas de manifestação do fenômeno da exclusão, que não substituem a *velha exclusão social*, mas somam-se a ela. Esse momento foi denominado de *nova exclusão social*.

A partir de meados de 1980, o conceito *nova exclusão social* passou a ser utilizado com o intuito de identificar as manifestações de categorias de desigualdade, como no caso dos desprotegidos pelas políticas sociais de inclusão existentes, do desemprego generalizado e de longa duração, do isolamento juvenil, da pobreza no interior das famílias monoparentais, dos moradores de rua, das pessoas com elevada escolaridade sem trabalho, do aumento das tensões e da explosão da violência urbana. Nos Estados Unidos, o termo utilizado para designar a nova exclusão social foi *underclass*. Nesse contexto,

(..) a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento sócio-econômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente (CAMPOS et al.,2004, p.33).

A *nova exclusão social* é marcada pela baixa expansão das atividades econômicas e pelo avanço do regime político democrático. Nota-se uma estagnação na evolução da renda *per capita* que, por sua vez, entre 1960 e 1980, aumentou em média 4,58% anualmente, ao passo que, entre 1980 e 2000, cresceu apenas 0,36%. Acrescidos a isso, constata-se oscilações na economia e um regime hiperinflacionário. Diante desse cenário, o desempenho do mercado de trabalho foi negativo. Houve uma queda na taxa de assalariamento formal e um crescimento da precarização do trabalho (assalariados sem registro em carteira, autônomos e ocupados não remunerados) e no desemprego. Assim, o desemprego cresceu a uma taxa média anual de mais de 13% e as ocupações informais aumentaram 2,4%. Nesse sentido,

O desemprego e a precarização das formas de inserção do cidadão no mercado de trabalho são as fontes “modernas” de geração da exclusão, tendo como subproduto a explosão da violência urbana e a vulnerabilidade juvenil, acentuadas pela maior flexibilidade ocupacional e dos níveis de renda (ibidem, p.49).

De acordo com Campos et al.(2004), com o processo de financeirização da economia, o sistema econômico exige, para reproduzir-se, a precarização e a

intensificação do trabalho. Desse modo, a pobreza passa a associar-se à insuficiente geração de empregos. Além disso, as oportunidades de emprego formal foram transformadas em taxas cada vez maiores de desemprego, a ocupação informal cresceu, bem como a precarização do trabalho, intensificando o empobrecimento da população e criando um ambiente degradado e violento:

(...) a explosão da violência urbana revelou, de maneira combinada com a desigualdade, o desempenho e a escassez de perspectiva de mobilidade social ascensional, as condições de produção e reprodução da nova exclusão social (ibidem, p.40).

Frente ao exposto, percebe-se que tanto a velha como a nova exclusão social só são possíveis de serem compreendidas a partir da compreensão da dinâmica geradora de excluídos sociais, que desestabiliza os estáveis e instala a precarização do mundo do trabalho. Campos et al. (2004) salientam que, no período compreendido entre 1960 e 2000, alguns indicadores melhoraram no país, tais como: taxa de alfabetização e escolaridade; enquanto outros pioraram a partir de 1980, principalmente os indicadores de emprego formal e de violência.

Analisando as regiões metropolitanas do país, constata-se que, em 1980, essas áreas representavam 48,5% de todo o emprego formal no Brasil. Já em 2000, este índice cai para 37,4%. A queda fica evidente relacionando o número de trabalhadores com carteira assinada e a população em idade ativa. No Rio de Janeiro, a queda foi de 27,1%; Porto Alegre, 19,5%; Belém, 18,3%; Recife, 11,7%; Fortaleza, 10,5%; Salvador, 9,9%; Curitiba, 3,0% e São Paulo, 8,0% (CAMPOS et al., 2004, p.94).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o saldo de empregos formais (com carteira de trabalho) entre 2003 e 2004 era de 23 mil e de informais 240 mil. Ou seja, de cada emprego formal criado mais de 10 se apresentaram no segmento da informalidade, o que significa que a recuperação do mercado de trabalho de que se fala é a abertura de vagas sem carteira de trabalho. O quadro é alarmante na medida em que são 2,5 milhões de desempregados e 2,8 milhões que nem são considerados na PEA porque não mais procuram emprego por desalento (...). Em modo descritivo, mesmo nos casos de índices de crescimento de emprego formal, é precária a qualidade das vagas, na medida em que 7 em cada 10 trabalhadores que ingressaram com carteira de trabalho entre janeiro e junho deste ano o fizeram recebendo entre meio e 2 salários mínimos. Segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), baseado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho essa é a característica do 1,034 milhão de empregos criados no Brasil

no primeiro semestre de 2004. Em termos de qualidade, pode-se dizer que a situação tem sido progressivamente desfavorável ao trabalhador, já que, em 2002, 68% ganhavam até dois salários mínimos, em 2003 chegou-se a 71,93% e em 2004 (primeiro semestre) atingiu-se o percentual de 72,13% (BARBOSA, 2006, p.96).

Um outro indicador que piorou a partir dos anos 1980 foi índice de violência, que, de acordo com Campos et al. (2004), aumentou nas regiões metropolitanas. O número de homicídios por 100 mil habitantes entre 1980 e 2000 revela um crescimento assustador. Em Salvador, o índice de violência cresceu 366,7%; São Paulo, 270,9%; Porto Alegre, 246,3%; Recife, 220,9%; Curitiba, 174,7%; Rio de Janeiro, 128,5%; Belo Horizonte, 44,0%; e Fortaleza 13,0%. Nota-se que Belo Horizonte e Fortaleza apresentaram as menores variações. De acordo com o Waiselfisz (2007), as taxas de violência homicida são extremamente elevadas. Entre os 84 países do mundo, o Brasil apresenta uma taxa total de 27 homicídios em 100.000 habitantes, ocupando a 4ª posição no *ranking* mundial, só melhor que a Colômbia e com taxas semelhantes à Rússia e à Venezuela.

A criminalidade tem assumido contornos assustadores nos últimos anos. Isso pode ser constatado diariamente, por meio dos programas de rádio, televisão, jornais e revistas. É possível perceber o agravamento da criminalidade, bem como da violência, por meio de alguns acontecimentos que atemorizaram a população brasileira:

Em fevereiro de 2007, pouco mais de 9 horas da noite, a dona-de-casa Rosa Vieites, ao parar num sinal de trânsito, o carro em que estava juntamente com sua amiga, com sua filha Aline de 13 anos e seu filho de 6 anos, foi abordado por dois bandidos armados. Rosa, Aline e a quarta passageira que estava no banco do carona conseguiram descer do carro, mas João Hélio, que estava no banco de trás e usava sinto de segurança demorou um pouco. Rosa tentou salvar o filho, mas infelizmente não deu tempo. Os bandidos entraram no carro e partiram em alta velocidade levando o garoto dependurado, preso pela barriga. Rosa gritou e saiu correndo atrás do veículo, mas só viu o filho ir embora, arrastado pelo chão (VEJA, 2007, p.46).

Fevereiro de 2007 em Salvador, um dos destinos mais procurados pelos turistas no carnaval, os índices de violência subiram 24% em relação aos de 2006. Ocorreu um crime a cada quatro minutos na capital baiana. No circuito dos trios elétricos e em outros pontos de aglomeração de Salvador, foram registrados 1403 roubos. Antes famoso por lançar seus modismos musicais, o carnaval baiano inovou, disseminando um novo tipo de assalto: os arrastões em ônibus. Bandos compostos de até cinquenta homens atacaram 59 veículos, roubaram cobradores, passageiros e, ao final, depredaram os coletivos. Os casos de agressão física também se multiplicaram nos dias de festa.

A polícia registrou 444 ocorrências desse tipo, 46% mais do que em 2006 (VEJA, 2007, p.88).

O golpe do falso seqüestro, aplicado por bandidos de dentro dos presídios se espalha pelo país. Em fevereiro de 2007 a aposentada

Mércia Mendes de Barros, de 67 anos, sofreu um infarto depois de receber uma ligação de um telegolpista. Ela atendeu ao telefonema de um homem que dizia ter seqüestrado seu filho e que pedia 60000 reais para libertá-lo. Enquanto o marido foi ao banco retirar o dinheiro, Mércia, que era cardíaca, passou mal e morreu (VEJA, 2007, p.39-40).

Em 2006, o Brasil vivenciou uma das maiores manifestações do crime organizado no país: o PCC (Primeiro Comando da Capital). Foi na noite de 12 de maio o PCC iniciou uma onda de ataques em São Paulo causando um estado de terror e pânico em 20,5 milhões de paulistanos (ÉPOCA, 2006, p.25).

Essas, dentre outras notícias, são publicadas diariamente por meio de jornais, rádio, televisão e revistas, demonstrando os níveis assumidos pela criminalidade no Brasil. Segundo pesquisas realizadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 1992, a população habitacional do país indicava 153.824.424 habitantes, destes, 114.377 estavam reclusos. A cada 100.000 habitantes, 74 estavam presos, o que representa 0,07% da população total do país neste ano. Já em 2004, segundo dados obtidos junto aos Estados e Distrito Federal, dos 181.986.030 habitantes, 328.776 estavam presos ou internados, sendo 134.266 no regime fechado, 32.508 no regime semi-aberto, 78.523 na condição de presos provisórios e 3.827 cumprindo medida de segurança. Contata-se, então, que, de 1992 a 2004, a população habitacional do país passou de 153.824.424 a 181.986.030 habitantes, o que significa um crescimento não superior a 20%. No mesmo período, a proporção de presos e internados por 100.000 habitantes oscilou de 74 para aproximadamente 180, isto significa que o número de reclusos quase que triplicou em aproximadamente uma década.

Analisando as ocorrências pelos policiais civis por números e taxas por 100 mil habitantes no Brasil em 2004 e 2005, também é possível evidenciar o aumento da violência e da criminalidade.

Indicadores Criminais	2004		2005	
	Número de Ocorrências	Número de Ocorrências Taxa por 100.000 Habitantes ⁴	Número de Ocorrências	Número de Ocorrências Taxa por 100.000 Habitantes ⁴
Crimes Violentos Letais Intencionais	43.044	24.0	43.847	23.8
Crimes Violentos Não Letais Contra Pessoa	60.931	34.0	63.656	34.6
Crimes Violentos Contra o Patrimônio	907.571	506.7	942.687	511.8
Delitos de Trânsito	339.703	189.7	323.232	175.5
Delitos envolvendo Drogas	84.364	47.1	89.261	48.5
Homicídio Doloso	40.240	22.5	40.845	22.2
Tentativa de Homicídio	35.279	19.7	35.739	19.4
Lesão Corporal	677.312	378.2	722.202	392.1
Estupro	14.719	16.2	15.268	16.3
Atentado Violento ao Pudor	9.840	5.5	10.806	5.9
Extorsão Mediante Seqüestro	455	0.3	651	0.4
Roubos	907.116	506.5	942.036	511.5
Furtos	2.156.812	1.204.2	2.152.681	1.168.8

TABELA 1: Número de ocorrências policiais de 2004 a 2005.

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Diante dos dados, percebe-se que os crimes mais frequentes são contra o patrimônio, o que envolve roubos e furtos. Em 2005, segundo dados obtidos junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, a chance de um brasileiro ser vítima de um roubo foi 23 vezes maior do que de ser vítima de um homicídio doloso.

No âmbito econômico, a atividade criminosa no Brasil movimentou, por ano, um total de 8,15 bilhões de reais

⁴ Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

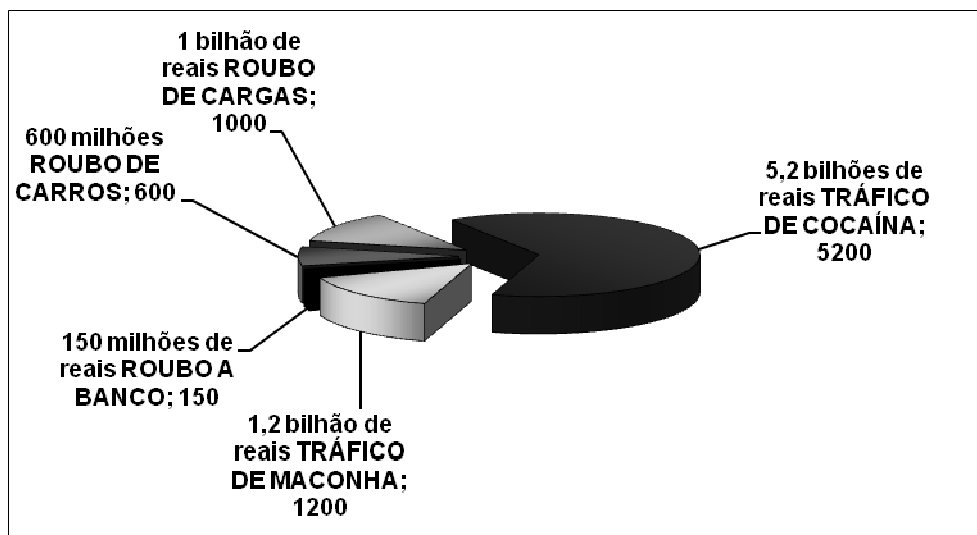


GRÁFICO 2: Movimento econômico da atividade criminosa no Brasil.
Fonte: Revista Veja, janeiro de 2007.

Considerando a caracterização do sentenciado brasileiro, é possível perceber que muitos presos se inserem na atividade criminosa em busca de melhores condições de vida, já que uma significativa parcela dos apenados são provenientes das “modernas” fontes de geração da exclusão social: desemprego e precarização do trabalho. A população carcerária do Brasil, segundo o DEPEN, em sua maioria, é composta de jovens em idade ativa (54,53% tem menos de trinta anos), com baixa escolaridade (97% são analfabetos ou semi-analfabetos), com grande inserção na prática de crimes de furtos e roubos (47%) e com um alto índice de reincidência criminal (85%).

A maioria dos sentenciados brasileiros é jovem. Zaluar (1994) aponta que um aspecto motivador da inserção do jovem na criminalidade refere-se à formação de uma visão negativa do trabalho, constituída a partir de suas próprias experiências e da observação da vida de seus pais. Com as novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho são constantes as queixas dos trabalhadores a um número excessivo de horas de trabalho e as formas cada vez mais flexíveis e precárias. Dessa forma, muitos jovens vêem seus pais como *pessoas que trabalham ‘sem descanso’, ‘se arrepentam’ e que seus filhos os vejam como escravos que trabalham de ‘segunda a segunda’, e que portanto não têm mais lazer, ou ‘sacrificado’*” cujas vidas não comportam mais o prazer (ZALUAR, 1987, p.93). O jovem, então, vê diante de si duas alternativas: *o trabalho duro, desinteressante e muito mal pago ou a vida perigosa, aventureira e curta de um bandido* (ibidem, p. 10); em outras palavras, entre o trabalho incessante, que o consome lentamente, ou o crime, que o destrói logo (idem, 1987:159). Diante disso, muitos jovens acabam optando pela vida do crime. Isso pode ser elucidado no

depoimento de um jovem desempregado, vivendo o dilema da escolha entre o trabalho incessante e precário e a criminalidade:

Jovem: ... O rico, aquelas pessoas mais elevadas que o pobre, está todo dia na praia, não está esquentando a cabeça com nada. O filho do pobre, o pai sai para trabalhar, ele tem que arrumar um biscate pra poder ajudar dentro de casa. Se ele pudesse, ele estaria na praia, mas não pode. Tem que fazer aquele esforço para ajudar a família pra poder sobreviver. Então, este é o dilema do pobre. Se eu pudesse, eu estaria na praia agora, como muita gente está. Muita gente está aí, não tem preocupação nenhuma porque se tivesse um pouquinho de preocupação, se tivesse uma família que tivesse passando dificuldade, ele não estaria na praia. Estaria correndo atrás pra arrumar capital pra poder dar para a esposa pra botar um alimento dentro de casa e manter os filhos vivos. Então é isso que eu acho. Se o pobre morre, foi doença que matou, se é o rico Deus que levou. O pobre na face da terra é sempre mais criticado, poxa. O pobre vive porque tem que viver. ... Chega sábado e domingo, ele quer sair pra algum lugar, ele fica pensando na segunda-feira, no horário que ele tem que sair pro serviço, se chegar atrasado o patrão corta as horas. Então aquilo é um problema que ele não tira da cabeça nunca, aquilo fica atordoando a cabeça dele sempre... Então é por isso que eu levo a minha vida do jeito que eu posso levar. Se eu puder comer galinha hoje eu como, se não puder, não como não ... Eu não tenho preocupação com nada, se eu cismar de fazer um troço eu vou e faço.... (ZALUAR, 1987, p.90-91).

Uma das alternativas escolhidas pelo jovem na vida do crime é o tráfico de drogas. O comércio de narcóticos oferece a possibilidade de ganhar dinheiro fácil, tanto mais quanto maior for a hierarquia no tráfico. Nessa perspectiva, segundo Moreira (2000), no narcotráfico existem várias funções e cada função corresponde a um ganho determinado, por exemplo: o olheiro, cuja função é avisar a chegada de policiais ou grupos rivais, ganha entre 100 a 200 reais por semana; os seguranças, que fazem a segurança armada do ponto de venda, recebem 150 a 300 reais por semana; o encarregado de vender a droga, ou seja, o vapor, ganha entre 50 a 100 reais por carga vendida; já o embalador, R\$30 reais por carga embalada; o gerente da maconha e do pó, entre R\$400 e R\$1000 reais por semana; o gerente geral recebe entre 2000 e 3000 reais por semana.

A atividade criminoso, sobretudo o tráfico de drogas se revela bastante lucrativa e atraente para alguns jovens e trabalhadores, já que muitos recebem um salário mínimo de apenas 380 reais e vivenciam, ainda, a precarização do trabalho. Mais da metade dos trabalhadores estão inseridos no mercado informal. De acordo com a reportagem de Tonico Ferreira, exibida pelo Jornal Nacional em 23 de abril de 2007, entre os

trabalhadores ocupados no Brasil, apenas 46,6% estão contratados dentro da lei. 53,4% são informais, que não têm auxílio doença, aposentadoria, pensão por morte e nem garantidos os benefícios dos contratados em carteira. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a porcentagem de ocupações precárias, informais e de baixa qualidade sobre o total do emprego aumenta de 40,6% a 46% no Brasil entre 1990 e 2001. Nesse conjunto se incluem os ocupados na microempresa, os trabalhadores por conta própria com exceção dos profissionais e técnicos, os trabalhadores familiares não-remunerados e o serviço doméstico.

Diante desse cenário, muitos se inserem na vida do crime, especialmente o tráfico de drogas, o que pode ser ratificado por meio do seguinte depoimento:

(...) eu vou ser sincero com você, a criminalidade não acabaria, mas melhoraria, se o salário fosse digno pra pessoa sobreviver. Você acha que a criminalidade tá grande assim por causa de quê? Você tem um filho, você ganha dois salários mínimos, tu paga o aluguel, 200, mais ou menos o aluguel é esse. Tu faz compra, remédio. E pra ganhar 400 contos, tu tem que ter pelo menos primeiro grau. Ai tu vê tua família passando necessidade, o cara vai pro crime. Tu vai deixar o filho com fome? Tu vai ficar sem moradia pra morar? Agora, bota um salário digno que o cara pode sobreviver, você vai ver que um montão de gente que tá no crime que não quer não. É por necessidade que o cara entra no crime. Porque tu vê, o cara fica com fome, vê a família com fome, desabrigado. E onde que ajuda mais mesmo o cara é o crime. O tráfico que fortalece mais o cara de que o governo (BILL e ATHAYDE, 2006, p.227-228).

Contudo, é possível constatar que o precário mundo do trabalho contribui significativamente para o aumento da criminalidade. Os exorbitantes índices de criminalidade estão presentes em todos os Estado do Brasil, sobretudo em Uberlândia, Minas Gerais, foco de análise deste estudo.

3.2 A CRIMINALIDADE EM UBERLÂNDIA/MG

Remetendo aos dados estatísticos referentes ao Estado de Minas Gerais, nota-se, em 2004, segundo o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN), que o sistema penitenciário apresentava um total de 24.335 presos, sendo 4.097 no regime fechado, 1.223 no regime semi-aberto, 515 na condição de presos provisórios e 221 cumprindo medida de segurança. Do total, 6.056 estão propriamente

no sistema penitenciário, enquanto que 18.279 encontram-se na segurança pública. Percentualmente, 96% são homens e 4% são mulheres.

Os dados do Censo Criminológico da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, publicado em 2000, demonstram que a população carcerária deste Estado é caracterizada por: 81,92% de alfabetizados, com média três anos de estudo; 16,48% de analfabetos; 41,5% de detentos que trabalhavam em atividades informais sem qualificação antes da prisão; 31,52% de desocupados; e um índice de reincidência criminal baseado em 85%. Ressalta-se, ainda, que a população carcerária de Minas Gerais, segundo o DEPEN, tem sua origem em famílias de baixa renda, trabalhadoras do mercado informal, com baixo nível de capacitação profissional.

De acordo com os boletins de ocorrência da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) para os anos de 1986 a 2000, foi realizado um diagnóstico conjuntural da criminalidade violenta em Minas Gerais, identificando a incidência de sete tipos de crime: homicídio, homicídio tentado, estupro, roubo, roubo a mão armada, roubo de veículo e roubo de veículo a mão armada. Segundo esse diagnóstico, *Minas Gerais tem assistido a um aumento significativo de suas taxas de Crimes Violentos, se considerado o período de 1986 a 2000. No primeiro ano da pesquisa, 1986, a taxa de Crimes Violentos era de 98 ocorrências para cada grupo de 100.000 habitantes, chegando a 357 ocorrências por 100.000 habitantes em 2000, o que representa um aumento superior a 200%* (BATITUCCI et al., 2002, p.3). Isso pode ser elucidado por meio do seguinte gráfico⁵:

⁵ BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; SAPORI, Luis Flávio. Diretrizes para uma política de segurança pública em Minas Gerais. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Investindo em políticas sociais**. Belo Horizonte: Roma, 2002. Vol VIII. (Coleção Minas Gerais do século XXI).

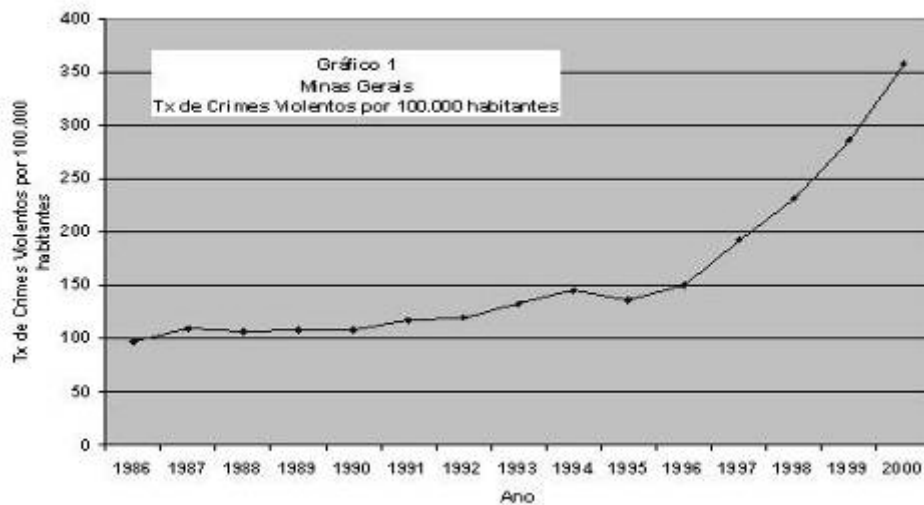


GRÁFICO 3: Taxa de crimes violentos por 100000 hab. Em minas gerais.

Com relação aos crimes contra a pessoa (homicídio, homicídio tentado e estupro), nota-se uma tendência de estabilidade durante o período analisado, em torno de 55 ocorrências para cada grupo de 100.000 habitantes. No entanto, em relação aos crimes contra o patrimônio (roubo, roubo a mão armada, roubo de veículos e roubo de veículos a mão armada), constatou-se um aumento significativo durante o período pesquisado.

Relativo aos crimes violentos, o estudo afirma que *as maiores taxas se concentram nos maiores municípios. Municípios com população de até 100.000 habitantes apresentam taxas não superiores a 100 ocorrências por cada grupo de 100.000 habitantes durante a maior parte do período. Por outro lado, municípios que têm acima de 100.000 habitantes apresentam taxas bem mais altas, chegando, no caso de Belo Horizonte e Contagem, em 2000, a um patamar de mais de 1.000 ocorrências para cada grupo de 100.000 habitantes* (BATITUCCI et al., 2002, p.4).

Em Uberlândia-MG, ainda que possam ser detectadas particularidades, a situação da cidade não é diferente do resto do país e do Estado de Minas Gerais. Uberlândia é considerada um pólo regional importante. Assim, de acordo com o relatório preliminar sobre violência em Uberlândia, é possível perceber que *com mais de 500 mil habitantes, em 2000, Uberlândia tornou-se o terceiro município mais populoso de Minas Gerais, atrás de Belo Horizonte e Contagem, superando o município de Juiz de Fora em mais*

de 50000 pessoas. Seu ritmo de crescimento foi de 6,69%a.a., na década de 1970, de 3,90% na década seguinte e de 3,54% entre 1991 e 2000, muito mais elevado que a média estadual (1,4%a.a., entre 1991/2000) e a brasileira (1,6%a.a., no mesmo período) (BATITUCCI et al., 2005, p. 8).

Uberlândia apresenta um forte contraste social. Conforme dados levantados pelo relatório sobre violência, entre abril e julho de 2001, 43,3% da população é pobre, isso corresponde a 194.886 de pessoas. No que se refere à situação de trabalho, a pesquisa revelou que a taxa de atividade, ou seja, a razão entre a população economicamente ativa e população em idade ativa, é de 65,90%; já a taxa de ocupação, isto é, a razão entre população ocupada e população em idade ativa, situa-se em 57,72%.

Segundo a pesquisa, o mercado de trabalho formal na cidade de Uberlândia corresponde a 52,73% da população ocupada, e o informal atinge 43,92%. A maioria da população ocupada concentra-se na faixa de rendimentos entre 0 a 3 salários mínimos e possui o primeiro grau incompleto (GUIMARÃES et al., 2005).

O relatório preliminar de violência em Uberlândia aponta que cerca de 29% da população total da cidade encontra-se inserida no sistema de ensino. Desse modo:

Escolaridade	
1º grau incompleto	41,6%
1º grau completo	7,7%
2º grau incompleto	13,4%
2º grau completo	17,9%
Superior incompleto	4,7%
Superior completo	6%
Pós-graduação	1,1%
Analfabetos / analfabetos funcionais	5,4%
Declararam ler e escrever sem escolaridade formalizada	1,4%
Superior completo	1,1%

TABELA 2: Nível de escolaridade da população de Uberlândia.

Fonte: Centro de Estudo da Violência (CEVIO) na Universidade Federal de Uberlândia/ Relatório preliminar sobre violência em Uberlândia/MG.

Segundo dados coletados junto ao Centro de Operação Policial e Militar (COPOM), percebe-se, no período de 1999 a 2004, um aumento significativo da criminalidade em Uberlândia. Entre 1999 e 2002, o roubo a mão armada apresenta um dos maiores valores, como pode ser visto na tabela abaixo:

Município de Uberlândia. Número de ocorrências e taxas de crimes violentos (100.000/hab): 1999-2002.										
CRIMES VIOLENTOS	ANO								TOTAL	
	1999		2000		2001		2002			
	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%
Estupro	56	11,45	37	7,38	55	10,64	69	13,02	217	42,29
Homicídio	215	43,95	209	41,70	251	48,56	293	55,34	968	189,55
Roubo Consumado	872	178,24	992	197,10	1342	259,64	1923	363,21	5129	998,19
Roubo a mão armada consumado	2783	568,87	3012	600,94	3554	687,60	3803	718,31	13152	2575,72

TABELA 3: Número de ocorrências de taxas de crimes violentos em Uberlândia de 1999 a 2002.

Fonte: Centro de Operação da Polícia Militar (COPOM) - dados obtidos junto ao Centro de Estudo da Violência (CEVIO) na Universidade Federal de Uberlândia/ Relatório preliminar sobre violência em Uberlândia/MG.

Os setores onde mais ocorreram roubos foram o Central e o Leste. Isso pode ser ratificado analisando os dados da tabela:

Município de Uberlândia. Taxa de ocorrência de roubos (por 100.000/hab), segundo setor: 1999-2002.					
SETORES	PERÍODO				
	1999		2002		
	Roubo Consumado	Roubo a mão armada	Roubo Consumado	Roubo a mão armada	TOTAL
Norte ⁶	12,3	63,42	24,22	92,15	192,09
Sul ⁷	25,04	87,02	57,67	112,27	282
Oeste ⁸	18,67	76,35	36,53	123,55	255,1
Leste ⁹	29,76	100,57	72,86	171,44	374,63
Central ¹⁰	93,18	243,83	203,4	280,77	821,18

TABELA 4: Taxa de ocorrência de roubos por setor Uberlândia de 1999 a 2002.

Fonte: Centro de Operação da Polícia Militar (COPOM) - dados obtidos junto ao Centro de estudo da violência (CEVIO) na Universidade Federal de Uberlândia/ relatório preliminar sobre violência em Uberlândia/MG.

⁶ Setor Norte- bairros: Presidente Roosevelt, Jardim Brasília, São José, Marta Helena, Maravilha, Pacaembu, Santa Rosa, Residencial Gramado, Nossa Senhora das Graças, Minas Gerais.

⁷ Setor Sul- bairros: Tubalina, Cidade Jardim, Bons Olhos, Patrimônio, Morada da Colina, Vigilato Pereira, Saraiva, Lagoinha, Carajás, Pampulha, Jardim Karaíba, Jardim Inconfidência, Santa Luzia, Granada, São Jorge, Laranjeiras, Shopping Park.

⁸ Setor Oeste- bairros: Jaraguá, Planalto, Chácara Tubalina e Quartel, Jardim das Palmeiras, Jardim Canaã, Panorama, Jardim Holanda, Mansour, Jardim Europa, Luizote de Freitas, Jardim Patrícia, Dona Zulmira, Taíaman, Guarani, Tocantins, Morada do Sol.

⁹ Setor Leste- bairros: Tibery, Santa Mônica, Segismundo Pereira, Umarama, Custódio Pereira, Aclimação, Alto Umarama, Jardim Ipanema, Morada dos Pássaros, Mansões Aeroporto, Dom Almir, Alvorada, Morumbi.

¹⁰ Setor Central- bairros: Fundinho, Centro, Lídice, Cazeca, Tabajaras, Bom Jesus, Martins, Osvaldo Rezende, Daniel Fonseca, Nossa Senhora Aparecida, Brasil.

A partir da década de 1990, o número de mortalidade por homicídios aumentou, atingindo particularmente jovens do sexo masculino, com idade entre 20 e 39 anos. Em 1980, a taxa de homicídios em Uberlândia era de 0,8/100.000 habitantes; em 1990, a taxa subiu para 7,0/100.000 habitantes; e em 2000, a taxa foi de 10,57/100.000 habitantes. Esses dados revelam os assustadores contornos que a criminalidade tem assumido nos últimos anos. Os setores que apresentaram as maiores ocorrências foram Oeste e Leste.

Município de Uberlândia. Número de ocorrência e taxas de homicídios, (1000.000/hab), segundo setor: 1999-2002.										
SETOR	ANO								TOTAL	
	1999		2000		2001		2002			
	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%
Norte	21	4,29	31	6,18	36	6,96	44	8,31	132	25,74
Sul	36	7,36	24	4,79	46	8,90	76	14,35	182	35,40
Oeste	47	9,61	54	10,77	57	11,03	57	10,77	215	42,18
Leste	64	13,08	66	13,17	74	14,32	79	14,92	283	55,49
Central	47	9,61	34	6,78	38	7,35	37	6,99	156	30,73

TABELA 5: Número de ocorrências e taxas de homicídios por setor em Uberlândia de 1999 a 2002

Fonte: Centro de Operação da Polícia Militar (COPOM) - dados obtidos junto ao Centro de Estudo da Violência (CEVIO) na Universidade Federal de Uberlândia/ Relatório preliminar sobre violência em Uberlândia/MG.

O maior número de ocorrência de estupros foi constatado nos bairros: Brasil, São Jorge, Tibery, Centro, Taiaman, Umuarama, Mansour e Santa Mônica, onde ocorreram até seis estupros. O Centro apresentou o maior número de ocorrências em 2002: exatamente seis.

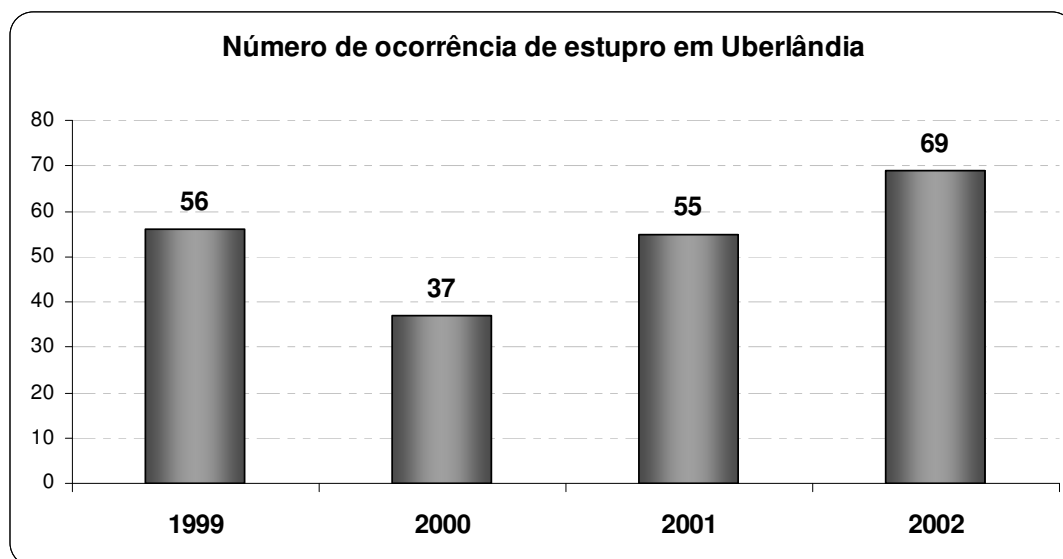


GRÁFICO 4: Número de ocorrência de estupro em Uberlândia.

Fonte: Centro de Operação da Polícia Militar (COPOM) - dados obtidos junto ao Centro de Estudo da Violência (CEVIO) na Universidade Federal de Uberlândia/ Violência Urbana e Homicídio em Uberlândia: Caracterização e Espacialização.

DESCRIÇÃO	ABSOLUTO						VAR% 1999-2004
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Homicídio tentado	181	191	221	253	259	279	+54,14
Homicídio consumado	54	52	65	69	61	70	+29,63
Seqüestro e cárcere privado	4	6	13	14	11	6	+50,00
Roubo consumado a residência Urbana	18	29	34	39	34	40	+122,22
Roubo consumado a joalheria/relojoaria		2			1		0,00
Roubo consumado a ônibus/coletivo	3	6	15	39	43	56	+1766,67
Roubo consumado a casa lotérica					1		0,00
Roubo consumado a prédio de habitação coletiva		1		1	1	2	-
Roubo consumado a drogaria/farmácia	1	3	2		1	3	+200,00
Roubo consumado a padaria		4	2	4	2	6	-
Roubo consumado a supermercado/mercearia	6	5	6	5	4	9	+50,00
Roubo consumado a prédio comercial	13	24	43	48	39	41	+215,38
Roubo consumado a Igreja/templo religioso		1					0,00
Roubo consumado a residência rural/sítio/chácara	1	2		1		1	0,00
Roubo consumado a estabelecimento público					1	2	-

Roubo consumado a garagem de ônibus/coletivo			1	1			0,00
Roubo consumado de veículo automotor	21	14	19	32	33	38	+80,95
Roubo consumado a passageiro de ônibus/coletivo	4		3	2	5	8	+100,00
Roubo consumado a táxi		3	1	4	2		0,00
Roubo consumado a caminhão de bebidas		1				2	-
Roubo consumado a caminhão de cigarros	1						-100,00
Roubo consumado a caminhão de cargas diversas	3				1	1	-66,67
Roubo consumado de carga transportada		1		1			0,00
Roubo consumado a transeunte	677	825	1046	1570	1538	2064	+204,87
Roubo consumado de bicicleta	86	128	173	209	310	265	+208,14
Roubo consumado a funcionário de estabelecimentos bancários/valores em serviços	1			1			-100,00
Roubo consumado a posto de abastecimento de combustíveis	3	3	14	5	2	14	+366,67
Roubo consumado a cliente de instit. financ.- seq. relâmpago				5		1	-
Roubo consumado outros	45	78	65	65	54	24	-46,67
Roubo a mão armada consumado a residência urbana	80	86	120	98	153	202	+152,50
Roubo a mão armada consumado a estabelecimento bancário/valores	6	3	1	6	3	1	-83,33
Roubo a mão armada consumado a joalheria/relojoaria	5	1	3	3		2	-60,00
Roubo a mão armada consumado a ônibus/ coletivo	119	227	179	356	513	656	+451,26
Roubo a mão armada consumado a casa lotérica	16	12	28	14	5	8	-50,00
Roubo a mão armada consumado a prédio de habitação coletiva		2	3		5	7	-
Roubo a mão armada consumado a drogaria/farmácia	74	76	54	70	48	54	-27,03
Roubo a mão armada consumado a padaria	69	53	60	63	72	79	+14,49
Roubo a mão armada consumado a supermercado/mercearia	200	164	174	181	182	238	+19,00
Roubo a mão armada consumado a prédio comercial	559	449	684	559	595	658	+17,71
Roubo a mão armada consumado a igreja/templo religioso	1	1	2	1		3	+200,00
Roubo a mão armada consumado a residência rural/sítio/chácara	20	18	14	17	25	37	+85,00
Roubo a mão armada consumado a estabelecimento público	7	4	5	3	3	5	-28,57
Roubo a mão armada consumado a depósito em geral	5	14	9	9	18	11	+120,00

Roubo a mão armada consumado a garagem de ônibus/coletivo		3		1	1	3	-
Roubo a mão armada consumado a veículo automotor	469	582	490	493	508	996	+112,37
Roubo a mão armada consumado a passageiro de ônibus/coletivo	1	1	5	3	2	6	+500,00
Roubo a mão armada consumado a táxi	16	9	10	29	11	11	-31,25
Roubo a mão armada consumado a caminhão de gás	1		1				-100,00
Roubo a mão armada consumado a caminhão de bebidas	6	2	1	10	6	18	+200,00
Roubo a mão armada consumado a caminhão de cigarros		1					0,00
Roubo a mão armada consumado a caminhão de cargas diversas	14	9	4	11	9	7	-50,00
Roubo a mão armada consumado de carga transportada	3	9	2	3	2	2	-33,33
Roubo a mão armada consumado de veículo automotor e sua carga	21	19	14	11	5	7	-66,67
Roubo a mão armada consumado a transeunte	668	1079	1322	1676	1721	2626	+293,11

Roubo a mão armada consumado a transeunte	668	1079	1322	1676	1721	2626	+293,11
Roubo a mão armada consumado de bicicleta	78	85	129	162	191	193	+147,44
Roubo a mão armada consumado a funcionário de estabelecimento bancário em serviço						1	-
Roubo a mão armada consumado a veículo de transporte de valores	1			3		1	0,00
Roubo a mão armada consumado a posto de abastecimento de combustível	209	152	217	170	155	221	+5,74
Roubo a mão armada consumado a cliente de instit. financ. – seq. relâmpago				11	3	11	-
Roubo a mão armada consumado outros	228	344	336	197	145	105	-53,95
Latrocínio	4	4	9	4	9	3	-25,00
Extorsão mediante seqüestro			2				0,00
Estupro tentado	33	29	20	42	53	32	-3,03
Estupro consumado	32	31	42	36	46	47	+46,88
TOTAL	4067	4848	5663	6610	6892	9183	+125,79

TABELA 6: Crimes violentos em Uberlândia em números absolutos

Fonte: Centro de Operação da Polícia Militar (COPOM) - dados obtidos junto ao Centro de Estudo da Violência (CEVIO) na Universidade Federal de Uberlândia/ Relatório preliminar sobre violência em Uberlândia/MG.

Com relação à população carcerária da cidade de Uberlândia, a pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia¹¹, em abril/2001, com os detentos do Presídio Professor Jacy de Assis, aponta o seguinte perfil: apenas 24,56% dos pesquisados mantinham vínculo empregatício no mercado de trabalho através da CTPS antes da prisão; 74,71% das pessoas eram analfabetas ou tinham o primeiro grau incompleto, o que demonstra um baixo índice de escolaridade; uma grande parcela dos entrevistados carecia de qualificação profissional. Nesse sentido, salienta-se, ainda, um alto índice de reincidência criminal.

Diante dos dados supracitados, é possível perceber que uma parcela considerável dos apenados é proveniente de um cenário precarizado, em que o movimento de expansão e de acumulação do capital expropria e transforma produtores diretos *em uma imensa massa de indivíduos lançados à mais absoluta pobreza e à dependência exclusiva do mercado de trabalho* (PINASSI, 2006, p. 43). Deste modo,

(...) a degradação se completa com o desemprego estrutural e a precarização sem limites do trabalho, condições necessárias ao novo(...) a degradação se completa com o desemprego estrutural e a precarização sem limites do trabalho, condições necessárias ao novo padrão de acumulação exigido. Nesse quadro, o capital abandona seus mais agonizantes escrúpulos, incluindo os ideológicos. Ampliam-se os espaços ocupados pelas atividades atingidas pelo crime. Prova disso é o poder econômico e político que hoje representa o tráfico de drogas e de armas (...) (PINASSI, 2006, p. 46).

A caracterização dos sentenciados se assemelha ao perfil dos novos excluídos sociais, cujas principais fontes são o desemprego e a precarização do trabalho. Contudo, percebe-se que o precário mundo do trabalho, uma das características mais marcantes da *nova exclusão social*, muito contribui para o aumento da criminalidade. Isso pode ser elucidado no seguinte depoimento, retirado do livro *Falcão- meninos do tráfico*, de Bill e Athayde (2006):

Tudo começou há oito anos atrás, quando a minha família tava passando aquele sufoco, aquela tragédia, né, irmão? O dia-a-dia, eu vendo minha mãe sair para trabalhar, aquelas condições, não podia dar o de bom e melhor para nós, né? Como? O que eu queria ter eu não podia ter (BILL; ATHAYDE, 2006, p. 78).

¹¹ Os dados dessa pesquisa foram fornecidos pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

A entrevista realizada com egressos do sistema prisional na cidade de Uberlândia também aponta para a precarização do trabalho como uma das causalidades da criminalidade:

Muitos voltam para a vida do crime porque é sem vergonha mesmo, outros desespera quando vê a família passando necessidade, menino pequeno, não arruma serviço, onde você vai é não, não, não, o cara desespera e volta e fica pior depois (...). O cara quer dar algo para o filho e acaba indo preso (Egresso III).

Eu tenho duas opinião com relação ao aumento da criminalidade: uma é a falta de oportunidade para o povo e a outra são as drogas (Egressa IV).

Já conheci gente lá dentro que não sabia como ia arrumar comida, trabalhava e ganhava pouco e tinha que pagar o aluguel (...) a maioria das pessoas que vão presas às vezes é pedreiro, dona de casa, doméstica. O salário hoje em dia não ajuda, aí acaba fazendo coisa errada, pra aumentar a renda, a maioria é assim. Mas tem uns que fazem porque gostam e não porque precisam (Egressa II).

Em meio a estas discussões focalizando a cidade de Uberlândia/MG, se faz necessário analisar as políticas de combate à criminalidade nela implantadas.

3.3 O COMBATE À CRIMINALIDADE NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Frente ao aumento da criminalidade, a Secretaria de Segurança Pública, Justiça e Cidadania de Uberlândia desenvolve vários programas, projetos e convênios com os objetivos de prevenir e reduzir a criminalidade da cidade. Dentre os quais, salientam-se: o convênio com a UFU, o Projeto Promotoras Legais Familiares, o Projeto Patrulha Escolar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), o Projeto de Integração da Polícia Civil e Militar, o Projeto de Vídeo-Monitoramento (início de licitação), o Projeto de Parceria com o Núcleo de Prevenção à Criminalidade e a Associação de Assistência aos Condenados (APAC).

O estabelecimento do convênio com a Universidade Federal de Uberlândia por meio do Centro de Estudo da Violência (CEVIO), tem por objetivos coletar e sintetizar dados coletados junto ao Centro de Operação da Polícia Militar (COPOM), os quais serão analisados por professores e alunos no intuito de fornecer dados reais aos órgãos

que compõem o sistema de Defesa Social do município, bem como apontar os locais que necessitam de uma vigilância específica com a finalidade de evitar delitos.

O Projeto Promotoras Legais Familiares realiza a capacitação de 50 mulheres que são agentes e lideranças comunitárias para atuação perante a população carente de seu bairro e adjacente, com a finalidade de informar os demais membros da comunidade sobre seus direitos e deveres familiares, contribuindo para a percepção da realidade das famílias nestas comunidades e proporcionando-lhes assistência jurídica, psicológica, social, mediação de conflitos, conciliações e outros serviços. As promotoras estão vinculadas aos Postos Integrados de Segurança e Cidadania (PISC), gerando demanda para os postos integrados e maximizando o atendimento das comunidades. Todo o trabalho é acompanhado pela Superintendência de Defesa Social, em que são apresentados os relatórios informativos das tarefas desenvolvidas pelas promotoras, os quais são analisados e encaminhados ao órgão competente.

O Projeto Patrulha Escolar conta com a parceria da Polícia Militar e visa a reduzir a violência e a criminalidade nos estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus. Os agentes de segurança na escola são capacitados e qualificados para atuação junto aos estabelecimentos de ensino, priorizando aqueles com maior incidência criminal e situados em área de risco. Além disso, objetiva-se implantar o programa: Jovens Construindo a Cidadania (JCC), no intuito de criar um ambiente escolar mais saudável, livre de violência, através de ações e mudanças comportamentais. O programa será mobilizado pelos próprios alunos dentro da escola.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) visa a desenvolver atividades preventivas voltadas à conscientização das crianças e adolescentes quanto aos riscos e conseqüências do uso de drogas e da violência. Vários instrutores são treinados para atuar dentro das escolas, com o intuito de promover palestras e seminários em defesa dos programas anti-drogas.

O Projeto de Integração da Polícia Civil e Militar visa a melhorar a integração das polícias Civil e Militar, a fim de atender melhor a população, contribuindo na redução dos índices de violência e criminalidade na cidade.

O Projeto de Vídeo-monitoramento objetiva a locação de 72 câmeras de vídeo no hipercentro da cidade, nos locais de maior fluxo de pessoas. Conforme pesquisas realizadas, o projeto irá monitorar e gravar os principais pontos da cidade 24 horas por dia. A execução da obra ficará por conta da empresa a ser contratada conforme licitação.

O projeto visa a dar uma maior segurança para a população, já que busca coibir a violência e dar uma maior agilidade para a polícia.

O Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia (NPCU) e a Associação de Proteção aos Condenados (APAC) é um dos focos de estudo da pesquisa, uma vez que ambos trabalham diretamente com egressos e sentenciados do sistema prisional respectivamente, por isto o Programa de Reintegração Social do Egresso desenvolvido pelo NPCU e o Projeto *Recomeço* realizado pela APAC de jan/2005 a jan/2006, serão melhor explicitados no próximo capítulo.

O Núcleo de Prevenção à Criminalidade foi implantado em Uberlândia, em outubro de 2005, pelo governo do Minas Gerais, no intuito de prevenir a criminalidade.

Estamos tendo a felicidade de estar vivendo um momento especial, que é a implantação de políticas públicas que são inovadoras por parte do Estado. A questão da prevenção tem ganhado um destaque maior dentro do campo de segurança pública, e a prevenção é interessante, porque as experiências anteriores nessa área, sempre tentavam remediar as situações depois do problema já instalado, com a criminalidade com um índice já elevado, aí procuravam dar alguma solução com medidas quase sempre de ordem repressiva (...). A prevenção à criminalidade tem sentido inovador que é procura intervir na realidade social antes que o crime aconteça. Isso que é o principal foco e objetivo da prevenção à criminalidade dentro do Estado de Minas Gerais (Gestor 1).

Por meio da Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC), têm sido implantadas as políticas públicas relacionadas à prevenção da criminalidade. Os programas coordenados pela SPEC atuam em três níveis de prevenção: a prevenção primária, secundária e terciária.

As ações da prevenção primária são realizadas nas áreas de maior incidência criminal, objetivando intervir antes que o crime aconteça. Assim, são realizadas campanhas educativas, estímulo a iniciativas comunitárias, etc. Este nível de intervenção integra os programas: controle de homicídios “Fica Vivo” e o programa de mediação de conflitos.

O primário é para aquelas situações em que o indivíduo não se envolveu necessariamente com a criminalidade, mas que está numa situação de risco, pela área em que vive, onde a criminalidade é circundante, então ele precisa dessa atenção mesmo que não tenha se envolvido com o crime (Gestor 1).

A prevenção secundária é direcionada às pessoas que vivenciam experiências de determinados crimes, vindo a cumprir penas ou medidas alternativas à prisão. Esse nível é composto pelo programa “Central de Apoio às Penas e Medidas Alternativas” (CEAPA).

O nível secundário é para aquele indivíduo que já teve algum tipo de contato, de envolvimento com a criminalidade, com uma questão mais circunstancial, de menor poder ofensivo. Nós precisamos tomar providência para que esse envolvimento não se torne mais grave (Gestor 1).

A prevenção terciária objetiva diminuir a reincidência atuando diretamente sobre os indivíduos que cometeram delitos ou crimes. Os programas são: Programa de Reintegração Social do Egresso e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

O terciário são pra aquelas pessoas que tiveram um envolvimento mais sério, pessoas condenadas, punidas. Queremos evitar justamente a reincidência (Gestor 1).

Em Uberlândia, são desenvolvidos os programas: Reintegração Social do Egresso, Central de Apoio a Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) e o Controle de homicídios “Fica Vivo”. É válido mencionar que o programa de Proteção a Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte, segundo do gestor 1, tem funcionado em Uberlândia, porém ainda não possui uma sede específica; o trabalho é incipiente.

O programa Central de Apoio a Penas e Medidas Alternativas objetiva apoiar e acompanhar penas e medidas alternativas, buscando a inclusão social como política de prevenção à reincidência criminal. São oferecidos acompanhamentos social, jurídico e social, além disso, as penas e medidas alternativas são monitoradas a fim de garantir a efetividade de seu cumprimento. As penas variam em: prestação de serviços à comunidade, pena pecuniária (cesta básica, dinheiro), limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos e perda de bens.

Por meio do programa de penas alternativas, procuramos oferecer uma alternativa à privação de liberdade, evitando que uma camada da população que teve um pequeno envolvimento com o crime vá parar dentro do sistema prisional, e com isso conseguimos que eles sejam

punidos, mas uma punição que não vai trazer consequência, que vai acabar sendo maléfica para a própria sociedade. Se um indivíduo por causa de um crime de trânsito, por exemplo, vai acabar dentro do sistema prisional, existe o risco de sair de lá contaminado pelo meio, ao invés de promover uma ressocialização dele, acaba prejudicando (Gestor 1).

O programa de Controle de Homicídios “Fiva Vivo” é voltado para jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social, residentes nas áreas de maior índice de criminalidade. Em Uberlândia, o programa foi desenvolvido inicialmente no bairro Morumbi. São promovidas ações comunitárias e desenvolvimento de oficinas de esporte, cultura, inclusão produtiva e comunicação. As oficinas são ministradas pelos moradores da região. Além disso, os jovens participam de campeonatos, shows, torneios, no intuito de contribuir para a redução da taxa de homicídios.

Depois de detectado através de um diagnóstico qual é a área de maior risco de criminalidade na cidade. O programa se instala no local, faz um mapeamento daquela região, são detectados os equipamentos sociais, as lideranças comunitárias, e todos aqueles que podem vir a tornarem-se parceiros importantes do programa. Feito isso, é instalado uma sede no local, e começa a fazer a captação de projetos de oficinas dirigidas a jovens. Aqui, atualmente já temos vinte e sete dessas oficinas na área de esporte, cultura, comunicação, inclusão produtiva e geração de renda (Gestor 1).

De acordo com o gestor 1, *a comunidade participa efetivamente da implantação do programa: as pessoas são ouvidas, elas dizem quais são os problemas de segurança daquela região. A partir disso, elabora-se um plano local de segurança, que posteriormente é discutido em fóruns comunitários, abertos às pessoas que residem na região. Participam também do fórum as autoridades locais. Ainda segundo o gestor 1, o diálogo com a comunidade objetiva, participar cada vez mais daquela realidade social, fazendo com que o Estado se torne presente dentro daquela comunidade que vive o problema da violência.*

O Programa em foco no presente estudo é o de Reintegração Social do Egresso, já que este está inserido nas discussões que permeiam a pesquisa. O Programa visa a acolher o egresso do sistema penitenciário promovendo políticas sociais para a sua reinserção na sociedade, garantindo o cumprimento dos direitos previstos e criando condições para evitar a reincidência criminal e os ciclos de violência. O sentenciado, ainda na condição de pré-egresso, é previamente contactado por técnicos do programa

de reintegração para conhecer as atividades desenvolvidas, e, ao ser liberado, o beneficiário procura sua inserção caso se interesse. O programa oferece: atendimentos psicológico, social e jurídico; encaminhamentos à rede social; educação profissional e inclusão produtiva. O foco principal do programa é diminuir a reincidência criminal, buscando reinserir o egresso do sistema prisional na sociedade por meio do trabalho, procurando criar condições para o mercado de trabalho, possibilitando a empregabilidade. Esse programa será melhor analisado no próximo capítulo.

O NPCU possui uma rede de parcerias, que atualmente abrange 190 parceiros, envolvendo órgãos públicos, privados, organizações não governamentais e empresas, dentre estes destacam-se: a Casa da Pesquisa (cede lugar para a realização do curso com bolsas e cintos de couro), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE (a secretaria oferece alguns cursos profissionalizantes), a Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL (oferece palestras no intuito de demonstrar para os egressos como se portar em entrevistas de trabalho, como fazer um currículo), dentre outros.

Todos têm uma participação interessante, sempre que nós os acionamos, ou eles nos acionam, podemos de alguma maneira dar uma resposta a essa rede. A rede é importante, porque é através dela que fazemos as articulações, que promovemos as discussões, fazemos seminários, capacitações profissionais (...). É uma nova forma de discutir a segurança pública, dessa maneira abrimos espaço para as ONGs, entidades religiosas, empresas, pois acreditamos que precisamos formar um pensamento em comum de como trabalhar essa questão de prevenção à criminalidade (Gestor 1).

A APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - também constitui-se em uma importante referência que desenvolve atividades com sentenciados do sistema prisional. Essa ONG foi fundada em 1972, em São José dos Campos-SP, por um grupo de pessoas voluntárias que tinham como líder o advogado Mário Ottoboni. O grupo de voluntários, juntamente com seu líder, se preocupava com a situação das prisões e passou a freqüentar o presídio Humaitá, em São Paulo, a fim de evangelizar e dar apoio aos presos. Em 1974, esse grupo assumiu a gerência do presídio, instituindo assim a APAC.

A APAC é uma entidade civil de Direito Privado, com personalidade jurídica própria, que dispõe de um método de valorização humana, portanto, de evangelização, procurando oferecer ao preso condições de se recuperar. A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados é amparada pela Constituição Federal para atuar nos

presídios e possui seu estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal. A APAC é filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), órgão fiscalizador e coordenador das APACs, que tem a função de orientar, assistir e manter a unidade de propósitos das associações.

A APAC é uma entidade auxiliar na execução penal e na administração dos cumprimentos das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto. Na APAC, os próprios presos são co-responsáveis pela sua recuperação e têm assistências espiritual, médica, psicológica e jurídica. O método foi se aperfeiçoando e hoje tem alcançado grande repercussão no Brasil e no exterior. São aproximadamente 100 unidades em todo o território nacional. Outras já foram implantadas em outros países, como as APACs de Quito e Guayaquil, no Equador; Córdoba e Concordia, na Argentina; Arequipa, no Peru; Texas, Wiora e Kansas, nos EUA; e muitas outras estão em fase de implantação como África do Sul, Nova Zelândia, Escócia etc.

A APAC pioneira em Minas Gerais foi fundada em 1986, em Itaúna. A APAC de Itaúna já sediou vários seminários de estudos e conhecimentos sobre o método APAC e administra três regimes de cumprimento de pena: fechado, semi-aberto e aberto.

O método APAC possui alguns elementos fundamentais, tais como: a participação da comunidade; o mecanismo de ajuda mútua, em que um ajuda o outro, buscando a cooperação de todos; o trabalho; a religião; a assistência jurídica; a assistência à saúde. O método também é voltado para a valorização humana, a família do preso também é envolvida no processo de recuperação. A APAC conta ainda com o apoio de voluntários. A APAC de Uberlândia no intuito de reduzir a reincidência criminal e reinserir o preso na sociedade desenvolveu, em 2005, o Projeto *Recomeço*. Esse projeto, assim como o Programa de Reintegração Social do NPCU será enfatizado no capítulo seguinte.

Com relação ao presídio Professor Jacy de Assis e a Penitenciária João Pimenta da Veiga, percebe-se de acordo com os diretores desses estabelecimentos penais, uma diferença teórica entre ambos. Desta forma, segundo eles no presídio estão os presos provisórios, isto é aqueles que ainda não foram julgados. Já na penitenciária estão os presos que já foram condenados, ou seja, receberam uma sentença, por isso o nome de sentenciados. Porém de acordo com o juiz a lei prevê que a pena seja cumprida na penitenciária, o presídio, portanto, seria um espaço provisório, sendo utilizado enquanto o preso espera o seu julgamento. Mas na prática existem muitos presos que estão

cumprindo pena no presídio, já que o Estado tem como política não superlotar as penitenciárias. Segundo o juiz, na penitenciária de Uberlândia não tem superlotação, em contrapartida, o presídio está superlotado. Existem 950 vagas, e ainda um dos blocos está desativado, o que diminui ainda mais o número de vagas. Atualmente há em torno de 1300 presos no presídio. Já na penitenciária existem aproximadamente 380 presos.

O regime de cumprimento de pena, de acordo com o juiz, funciona da seguinte forma:

Se o preso entrar no regime fechado, ele vai cumprir 1/6 da pena, se ele tiver bom comportamento ele passa para o regime semi-aberto, o sistema é progressivo. No semi-aberto ele pode obter autorização para o trabalho externo, porém ele vai pernoitar todos os dias no presídio. Ele tem uma autorização para sair para trabalhar, mas permanece vinculado ao estabelecimento prisional. Depois de cumprir 1/6 da pena no semi-aberto, ele pode passar para o regime aberto, que é um regime menos rigoroso. Seria um albergue, como nós não temos um albergue, o que a gente prefere no regime aberto é a prisão domiciliar, o que na verdade de prisão não tem nada. Então, quando ele entra no regime aberto, ele está livre para trabalhar e tem o compromisso de recolher em seu domicílio e cumprir algumas condições que são determinadas (Juiz).

Segundo o juiz, o órgão que faz o acompanhamento dos presos em regime aberto e de livramento condicional é o Núcleo de Prevenção à Criminalidade, por meio da Central de Apoio a Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) e dos demais programas realizados.

No regime semi-aberto, o preso pode sair para trabalhar e pernoitar no presídio. O preso que consegue uma carta de emprego deve apresentá-la ao estabelecimento prisional, que averigua se realmente a proposta e a empresa existem. Posteriormente, é feito um protocolo com o Estado e o pagamento do preso é realizado por meio do Estado. O empregador não paga diretamente para o preso, ele paga para o Estado e o dinheiro é repassado para o preso, sendo que uma parte deste é retido em forma de pecúlio, só podendo ser retirado quando o sentenciado estiver em liberdade. De acordo com o juiz:

(...) o preso quando sai para o semi-aberto consegue mais carta de emprego do que quem está solto. Em função disso é feito uma averiguação, o preso apresenta a proposta e uma equipe do estabelecimento prisional confere se realmente a proposta existe, se empresa existe. Poderia acontecer uma coisa falsa, uma pessoa dá uma

proposta de trabalho para o sujeito, no entanto não vai pagá-lo e ele não vai trabalhar, é só para ficar na rua o dia inteiro (juiz).

Tanto no presídio quanto na penitenciária, existem empresas que utilizam a mão de obra dos presos para a confecção de sapatos e de materiais de segurança. Para produzir, os presos são submetidos a uma “qualificação profissional” e são exatamente as ditas políticas de qualificação profissional e suas conexões com a ressocialização do preso, a redução da reincidência criminal e a potencialização da empregabilidade que serão analisados no próximo capítulo.

4. CAPÍTULO III - OS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL IMPLANTADOS NO SISTEMA PRISIONAL

A materialização das políticas de qualificação profissional, implementadas nos espaços educacionais que atuam na prevenção à criminalidade como mecanismo de redução da reincidência criminal, evidencia a inoperância dos processos de ressocialização do egresso mediante a incongruência e fragilidade das ações aliadas à deserção do Estado para com o sistema prisional. Na sociedade do capital, os sentenciados são culpabilizados pela sua situação de marginalização e responsabilizados pelo processo de êxito ou fracasso na vida social e na potencialização da empregabilidade.

Os eixos temáticos apreendidos nesse capítulo foram categorizados a partir da pesquisa empírica e dos depoimentos dos egressos e gestores do sistema prisional. Coetaneamente à pesquisa empírica, tornou-se importante considerar os discursos presentes em matérias de jornais de outros apenados da realidade de São Paulo, por exemplo, que corroboram com a realidade evidenciada em Uberlândia, no que se refere à inoperância do sistema prisional. Neste sentido, busquei apreender as percepções dos sujeitos envolvidos mediante fontes orais e documentais sobre: as políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional; os processos de inclusão e exclusão ensejados por um ciclo que exclui, absorve e segrega pautado nas “modernas” formas de exclusão e nos mecanismo de reinserção social; o discurso da potencialização da empregabilidade; as propostas de ressocialização dos sentenciados; a deserção do Estado para com os estabelecimentos penais; e sobre os sentimentos e percepções dos apenados na prisão.

4.1 AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL IMPLANTADAS NO SISTEMA PRISIONAL

Para analisar as políticas de qualificação profissional implantadas nos sistemas prisionais na cidade de Uberlândia, se faz necessário aprofundar reflexões sobre como elas são desenvolvidas nos estabelecimentos penais da cidade, a saber: o Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPCU), a Associação de Proteção e Assistência aos

Condenados (APAC), o Presídio Professor Jacy de Assis e a Penitenciária João Pimenta da Veiga. Nesta seção focalizarei sobretudo o Programa de Reintegração Social do Egresso NPCU e a APAC, uma vez que estes se constituem em objeto de investigação da pesquisa.

Como vimos no capítulo anterior, o NPCU desenvolve vários programas, tais como: Central de Apoio a Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), Controle de homicídios “Fica Vivo” e o programa de Reintegração Social do Egresso, o que é objeto de análise neste capítulo.

O Programa de Reintegração Social do Egressos foi instituído pela Secretaria de Estado de Defesa Social, por meio da SPEC (Superintendência de Prevenção a Criminalidade), e suas atividades foram iniciadas no segundo semestre de 2004, abrangendo oito municípios: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ipatinga, Governador Valadares, Montes Claros, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia.

Segundo Diniz¹² (2007), a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS), através da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, delegou à Diretoria de Reintegração Social a gestão do Programa de Reintegração Social de egressos, visando discutir saídas com a sociedade civil, dentro da tecelagem das redes sociais, e formas de prevenção à reincidência criminal, seja com o programa de atendimento ao egresso junto aos seus parceiros diversos, seja nas discussões e debates. Segundo a autora, ao lado de outros desafios, o maior deles, é a inserção social pelo trabalho (DINIZ, 2007, p.2).

O Programa atua em consonância com a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11/07/1984. A lei define quem é o egresso e, portanto, o público alvo do programa. O egresso pode ser definido como o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento, o liberado condicional durante o período de prova. A lei ainda prevê a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social ao egresso, no intuito de prevenir o crime, ofertando ao egresso orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade. Nesse sentido, o objetivo principal do Programa de Reintegração Social é promover políticas públicas de inclusão social, no que se refere à qualificação

¹² Socióloga e Cientista Política – Diretora do programa de Reintegração do Egresso da Superintendência de Prevenção à Criminalidade/Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

profissional e à criação de possibilidades de empregabilidade. Para Diniz (2007), o grande desafio de qualquer política pública voltada para o egresso é o trabalho.

De acordo com Diniz (2007), o perfil dos egressos do sistema prisional dificulta ainda mais sua reinserção no mercado laboral. Antes da prisão, 41,5% dos detentos trabalhavam em atividades informais sem qualificação; 31,5% não trabalhavam. A autora ainda salienta que os sentenciados são, em sua maioria, jovens, provenientes de famílias de baixa renda, trabalhadores do mercado informal com baixa qualificação profissional e com um baixo nível de escolaridade (DINIZ, 2007, p. 4). Nesse sentido:

É importante insistir, a grande preocupação nas propostas de políticas públicas para o egresso do sistema prisional é criar condições para que o mercado de trabalho possa recepcionar sua mão de obra, seja através da formação profissional em cursos básicos, educação para o aumento da escolaridade ou na organização de grupos de produção no modelo de economia solidária (DINIZ, 2007, p. 4-5).

Diniz (2007) afirma que o Programa de Reintegração Social do Egresso preocupa-se em oferecer uma dinâmica de atendimento ao egresso com ações direcionadas, sobretudo, para a reintegração social pelo trabalho. O programa possui a seguinte metodologia de trabalho: o beneficiário é recebido no Núcleo de Prevenção à Criminalidade, onde é feita sua pré-inscrição no Programa; posteriormente, são realizadas uma consulta jurídica sobre sua situação legal e uma avaliação sócio-familiar, levantando as necessidades demandadas pelo egresso e sua família. De acordo com essas demandas, ele é encaminhado para a rede de apoio para cursos profissionalizantes e também para a organização de cooperativas sociais no modelo de economia solidária (DINIZ, 2007, p.5). O sentenciado, ainda em condição de pré-egresso, é previamente contactado por técnicos do Programa de Reintegração para conhecer as ações desenvolvidas. Ao ser liberado, o beneficiário procura o Programa de forma espontânea e, a partir daí, é inserido.

O Programa de Reintegração Social do Egresso visa a diminuir a reincidência criminal, buscando reinserir o egresso do sistema prisional na sociedade por meio do trabalho, criar condições para o mercado de trabalho e possibilitando o acesso a emprego e a atividades de geração de renda. Para promover a integração social do egresso de maneira produtiva, os cursos de qualificação profissional são importantes para:

(...) oferecer a ele oportunidade do aprendizado profissional, da qualificação profissional e inclusão dentro de projetos que possam ser fonte geradora de renda imediata. Temos como exemplo “concreto”, um projeto que desenvolvemos há algum tempo, desde o ano passado, que é um projeto produtivo de geração de renda, esses egressos trabalham na manufatura de artefatos de couro, são pessoas que nunca tiveram experiência anterior, na maioria dos casos só trabalhos artesanais, e não tinham outras qualificações profissionais, e acabam aprendendo um ofício, o de fabricar bolsas, cintos (Gestor 1).

As ações referentes à operacionalização do Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional da cidade de Uberlândia foram sistematizadas em um relatório elaborado pela Secretaria de Estado de Defesa Social em conjunto com a Superintendência de Prevenção à Criminalidade. O relatório se refere aos meses de novembro de 2005 a maio de 2006, em que foram atendidos 179 egressos. Desta população atendida, 34 foram encaminhados para cursos de competência básica para o mercado de trabalho, curso de informática, curso de construção civil (SENAI), curso de mecânica automotiva (SENAI) e oficina de produção de material de limpeza e cosméticos. O relatório, porém, não explicita se esses egressos concluíram o curso ou foram inseridos no mercado de trabalho.

Analisando os resultados desse trabalho e a existência de um controle de reincidência criminal, nota-se que:

Não existe ainda esse controle formal, esse controle formal oficial é feito por órgãos de Belo Horizonte, a própria sede, junto com a secretaria de planejamento e gestão tem a metodologia específica para fazer esse controle, aqui em Uberlândia ainda não tem esse controle oficial (Gestor 1).

A ausência de um controle formal sobre os resultados do programa, no que se refere, sobretudo, a quantidade de presos que foram encaminhados para o mercado de trabalho e/ou reincidiram no crime após participarem dos cursos, permite inferir a fragilidade do monitoramento e avaliação das atividades realizadas pelo Programa. A avaliação e monitoramento são instrumentos imprescindíveis para o conhecimento da viabilidade do programa, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou até mesmo para a reformulação de suas propostas e atividades. A ausência desses mecanismos não permite a visualização dos resultados alcançados pelo programa, principalmente no que se refere ao cumprimento de suas metas e objetivos propostos. O programa apresenta resultados imprecisos, pois, sem a avaliação e o monitoramento das

atividades realizadas não é possível aferir suas metas quantitativas e nem reportar à qualidade dos seus resultados atingidos. Essa realidade se estende a outra instituição analisada por este estudo: a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

A APAC, assim como o Programa de Reintegração Social do Egresso do NPCU, visa diminuir os índices de reincidência criminal e contribuir para a reinserção social do sentenciado/egresso do sistema prisional, por meio da inclusão produtiva.

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Uberlândia também possui como objetivos reduzir a reincidência criminal e contribuir para a inserção social do sentenciado. Para tanto, desenvolveu, em 2005, o Projeto *Recomeço*, o qual recebeu respaldo legal do juiz da Vara de Execuções Penais e o apoio da Secretaria de Estado e Defesa Social. Além de objetivar a inserção social dos sentenciados e a redução da reincidência criminal, o projeto também visou: incentivar a aceleração da escolaridade; desenvolver atividades profissionais; promover a qualificação profissional nas áreas de horticultura, jardinagem, digitação e artesanato em geral; promover atendimentos psicológicos e sociais; realizar encaminhamentos sociais aos recursos disponíveis na cidade; promover a assistência básica à família em risco social.

As fotos que se seguem demonstram algumas atividades realizadas pelos sentenciados da instituição.



FIGURA 1: Cultivo de hortaliças em terreno da apac

Fonte: Acervo da APAC. Cultivo de hortaliças em um terreno da APAC durante a execução do Projeto *Recomeço*, em 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 2: Cultivo de hortaliças no quintal de um sentenciado.

Fonte: Acervo da APAC. Cultivo de hortaliças no quintal da casa de um dos sentenciados inserido no Projeto *Recomeço*. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 3: Colheita de frutas e hortaliças

Fonte: Acervo da APAC. Colheita de frutas e legumes provenientes do cultivo de hortaliças realizados pelos sentenciados do Projeto *Recomeço* da APAC, em 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 4: Curso de culinária

Fonte: Acervo da APAC. Participação dos presos em cursos de culinária realizados no Projeto *Recomeço* da APAC, em 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 5: Curso de culinária

Fonte: Acervo da APAC. Participação dos presos em cursos de culinária realizados no Projeto *Recomeço* da APAC, em 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 6: Curso de jardinagem

Fonte: Acervo da APAC. Participação dos presos em cursos de jardinagem. 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 7: Curso de artesanato

Fonte: Acervo da APAC. Participação dos presos em curso de artesanato. Na fotografia acima, os presos aprendiam a fabricar cestas de jornais. Esse curso foi realizado durante a execução do Projeto *Recomeço*, em 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 8: Visita a instituições assistenciais.

Fonte: Acervo da APAC. Participação dos sentenciados em visitas a instituições assistências da cidade de Uberlândia. 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm



FIGURA 9: Cultos ecumênicos

Fonte: Acervo da APAC - Participação dos presos em cultos ecumênicos. 2005. 1 fotografia, 15 cm x 10 cm

O *Projeto Recomeço* teve duração de um ano e contou com o apoio do Ministério da Justiça. Segundo o juiz, o trabalho que estava sendo desenvolvido na APAC não teve continuidade, pois a instituição não estava trabalhando nos moldes que uma APAC deve trabalhar. Segundo ele:

(...) no método APAC, o preso é vinculado à instituição, dormindo e trabalhando na APAC. Em Uberlândia o preso estava vinculado ao presídio ou a penitenciária e também estava na APAC, e todos os dias ele pernoitava ou no presídio ou na penitenciária. Assim, em primeiro lugar, foge do método e, em segundo lugar, o Estado não mais aceitou tal situação, já que destinava uma verba para o preso no presídio ou penitenciária, e destinava outra para o mesmo preso na APAC. Deste modo, o Estado destinava duas verbas para um mesmo preso. Por esse motivo o convênio que existia entre a APAC e o Estado foi rescindido (juiz).

Com relação a APAC:

O trabalho ficou relativo, apesar de termos um controle de frequência e tudo mais, não fizemos um acompanhamento até um ano depois também. Até por falta de estrutura da associação, nós não fizemos isso, esse controle não foi feito. Então, não me arrisco a afirmar se teve reincidência ou não (Gestor 2).

Esses relatos demonstram a falta de propostas e estratégias específicas de acompanhamento e avaliação que busquem apreender a ação, a formulação, implementação, execução, processos, resultados e impactos das ações realizadas pelo projeto. Constata-se então, uma ruptura, uma descontinuidade e uma incongruência das ações. Essa realidade está relacionada à reforma gerencial do Estado implantada por Bresser Pereira em que o Estado passa a ser essencialmente regulador, e não executor, e as atividades que permanecerem sob sua responsabilidade deverão ser preferencialmente executadas de forma descentralizada, com a contratação de entidades ou empresas privadas. Segundo Bresser Pereira, este “novo” Estado deve ter indicadores objetivos e mensuráveis de gestão, dando maior ênfase ao resultado e não ao controle do processo. Assim, investe-se atualmente em uma avaliação focalizada nos resultados que mensure objetivamente e quantitativamente os benefícios e os malefícios de uma política ou programa, deixando de lado os aspectos qualitativos, os processos que qualifica decisões, resultados e impactos. O Estado gerencial ao se desresponsabilizar pela execução das políticas sociais, assumindo um papel de regulamentador, fiscalizador e fomentador, focalizando, sobretudo, os resultados, não prioriza a qualidade dos resultados, o monitoramento e acompanhamento dos programas e projetos. Nesse sentido, o Projeto *Recomeço* apresenta resultados imprecisos e incongruentes, caracterizado pela ausência de mecanismos de acompanhamento e monitoramento do projeto, assim, não foi possível analisar a efetividade das ações realizadas e os reais objetivos alcançados.

Um dos objetivos da APAC, durante a execução do Projeto *Recomeço* era encaminhar os sentenciados para o mercado de trabalho, para tanto criou um *Balcão de Empregos*, visando: preparar o sentenciado para que tenha condições de se inserir no mercado de trabalho; identificar o real motivo da não admissão dos sentenciados no mercado de trabalho, propondo alternativas; orientar os sentenciados do papel da APAC no processo profissional. Nesse sentido, buscava-se inserir o maior número possível de sentenciados capacitados e habilitados no mercado de trabalho. Aqueles que foram encaminhados para o mercado de trabalho eram submetidos regularmente a avaliação de desempenho por parte da APAC e do empregador. De acordo com a assistente social que acompanhou o projeto, o *Balcão de Empregos* conseguiu atingir um número significativo de sentenciados. No entanto, é válido ressaltar que a maioria dos sentenciados não foi encaminhado diretamente ao mercado de trabalho, eles trabalhavam sob encomenda na própria instituição e ganhavam uma determinada

porcentagem pelo material produzido. Os sentenciados realizavam trabalhos manuais, tais como mosaico, caixa de madeira, confecção de sapatos. A empresa solicitante fornecia o material e os presos realizavam a produção da mercadoria encomendada. Alguns sentenciados trabalhavam como garçons ou em oficinas, padarias, dentre outros tipos de atividades. Os sentenciados eram contratados e alguns assinavam um contrato de trabalho, caracterizando a inexistência de um emprego formal.

A APAC também desenvolveu outro projeto anterior ao *Recomeço* denominado *Tecendo a Liberdade*, o qual foi subsidiado pelo PNQ (Plano de Qualificação Profissional). O público alvo do Projeto *Tecendo a Liberdade* foi composto por sentenciados que cumpriam pena intra-muros nas seguintes unidades prisionais: penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, presídio Professor Jacy de Assis, ambas de Uberlândia, e o presídio Irmãos Naves de Araguari. O Projeto objetivava possibilitar a geração de renda, por meio da venda de produtos artesanais, sobretudo, tapetes de cordão. Assim, um *stand* foi montado em um lugar estratégico na cidade de Uberlândia, visando a venda dos produtos artesanais fabricados pelos presos. Além das aulas de artesanato, os presos também participaram de palestras com empresários no intuito de mostrar para os sentenciados as principais qualidades exigidas pelo mercado ao trabalhador.

Para analisar as políticas de qualificação profissional implantadas nos estabelecimentos penais, se faz necessário retomar a discussão iniciada no primeiro capítulo, com relação às políticas sociais voltadas para a temática do emprego que atualmente centram-se no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), visto que um dos projetos desenvolvidos pela APAC, o Projeto *Tecendo a Liberdade*, foi realizado com recursos de FAT, por meio do PNQ. Apesar de o Programa de Reintegração Social do Egresso, desenvolvido pelo NPCU, e o Projeto *Recomeço*, desenvolvido pela APAC, não terem sido realizados com recursos provenientes do FAT, eles, teoricamente, estão em consonância com o discurso oficial das atuais políticas de emprego focalizadas no PNQ, visto que, assim como o Plano Nacional de Qualificação, objetivam: aumentar a probabilidade de obtenção de emprego e trabalho e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, no intuito de reduzir os níveis de desemprego e subemprego; elevar a escolaridade dos trabalhadores/as; propiciar a inclusão social, diminuindo a pobreza, combatendo a discriminação e diminuindo a vulnerabilidade social; aumentar a probabilidade de permanência no mercado de trabalho (PNQ, 2003, p.26). Por meio da materialização desses objetivos, o Projeto

Recomeço e o Programa de Reintegração Social do Egresso, visam, sobretudo, a diminuição dos índices de reincidência criminal e a reinserção social dos egressos do sistema prisional por meio da inclusão produtiva.

No presídio Professor Jacy de Assis e na penitenciária João Pimenta da Veiga, assim como na APAC e no NPCU, os presos também realizam trabalhos manuais. Por exemplo, na penitenciária os presos trabalham na horticultura, jardinagem, fabricam tapetes e bonés, e, esporadicamente, trabalham com bordados e bijouterias. No presídio, os sentenciados lavam veículos, realizam trabalhos artesanais (tapetes, pintura de pano de prato, costura), de construção civil, de bombeiro hidráulico, de electricista, de jardineiro, limpeza e lavanderia; além de plantarem hortaliças. Salienta-se a confecção de sapatos por meio de uma empresa parceira.

A análise dessa realidade deve ser levada a efeito, tendo em vista a avaliação do que tem sido ofertado aos presos e aos egressos do sistema prisional sob o discurso de sua inclusão. A reflexão sobre as propostas de “qualificação” profissional apresentadas pelos estabelecimentos penais evidencia, sobretudo, a mera reprodução do conhecimento técnico. Assim, tais projetos contemplam um amálgama de qualificação profissional entendendo-a como: aprendizagem de fragmentos do trabalho no espaço produtivo voltado para o mero domínio da técnica; discussões sobre o perfil de trabalhador exigido pelo mercado de trabalho, levando a entender que o resultado deste conjunto se configura como qualificação para a inclusão social, conforme salienta um dos gestores entrevistados:

(...) a qualificação profissional não se restringe apenas a uma competência técnica, mas também a habilitações gerais, (...) nós não vamos trabalhar com eles uma competência técnica, por exemplo, você vai ser um mecânico, ou qualquer outra qualificação técnica. Nós vamos estar trabalhando com eles habilitações gerais, de modo que ele consiga o trabalho e possa permanecer. São qualificações básicas para o trabalhador e as técnicas cada um vai direcionar de acordo com o seu maior interesse em conseguir um trabalho. Isso tudo é muito importante, porque às vezes eles não estão acostumados a seguir normas e regras, e dentro de uma empresa é tudo com muita regra. Nós trabalhamos com eles, fazemos palestras, passamos vídeos, fazemos exercícios, passar para eles o mínimo de competência básica (Gestor 2).

Corroborando com Kober (2002), a qualificação dos trabalhadores pode ser definida como

(...) parte do processo social de individuação, intrinsecamente vinculada, portanto, às relações sociais, ao conjunto dos trabalhadores e ao modo de reprodução do capital (ou seja, à correlação de forças entre capital e trabalho). A qualificação é, neste sentido, uma construção social. É concebendo o indivíduo como uma construção social contínua que se pode pensar a qualificação profissional, também ela, como uma construção social. É no interior das relações com a sociedade que o homem se forma e se prepara para o trabalho, que é a dimensão central da sua atividade como ser humano, pois é neste momento que ele objetiva a sua relação com a totalidade social. É por meio do trabalho que o homem altera seu meio e é alterado por ele. É por meio do trabalho que a totalidade social se construiu como a conhecemos e continua sendo construída. E, principalmente, é no trabalho que se revelam e se obscurecem as relações próprias do sistema capitalista entre o capital e o trabalho (KOBBER, 2002, p. 3-4).

Nessa perspectiva, a qualificação profissional adquire uma dimensão na qual as relações de classe, as relações do indivíduo com as instituições da sociedade, com os outros homens e com sua própria história de vida se fazem presentes e são atualizadas a cada momento em que o trabalho se dá, por meio dos aspectos cognitivos, valorativos e comportamentais implicados na ação. Nesse sentido, a qualificação deixa de ser uma construção acabada, que tende a criar a dicotomia qualificado/não qualificado para se tornar um conceito explicativo e articulador de diferentes elementos de regulações técnicas e sociais, no marco das relações de trabalho.

O discurso oficial do PNQ parece corroborar com as colocações de Kober (2002) entendendo a qualificação profissional como uma construção social não apenas como o mero domínio técnico, se expressando na concepção de qualificação profissional como: construção social, expressão dos conflitos próprios das relações de trabalho; direito de cidadania; política pública orientada por objetivos sociais (PNQ, 2003, p. 27-28). Para o PNQ, a qualificação profissional não se restringe a uma ação educativa e nem a um processo educativo de caráter exclusivamente técnico, requerendo, portanto:

- uma orientação pedagógico-metodológica que valorize os/as educandos/as como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional, de gênero, que os perpassa;
- um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar para os/as educando/as uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;

- uma construção curricular que envolva as dimensões técnicocientífica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural; (PNQ, 2003, p. 30).

No entanto, os cursos oferecidos nos estabelecimentos penais estão longe de alcançar a dimensão de qualificação profissional expressa por Kober (2002) e pelo discurso oficial do PNQ, pois se apresentam como uma espécie de treinamento e adestramento para a aquisição de uma determinada habilidade técnica. Não há nesses cursos referência e condições concretas, perante suas características, que evidenciem a superação do domínio da técnica. A sua materialização não atinge o âmbito da política, da cultura, dos movimentos sociais, da cidadania fundada na compreensão política dos processos sociais.

Nos estabelecimentos penais, os presos também participam de alguns cursos de capacitação profissional oferecidos por empresas que objetivam utilizar sua mão-de-obra. Atualmente, segundo o diretor 2, foi firmada uma parceria com uma empresa para a fabricação de materiais de segurança do trabalho. Foi adaptado um espaço com máquinas de costura para que os presos tivessem aulas práticas e teóricas simultaneamente.

A RB é uma empresa de equipamento de segurança. Fechamos uma parceria pra fazer costura de material de equipamento de segurança, luvas e tal. Estruturou toda uma oficina, o Estado mandou máquina de costura para nós, e ela faz toda parte elétrica, todas as instalações e a gente vai empregar quinze presos remunerados. Vai haver um curso de capacitação da própria empresa. Vai ter uma grade curricular pros presos que estão lá. E os presos que vão trabalhar nessa oficina (...) tem que estar estudando. Quem não estuda não trabalha. É justamente para estimular o ingressar na sala de aula (diretora de ressocialização 2).

A diretora ainda acrescenta com relação à RB:

Estamos querendo fazer uma coisa certificada, a empresa vai dar toda capacitação em relação à segurança, noções de costura, questão de meio ambiente, estamos montando a grade curricular ainda, mas a idéia é que isso tenha um certificado para ele apresentar lá fora também quando ele tiver um benefício (diretora de ressocialização 2).

O diretor 1 relatou que a procura das empresas para o estabelecimento de “parcerias” é grande. Segundo ele, as empresas “parceiras” são liberadas do pagamento dos encargos trabalhistas. Já os apenados têm sua pena reduzida. A cada três dias trabalhados, um é remido; porém, de acordo com uma egressa

Já era pra mim ter parado de assinar, eles não fizeram a contagem do serviço, estou correndo atrás do advogado pra ele ver isso pra mim (egressa do sistema prisional IV).

Tal panorama demonstra o interesse das empresas em estarem inseridas nos presídios e nas penitenciárias, visto que, além da liberação de encargos trabalhistas, usufruem de uma mão-de-obra extremamente barata. De acordo com o juiz, o pagamento é feito pelo Estado: o empregador paga para o Estado, o qual repassa o dinheiro para o preso e deixa uma parte de pecúlio (poupança, a qual o preso só pode retirar o dinheiro ao cumprir a pena). A diretora de ressocialização 2 salientou que a empresa paga 3/4 do salário mínimo para o preso. Deste dinheiro, 25% é retido em uma conta judicial chamada de pecúlio, 50% é para o preso e 25% é ressarcido para o Estado devido aos gastos deste para com o preso.

É possível perceber a lucratividade das empresas na liberação dos encargos e na utilização da mão-de-obra barata, revelando também, dentro dos presídios e penitenciárias, um quadro de precarização do trabalho que se intensifica ainda mais com relação aos sentenciados do sistema prisional. Os presos se transformaram em vantagem competitiva para as indústrias, recebendo uma quantia inferior a um salário mínimo, sem direito a benefícios trabalhistas: 13º, férias e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), sendo cada vez maior o interesse dos empresários pela mão-de-obra carcerária.

Segundo um dos membros da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo: *tem muita gente ganhando dinheiro com a industrialização dos presídios, menos o preso, que só obtém, a cada três dias de trabalho, redução de um dia no cumprimento da pena. Ninguém é contra o trabalho do preso, mas falta regulamentação* (Fernandes, Folha de S. Paulo, 2006)¹³.

Atualmente não há regras para a contratação da mão-de-obra do preso. De acordo com o artigo 31 da Lei de Execução Penal, o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado a trabalhar. Já no artigo 34, a Lei prevê que esse trabalho poderá ser gerenciado por fundação, empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado. Para a FUNAP (Fundação de Amparo ao Preso, ligada à Secretaria da Administração Penitenciária), corroborando com o artigo 34 da Lei de Execução Penal, a empresa não tem vínculo empregatício para com

¹³FERNANDES, Fátima. **Indústria disputa trabalho barato de preso**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u105377.shtml>>. Acesso em 19 de abril 2008.

o preso, porém, o empresário, em contrapartida, deve formar e qualificar o preso e até conseguir um emprego para ele quando ele deixar o presídio. Para a empresa, a utilização da mão-de-obra dos presos é extremamente vantajosa, uma vez que não tem de recolher os encargos trabalhistas, não cria nenhum vínculo empregatício; o pagamento é inferior ao que é oferecido pelo mesmo serviço fora da prisão e ainda podem desfrutar da infra-estrutura fornecida pelo Estado. Desta forma, há um incentivo para que a iniciativa privada use a mão-de-obra dos sentenciados para baratear custos da produção. É válido salientar o relato de uma sentenciada:

“Estou aqui para pagar por um erro, não para ser explorada”, afirma L., 29, que cumpre pena na Penitenciária Feminina da Capital (zona norte de SP). L. trabalha das 8h30 às 16h30, de segunda a sexta-feira, para uma empresa que faz peças plásticas para injeção de soro em um galpão na penitenciária. “Recebo R\$ 170 por mês. É pouco. Não dá para ganhar menos do que um salário mínimo. Os produtos custam caro lá fora”, afirma a presidiária (FERNANDES; ROLLI, Folha de S. Paulo, 2006)¹⁴.

Esse depoimento deixa clara a compreensão da detenta com relação à exploração da mão-de-obra dos presos e à lógica de produção da mais-valia, segundo a qual:

O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e adquire o direito de utilizar-se por um certo tempo (uma jornada de trabalho) do seu valor de uso (...). Como dispõe do direito de utilizá-la, posto que a comprou, o capitalista emprega a força de trabalho para que esse emprego resulte um produto superior ao valor do que desembolsou ao comprá-la; se não pudesse fazê-lo é obvio que ele não a compraria. Por exemplo: contratado o trabalhador por um trabalho diário de, digamos, R\$ 30,00 (expressão do valor real da mercadoria força de trabalho nas circunstâncias determinadas do contrato), a jornada estipulada pelo capitalista só terá sentido para ele se, ao cabo dessa jornada, o trabalhador produzir um valor superior (excedente) ao equivalente àquelas R\$30,00; com efeito, o capitalista jamais contrataria um proletário para lhe restituir somente o valor expresso no salário: seria o mesmo que trocar seis por meia dúzia; assim, na jornada, contém-se um tempo suplementar de trabalho, no qual o proletário produz um valor que excede o equivalente àqueles R\$30,00. *É desse valor excedente (que se designa como **mais-valia**) que o capitalista se apropria* (NETTO e BRAZ, 2006, p. 100-101).

¹⁴FERNANDES, Fátima; ROLLI, Cláudia. “Não estou aqui para ser explorada”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u105379.shtml>>. Acesso em 19 de abril 2008.

O que se verifica na realidade é que os empresários utilizam da mão-de-obra do preso e não contribuem para que a sua formação profissional ou para a este adquira um emprego, conforme a declaração de uma sentenciada:

"Eles não querem saber da gente. Não adianta sair para procurar emprego porque a sociedade não dá oportunidade para ex-presidiários. Pedem atestado de antecedentes criminais e não contratam", diz Cristina Dias, 35, presa desde 2002 por tráfico de drogas (FERNANDES; ROLLI, Folha de S. Paulo, 2006).

A diretora de ressocialização 2 afirma que, para trabalhar na empresa que seria instalada dentro do estabelecimento penal naquele período, estar estudando foi um dos critérios estabelecidos para a seleção dos presos. Para ela, é preciso:

Privilegiar aqueles que estão se dedicando ao estudo, que estão querendo melhorar, e eu não posso privilegiar aqueles que não estão estudando, porque eu vou desestimular os que estão estudando (diretora de ressocialização 2).

Os sentenciados são incentivados a fazer um “bom trabalho”, o que pode ser constatado por meio da seguinte fala:

Você está tendo uma oportunidade, você está mostrando o seu trabalho, sendo correto no que você está fazendo aqui, você tem uma chance de conseguir algo lá na empresa quando você tiver um benefício, isso eu acho interessante (diretora de ressocialização 2).

O critério “estar estudando” como requisito básico para se trabalhar na empresa RB e a motivação dos sentenciados na execução de um “bom trabalho”, permitem refletir sobre a meritocracia, no que se refere ao ponto de vista individual. As afirmações da diretora de ressocialização 2 corroboram com o discurso neoliberal meritocrático, em que o indivíduo é culpabilizado pela sua condição de êxito ou fracasso, transferindo a responsabilidade da sua situação social para o próprio indivíduo. Assim, segundo ela, se o condenado freqüentar a escola e desempenhar um “bom trabalho” na empresa, o sentenciado poderá garantir um emprego ao sair da prisão, como se a garantia de um emprego (ou não) dependesse de uma escolha individual, desconsiderando as questões de natureza estrutural que permeiam a sociedade contemporânea.

O mérito individual também é o critério adotado pelo Núcleo para que os egressos possam participar dos cursos oferecidos:

A pessoa tem que desejar e tem que estar de acordo com as exigências de cada um dos cursos, e temos que perceber um compromisso mínimo, pois quando fazemos uma parceria com a instituição que vai oferecer o curso, a instituição também tem as suas expectativas, porque às vezes o sujeito vai uma ou duas vezes ou pára (...). Fazemos uma análise da pessoa se ela realmente quer, se ela pode frequentar esses cursos que são que são oferecidos (Gestor 1).

Nessa sociedade meritocrática, busca-se, nas virtudes individuais e na qualificação profissional, as razões pelas quais alguns possuem certas “oportunidades” e outros não.

Diante do exposto, percebe-se que os trabalhos desenvolvidos pelos presos, tanto o oferecido pelo próprio estabelecimento prisional, quanto pelas empresas, evidenciam a mera reprodução de um conhecimento técnico. Os trabalhos desenvolvidos no interior das prisões são voltados para o aprendizado de profissões que não são valorizadas no mercado de trabalho. Uma vez libertos, os presos acabam engrossando as fileiras de desempregados e subempregados, o que contribui para aumentar os índices de reincidência criminal. A prisão, então, não cumpre o seu papel de agente ressocializador do sentenciado, não contribuindo para que o detento aprenda uma profissão que realmente aumente as suas chances de inserção no mercado de trabalho.

Os depoimentos dos próprios presos também apontam para a fragilidade das denominadas políticas de qualificação profissional:

Fazia uns artesanatos por conta, não tinha nada pra fazer. Eu era o cozinheiro, tinha que acordar cedo, pegar o café. Tem dois que sai todo dia que fica no pavilhão, que pega o café e vai distribuindo de cela em cela. Depois pega o almoço, o café da tarde e o jantar. Depois que eu pegava, eu ficava vendo televisão, não ia para o pátio. Quando era dia de sol, eu ia para o pátio, ia jogar bola. O pessoal lá fazia artesanato por conta (Egresso III).

O meu dia-a-dia era rotineiro, só que lá eu fazia tapete, aprendi a fazer lá dentro, eu ficava praticamente o dia todo fazendo tapete. E na sexta-feira eu trabalhava no salão lá, eu fazia escova nas meninas, fazia a unha das presas (Egressa II).

As meninas lá no presídio fazem essas mochilas, essas bolsas que parecem uma lona, lá faz muita bolsa e mochila pra vender pra fora (...) No presídio (...) depois aprendi a fazer pintura em peça de aquário na oficina, aí fui para outra oficina de rasteirinha (Egressa IV).

Os relatos dos sentenciados confirmam a inexistência de Políticas de Qualificação Profissional nos sistemas prisionais, reforçando a existência de cursos

voltados para uma espécie de treinamento para a aquisição de habilidades motoras. Os cursos oferecidos no sistema prisional são, em sua maioria, trabalhos artesanais, sapatos, bolsas, mochilas e pintura, e, portanto, não se configuram em cursos de qualificação profissional.

Outro egresso entrevistado salienta a falta de palestras ou cursos de qualificação profissional, segundo ele: *havia apenas a horticultura (...) não tem atividade de qualificação profissional, nem palestras, só a 'palestra do crime'* (Egresso III).

Esse entrevistado utiliza a expressão “palestra do crime” objetivando demonstrar que no presídio os presos não participam de palestras voltadas para a denominada qualificação profissional, apenas planejam e articulam, entre eles, o próximo crime. Corroborando com essa afirmação, Silva salienta: *(...) ela (a pena) perverte, corrompe, deforma, avilta, embrutece, é uma fábrica de reincidência, há uma universidade às avessas, onde se diploma o profissional do crime* (SILVA, 1991, p. 33).

Depreende-se, pois, que a prisão não cumpre o seu papel de ressocializar o preso, apenas contribui para devolver à sociedade indivíduos “diplomados” para o crime, aumentando, assim, os índices de reincidência criminal. Além disso, os cursos oferecidos na prisão se apresentam mais com características de trabalhos terapêuticos (artesanato, tapete, bonés, etc) do que direcionados para a qualificação profissional nos moldes apreendidos por este estudo.

Esses depoimentos constituem-se em fortes indicadores de um processo de exclusão e inclusão pautados por um ciclo que exclui, absorve e segrega no que se refere à marginalização social, às ditas Políticas de Qualificação Profissional e à empregabilidade.

4.2 O CICLO EXCLUSÃO-INCLUSÃO-EXCLUSÃO: AS “MODERNAS” FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL E OS MECANISMOS DE REINserÇÃO SOCIAL IMPLANTADOS NO SISTEMA PRISIONAL.

Uma grande divisão emergente ante as novas configurações assumidas pela sociedade contemporânea é aquela que ocorre entre os incluídos e os excluídos do mercado formal de trabalho. Ao mesmo tempo em que as taxas de exclusão do mercado formal e, conseqüentemente, dos benefícios sociais associados ao emprego e à contribuição se elevam, intensifica-se o trabalho dos incluídos (PAIVA, 2000). Como

afirma Antunes (2000b), *a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados* (ANTUNES, 2000b, p. 6).

Nota-se que sob o capitalismo não se desenvolve um crescimento equilibrado e sem problemas, o aumento da produção não cria uma expansão do emprego capaz de absorver, pelo menos, boa parte da mão-de-obra expulsa do sistema produtivo. Da mesma forma que há um aumento significativo de produtividade, as transformações tecnológicas e organizacionais aceleram a dispensa de mão-de-obra (PINO, 2000). Operando dessa maneira, o sistema:

(...) cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social. É isto que permite dizer que o desemprego é estrutural. Se a produtividade faz reduzir o trabalho necessário, não há uma correspondente liberação de tempo para a vida. A liberdade que existe é para expulsar um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras, trazendo como consequência exclusão e miséria. Sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não tem um caráter social. Ao contrário, reverte exclusivamente para o capital (PINO, 2000, p. 69).

O pensamento neoliberal aceita a miséria em suas teses econômicas, já que se propusesse o fim da miséria, estaria propondo um sistema econômico que levaria ao fim do proletariado, à inclusão de todos/as na economia. Disto decorreria o próprio fim da burguesia, pois sem proletariado não há burguesia, como dizia Marx (1963); os burgueses e os proletários são classes sociais antagônicas, mas que ao mesmo tempo se complementam, isto é, uma não existe sem a outra. A miséria, no capitalismo, foi explicada por Marx através, entre outros fatores, da luta intrínseca da burguesia, classe específica do modo de produção capitalista.

O aumento da indigência, segundo ele, decorre da luta pelo desenvolvimento do capitalismo. Enquanto todos os membros da burguesia moderna têm os mesmos interesses na medida em que formam uma classe perante outra classe, eles desenvolvem interesses opostos quando colocados entre si. Os interesses antagônicos decorrem das condições econômicas da vida burguesa. Por isso, as relações de produção nas quais se move a burguesia não têm um caráter único, mas um caráter de duplicidade (PINO, 2000, p. 69).

Nesse sentido, Marx salienta que *nas mesmas relações nas quais se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações nas quais há*

desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão (MARX apud PINO, 2000, p. 69).

Desse modo,

(...) da mesma forma que essas relações produzem a riqueza da classe dominante, destrói continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzem um proletariado sempre crescente. A miséria e a exclusão são o resultado continuado e crescente dos desdobramentos do modo de produção capitalista (PINO, 2000, p. 69).

Assim, vivencia-se um processo de concentração de riqueza num pólo e a acumulação de miséria no pólo oposto. De acordo com Marx, *a acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto* (MARX, 1984, p. 210). A 10ª edição do Relatório da Riqueza Mundial, divulgado em junho de 2006, mostra que

(...) a América Latina registrou um dos maiores índices de crescimento no número de “milionários” em 2005, 9,7% em relação ao ano anterior, quando comparado com o crescimento mundial médio no número de “milionários” no mesmo período, de 6,5%. (...) o ‘destaque’ latino-americano ficou com o Brasil da era Lula, que registrou o maior crescimento no número de “milionários”, 11,3% em relação ao ano anterior. Entre 2003 e 2004, o número de “milionários” brasileiros cresceu 7,7%. No Brasil, havia em 2005, segundo o Relatório, 109 mil “milionários”, isto é, pouco mais de 0,05% da população (CECAC, 31 ago/2006)

Segundo pesquisas realizadas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), estima-se que

(...) em 2005, havia 213 milhões de pobres e 88 milhões de indigentes na América Latina, respectivamente 40,6% e 16,8% da população, o que somado corresponde a que o mais legítimo produto do capitalismo na América Latina se expresse numa população de 301 milhões de miseráveis, ou 57,4% da população da região (CECAC, 31 ago/2006).

Esses dados apontam para o crescimento do número de ricos e, conseqüentemente, o aumento do número de pobres, destacando o Brasil como o país que apresentou o maior número de “milionários” nos últimos anos.

Dados obtidos pela CEPAL, permitem identificar a quantidade de pobres e miseráveis existente em três países da América Latina:

País	População abaixo da linha da pobreza (%)		População abaixo da linha da indigência (%)	
	2000	2005	2000	2005
Argentina	19,7	29,4	4,8	11,1
Brasil	37,5	38,7	12,9	13,9
México	41,1	37,0	15,2	11,7

TABELA 7: Quantidade de pobres e miseráveis em três países da América latina.

Fonte: CEPAL, Panorama Social de America Latina, 2002 e 2005. Apud CECAC, 31 ago/2006

A miséria e a exclusão social se agravam ainda mais perante as novas configurações assumidas pelo atual mundo do trabalho. Presencia-se, de acordo com Paiva,

(...) um reordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o *status* profissional se esvai (...) faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes (...). A disponibilidade de força de trabalho qualificada em larga escala (...) faz com que as empresas não sofram muitas das eventuais consequências negativas da externalização, da formação de cadeias de sub-contratação e da contratação por tarefa. Os riscos são crescentemente transferidos à força de trabalho (...) (PAIVA, 2000, p. 52).

A precarização do trabalho, como vimos no capítulo anterior, muito contribui no aumento da criminalidade. Analisando o perfil dos sentenciados, constata-se que uma parcela considerável da população carcerária é composta por indivíduos marginalizados excluídos pela sociedade do capital. Os sentenciados, em sua maioria, são provenientes das denominadas “modernas” fontes de exclusão social: desemprego e a precarização do trabalho (ANTUNES, 2000b). Conforme ressalta Ramalho:

(...) o reconhecimento do *crime* está, essencialmente, no fato de estar desempregado, estar na favela, ser umbandista, ou ser analfabeto. São esses os indícios explicativos admitidos pela sociedade para a identificação do *criminoso*. A *delinqüência* é, portanto, reconhecida através de atributos dos grupos sociais mais pobres (RAMALHO, 1983, p. 12).

As “modernas” fontes de exclusão social intensificam a superpopulação carcerária em todo o país, já que (...) a prisão aparece como elo fundamental da corrente de soluções aparentes para o *crime*, que na verdade mais concorrem para mantê-lo (RAMALHO, 1983, p. 13).

Um dos objetivos da prisão é “recuperar” o preso, incluindo-o novamente na sociedade. Neste contexto, se faz necessário abrir um parêntese em nossas análises e aprofundarmos reflexões sobre o que se entende por “recuperar”, “ressocializar” o preso.

É recorrente ouvirmos depoimentos dos gestores e diretores do sistema prisional enfatizando a reinserção social dos apenados por meio do trabalho. Em todos os estabelecimentos prisionais de Uberlândia, um dos focos principais para a denominada “ressocialização” dos apenados perpassa direta ou indiretamente pela categoria trabalho. Como já dizia Foucault com relação ao trabalho nas prisões:

É um princípio de ordem e de regularidade, pelas exigências que lhe são próprias, veicula de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso, sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas, a penetração ainda mais profundamente no comportamento dos condenados (...) (FOUCAULT, 2006, p. 203).

Desde o século XVIII, Foucault já se referia ao trabalho como parte do processo ressocializador. Na sociedade contemporânea, percebe-se a centralidade que o trabalho ocupa, mesmo nos estabelecimentos prisionais, como uma maneira de se afastar do mundo do crime. Como afirma Ramalho: (...) *trabalho* representa a via de retorno à legitimidade social, a possibilidade (teórica) de “recuperar-se” (RAMALHO, 1983, p. 88). O autor ainda acrescenta: *através da “recuperação” os presos buscam estabelecer uma ponte entre o mundo do crime e o “mundo” do trabalho, que possibilita o caminho de volta* (ibidem, p. 93).

O interessante é que uma parcela significativa dos presos percebe o trabalho como elemento ressocializador, associando a aquisição de um emprego, a inserção no mundo do trabalho, como uma maneira de se afastar do mundo do crime. Assim, para o preso, a viabilidade da *recuperação* se afirma pela prática do *trabalho*, pela manutenção ou restauração de laços familiares, pelo acesso à instrução, pela profissionalização.

Ao procurar afastar-se deste *mundo* (*mundo do crime*), negado pela sociedade, o preso se refere à ligação com o *trabalho* e a *família*.

Assim, se defronta com a ideologia da sociedade tentando exatamente afirmar para si aquilo que a sociedade lhe nega. *Trabalho e família* são indicadores de “recuperação”. Ele afirma sua ligação com esses dois valores embora consciente da dificuldade que a sociedade impõe ao ex-preso (RAMALHO, 1983, p. 90).

As “modernas” fontes de exclusão social, precarização do trabalho e o desemprego, contribuem para o aumento da criminalidade. Dessa maneira, os altos índices de criminalidade estão relacionados diretamente às precárias condições de trabalho ou a falta dele. Porém, ao mesmo tempo, o trabalho é visto como um elemento ressocializador. Incentiva-se o trabalho nas prisões e enfatiza-se a inclusão produtiva como fator de recuperação. Nesse sentido, é importante questionar: se uma significativa parcela dos presos está na cadeia devido às “novas” formas de exclusão social, isto é, pelo desemprego ou pela precarização do trabalho, como o trabalho pode ser elemento ressocializador se, ao sair da prisão, o sentenciado se depara com a realidade que vivia anteriormente, agravada ainda mais pela sua condição de ex-presidiário?

O que desejo problematizar é justamente a inoperância do sistema de ressocialização prisional. Entendo que o processo de ressocialização não se limita apenas ao trabalho, porém, o elemento trabalho é fundamental na análise dos denominados processos de “recuperação” do preso; além disso, na sociedade do capital, o trabalho é considerado uma categoria central, a ponto de só existir para o capital aquele que tem um trabalho, um salário.

Muitos sentenciados estão na cadeia provenientes das novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho. No entanto, nos estabelecimentos prisionais, focaliza-se a capacitação profissional para reinserí-los na sociedade, como se esses cursos fossem garantir sua empregabilidade. A meu ver, tal processo intensifica ainda mais a exclusão social destes indivíduos, já que a sua realidade soma-se a um agravante: a condição de ex-presidiário. Nessa perspectiva, afirma o Juiz:

A questão não é só qualificação, você pode qualificar ele, se ele for concorrer no mercado de trabalho com uma pessoa que tem a ficha limpa vai ser difícil para ele, a competição vai ser mais difícil (Juiz).

A capacitação profissional não garante a empregabilidade, tampouco a “reinserção social”, por meio do trabalho. Sendo assim, durante o processo de ressocialização, afirma-se recorrentemente sobre a importância do trabalho para a reinserção social do preso, porém, quando o indivíduo sai da cadeia e se depara com a

falta de trabalho, ou, como diz os gestores e diretores do sistema prisional, com a falta de oportunidade, ele retorna ao crime. Como afirma um dos entrevistados: *mas a sociedade cobra demais e ajuda muito pouco, mesmo que você prove que não teve participação naquilo, saí com o alvará, saí limpa, só de ter passado por lá eles já te condena, é muito difícil* (Egressa IV).

Ou ainda, como ressalta Silva (1991):

E o estigma da prisão? Quem dá trabalho ao indivíduo que cumpriu pena por crime considerado grave? Os egressos do cárcere estão sujeitos a uma outra terrível condenação: o desemprego. Pior que tudo, são atirados a uma obrigatória marginalização (SILVA, 1991, p. 40).

As afirmações acima contribuem para explicitar o ciclo exclusão-inclusão-exclusão, o qual pode ser representado graficamente da seguinte forma:

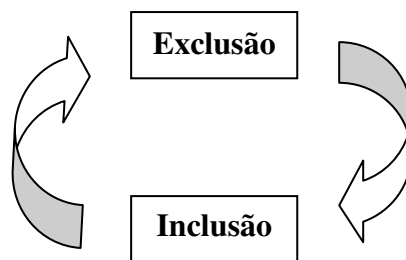


FIGURA 10: Ciclo exclusão-inclusão-exclusão.
Fonte: elaborado pela autora.

Uma grande quantidade dos presos do sistema prisional é proveniente da parcela da população em situação de marginalidade social resultado das “novas” formas de exclusão social, precarização do trabalho e do desemprego. Nota-se que esses presos são incluídos nos estabelecimentos penais que utilizam o trabalho como elemento ressocializador, focalizando as denominadas políticas de qualificação profissional como propulsoras da inclusão produtiva. Porém, observa-se que os mecanismos de reinserção social baseados nas ditas políticas de qualificação profissional não garantem a empregabilidade, e, portanto, reforçam a exclusão social. Assim, ao sair da cadeia o indivíduo volta a sua condição inicial, reinserido nas “modernas” formas de exclusão social, porém com um agravante: a condição de ex-presidiário.

Constata-se que os cursos de capacitação profissional oferecidos pelos estabelecimentos penais reforçam a precarização da força de trabalho, contribuindo para empurrar os sentenciados/egressos para o mercado informal, para o subemprego, para o trabalho autônomo, para o desemprego e/ou, principalmente, para o “retorno à vida do crime”, isto é, para a reincidência criminal. Na visão dos sentenciados/egressos entrevistados os cursos de capacitação profissional (...) *é a opção que a pessoa tem, já que é tão difícil arrumar emprego depois* (Egressa I). Outro ainda relata que a dificuldade de conseguir um emprego o “empurra” para o retorno à criminalidade:

Eu usava droga. Trabalhava, mas tinha dificuldades na minha família. Comecei a roubar e fui preso. Passei dois anos e oito meses na cadeia, saí em condicional. Depois, um ano e sete meses sem arrumar serviço nem nada, procurando. Chegou uma hora que não teve jeito, voltei a roubar e aconteceu que fui preso de novo. Agora estou na rua faz nove meses pagando minha condicional”, contou Marco Antônio (FORESTI, 2008)¹⁵.

Um dos fatores que contribuem para o aumento dos índices de reincidência criminal está relacionado à dificuldade de o preso se reinserir no mercado de trabalho. Isso se deve a dois motivos que considero fundamentais: a não potencialização da empregabilidade por parte das políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional e a própria condição de ex-presidiário como dificultador da sua reinserção no mercado laboral.

4.3 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O DISCURSO DA POTENCIALIZAÇÃO DA EMPREGABILIDADE

As denominadas políticas de qualificação profissional implantadas nos estabelecimentos prisionais não potencializam a empregabilidade. É ingênuo acreditar que é possível corrigir as distorções do mercado em função da qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras (PINO, 2000).

¹⁵FORESTI, Felipe. **Livre das grades, refém da cidade.** Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/nova/ed131/so_no_site_presos.asp>. Acesso em 20 de março 2008.

A “empregabilidade”, a partir dos anos 1990, ganhou espaço e centralidade. Antes era definida

(...) por um mercado de trabalho que “sorteava” entre a força de trabalho aqueles que dispunham da qualificação desejada e virtudes correspondentes, com elevados níveis de acomodação. Em situações de pleno emprego ou de carência de força de trabalho (...) eram empregáveis até mesmo indivíduos com muito baixo nível de qualificação vindos dos países longínquos. A situação não precisava de véus: o mercado determinava a “empregabilidade” dos indivíduos que compõem uma sociedade e podia mesmo dar-se ao luxo de importá-los com os mais diferentes níveis de qualificação, de acordo com ciclos e conjunturas (PAIVA, 2000, p.58).

O que se percebe atualmente é, segundo Paiva (2000), o *reverso da medalha*. O mercado de trabalho já não está mais em expansão, este se contrai e grande parte dos que procuram trabalho ficam do lado de fora. Transfere-se do social para o individual: *já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis* (FRIGOTTO, 1998, p. 15). Para Pino (2000), os desempregados é que ficam responsáveis por buscar sua “requalificação” e “reconversão profissional” para se tornarem empregáveis. Nesse sentido:

(...) a “empregabilidade” converte-se, neste caso, num corolário dos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação. Torna-se tarefa das instituições que oferecem educação tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos. Digamos que a contração do mercado de trabalho aprofunda a subsunção do sistema educacional (PAIVA, 2000, p. 58).

No entanto,

(...) não é a escola que define o posto que o homem ou a mulher irão ocupar na produção. Ao contrário, muitas vezes o lugar que a família do aluno ou da aluna ocupa na produção é que acaba levando o/a aluno/a para um determinado tipo de escola. Portanto, não é possível resolver a crise de emprego dentro da escola (PINO, 2000, p. 79).

A empregabilidade passou a ser definida como o eixo fundamental de um conjunto de políticas que supostamente se destinariam a diminuir os riscos sociais do desemprego. Destarte, *a empregabilidade não significa, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na*

luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão, outros não (GENTILI, 2005a, p. 54). Nesse sentido,

Um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado... Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos (GENTILI, 2005a, p. 54).

Para Gentili (2005a), nestes novos tempos, as economias podem crescer excluindo e multiplicando a discriminação de milhares de pessoas. O discurso da empregabilidade tem significado “uma desvalorização do princípio (teoricamente) universal do direito ao trabalho e, de forma associada, uma revalorização da lógica da competitividade interindividual na disputa pelo sucesso num mercado estruturalmente excludente” (ibidem, p. 54).

O autor acrescenta ainda que

A educação e a escola, nas suas diferentes modalidades institucionais, constituem sim uma esfera de formação para o mundo do trabalho. Só que essa inserção depende agora de cada um de nós. Alguns triunfarão, outros fracassarão (ibidem, p. 55).

O conceito de empregabilidade se distancia do direito à educação, já que a possibilidade de garantir uma inserção efetiva do indivíduo no mercado de trabalho depende das escolhas em “consumir” o conhecimento que melhor o capacite a competir.

O emprego e a renda deixam de ser esferas de direito, de tal forma que, mesmo que o indivíduo garanta certas condições de empregabilidade, isto não assegura sua inserção no mercado de trabalho, já que o que garante as oportunidades de emprego e renda não é o *quantum* de empregabilidade que o indivíduo possui, e sim a forma com que essa empregabilidade é colocada em prática na hora de concorrer pelo único emprego. Nesse sentido:

(...) fazem parte da empregabilidade conhecimentos vinculados à formação profissional, mas também o capital cultural socialmente reconhecido, além de determinados significados ou dispositivos de diferenciação que entram em jogo nos processos de seleção e distribuição dos agentes econômicos: ser branco, ser negro, ser imigrante, ser gordo, ser surdo, ser nordestino... (GENTILI, 2005a, p. 55).

Constata-se então a intensificação da segregação social. Uma sociedade, como afirma Gentili (2005a), *em que os direitos são privilégios dos que podem comprá-los*. Diante do exposto, conclui-se que

(...) a garantia de emprego como direito social (...) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade com capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece (GENTILI apud PINO, 2000, p. 79).

Assim, o trabalhador passa a ser culpabilizado pela sua situação de êxito ou fracasso. No discurso oficial, a sua condição de desempregado não é vista como estrutural, inerente ao sistema capitalista, mas como um problema de falta de “qualificação” perante as novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho. Na perspectiva neoliberal, os trabalhadores devem se qualificar a fim de criar condições para a sua empregabilidade, cabendo aos trabalhadores a responsabilidade de garantir o seu emprego. A atual noção de empregabilidade abarca elementos que beneficiam o capital, uma vez que as responsabilidades com os custos da formação profissional permanente são transferidas para o próprio trabalhador, reduzindo, desta forma, os encargos patronais. Nessa perspectiva, os que não estão buscando a empregabilidade, ou os que não atendem aos requisitos e necessidades do mercado, são considerados “inempregáveis”. É interessante salientar, então, que a resposta para o desemprego, na visão neoliberal, se coloca no marco da incapacidade de o trabalhador de não se tornar empregável devido a sua fragilidade na formação.

Essa realidade se agrava ainda mais para os egressos do sistema prisional, em que a maioria dos sentenciados é jovem, com baixa escolaridade, proveniente do mercado informal ou desempregada. Na sociedade neoliberal, em que o indivíduo é culpabilizado pela sua condição de desempregado, cabendo a ele a responsabilidade de se manter empregável, defende-se a idéia falaciosa de que as ditas políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional vão contribuir para “recuperar” o preso e incluí-lo no mercado de trabalho, aumentando a possibilidade de torná-lo empregável. No entanto, tais políticas não potencializam a empregabilidade dos apenados, visto que, como vimos, apenas transmitem conhecimentos técnicos voltados, em sua maioria, para a execução de trabalhos manuais, não contribuindo para o desenvolvimento de capacidades e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho hoje. Segundo a diretora de ressocialização 2: *hoje a cobrança sobre a questão do*

estudo, capacitação, trabalho, é a meta do governo, eles não querem manter presos trancados, e sim presos estudando e trabalhando.

Esse relato é um forte indicador das condições impostas aos presos dentro do estabelecimento penal. De acordo com o discurso oficial, o foco é manter o preso estudando, se capacitando e trabalhando. O que merece ser problematizado é o tipo de trabalho e de capacitação oferecido aos presos. Como vimos anteriormente, os presos trabalham na manutenção do próprio estabelecimento penal, realizando serviços de limpeza, bombeiro hidráulico, eletricista, cultivo de hortaliças e confecção de produtos artesanais. No discurso oficial, todas essas atividades são denominadas de trabalho. Com relação à capacitação profissional, o que salientamos anteriormente é que a maioria dos cursos oferecidos no sistema prisional focaliza-se em trabalhos manuais. Assim, manter os presos trabalhando e se capacitando, na perspectiva por eles denominadas de trabalho e capacitação, é relativamente simples. O que desejo problematizar é: como manter os presos estudando, trabalhando e se capacitando fora do sistema prisional? Essa é uma questão que merece ser analisada, já que as novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho não garantem a empregabilidade, e nem os cursos oferecidos na prisão contribuem para garantir ao preso alguma condição de competição no mercado de trabalho. Conforme relatos dos próprios egressos, ao terminarem os cursos de capacitação profissional, eles não são encaminhados diretamente para o trabalho:

Dá o encaminhamento, a gente entrega lá, quando estiver precisando eles ligam e chamam. Por enquanto eu ainda não pedi a eles o encaminhamento, estou querendo fazer esses cursos, e também eu gosto de mexer com cabelo e pedi a eles pra ver se eles conseguem um curso pra mim (Egressa II).

O trabalho que eu consegui, foi uma amiga que conseguiu para mim (Egressa IV).

Um dos gestores do sistema prisional corrobora com essa afirmação: (...) *não fazemos um encaminhamento formal, possibilitamos que eles procurem ativamente este mercado e consigam se inserir* (Gestor 1).

Esse depoimento reforça o discurso oficial da empregabilidade, em que o indivíduo é responsabilizado pela sua inserção e manutenção no mercado de trabalho. Um outro aspecto que merece ser problematizado é que a maioria dos cursos de capacitação profissional exige um certo investimento financeiro. Sendo assim, como o

preso investiria em cursos, com o intuito de se manter empregável, atendendo ao novo discurso da empregabilidade, se nem ao menos consegue se inserir no mercado laboral? Essas indagações nos levam a concluir que as metas estabelecidas pelo governo, focalizadas na capacitação e no trabalho, não se efetivam fora do sistema prisional perante a atual estrutura da sociedade.

Na visão dos egressos, os cursos oferecidos nos estabelecimentos penais podem contribuir para diminuir a reincidência criminal, porém “depende da cabeça de cada um”:

Depende da cabeça, a mim ajuda bastante, porque eu não tenho intenção nem de passar na porta mais. Tem gente que não pensa assim, quer continuar praticando o mesmo erro (Egressa I).

Se ela tiver cabeça diminui, mas a sociedade cobra demais e ajuda muito pouco, mesmo que você prove que não teve participação naquilo, saí com o alvará, saí limpa, só de ter passado por lá eles já te condena, é muito difícil (Egressa IV).

Esses depoimentos demonstram o discurso do senso comum presente em relatos dos próprios presos, atribuindo o fato de o indivíduo retornar ou não ao crime a um gesto de opção, ao plano individual, abstraindo os elementos histórico-culturais que produzem a criminalidade, não a assumindo na sua dimensão social e histórica produzida pela sociedade capitalista.

O último depoimento aponta para um outro fator que, acrescido à não potencialização da empregabilidade por parte das políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional, também contribui para o aumento da reincidência criminal: a própria condição de ex-sentenciado. Assim, um dos problemas centrais de quem sai da prisão, segundo os próprios presos, é encontrar trabalho, já que qualquer emprego exige atestado de bons antecedentes e a passagem pela cadeia vai significar um indesejável pertencimento ao mundo do crime. De acordo com um egresso: (...) *se a pessoa erra, é como se tivesse errado pelo resto da vida. Principalmente se for pobre, fica aquele carimbão* (FORESTI, 2008)¹⁶.

Nesta perspectiva, o empregador acaba escolhendo uma outra pessoa. Essa situação se agrava ainda mais para o preso, pois este, ao sair da cadeia, não dispõe de recursos para “recomeçar a vida”, já que a cadeia não oferece condições para que o

¹⁶FORESTI, Felipe. **Livre das grades, refém da cidade**. Disponível em: < http://caro.samigos.ter.a.com.br/nova/ed131/s_o_no_site_presos.asp>. Acesso em 20 de março 2008.

sentenciado exerça sua profissão ou aprenda alguma e muito menos consiga dinheiro para antever as dificuldades da saída.

Constata-se que a realidade dos sentenciados se agrava ainda mais, visto que “a sociedade que os enclausurou, sob o pretexto hipócrita de reinseri-los depois em seu seio, repudia-os, repele-os, rejeita-os” (SILVA, 1991, p.40). Nesse sentido, Foucault acrescenta:

As condições dadas aos detentos libertos condenam-nos fatalmente à reincidência (...). A quebra de banimento, a impossibilidade de encontrar trabalho, a vadiagem são os fatores mais freqüentes da reincidência (FOUCAULT, 2006, p. 223).

Um dos depoentes corrobora com essa assertiva de Foucault:

(...) a sociedade não muda não, porque sempre você vai ser o ex alguma coisa, e tudo que acontecer vai ser você. Você pode sair daqui trabalhar numa firma de carteira assinada se acontecer alguma coisa você é o ex (Egresso III).

Os egressos em seus depoimentos apresentaram suas opiniões sobre a sociedade:

O que eles iam pensar, o que eles iam falar, as críticas na hora de arrumar um trabalho, ver que eu já fui presa, eles não confiam (Egressa II).

A sociedade não tá nem aí pra gente não, quem tá lá é bem feito de estar lá, a pessoa nem sabe o que aconteceu na vida da pessoa para ele ir parar lá (Egresso III).

No atual mundo do trabalho, observa-se a dificuldade de um indivíduo que nunca cometeu um crime garantir sua inserção no mercado de trabalho. Essa situação é ainda mais precarizada para os sentenciados, que, além de serem rejeitados pela sociedade, em sua maioria, não possuem qualificação profissional para disputar uma vaga de emprego, o que dificulta ainda mais a sua inclusão social e aumenta os riscos de reincidência criminal. Segundo Silva: *deixa, aí sim, de haver alternativa, o ex-condenado só tem uma solução: incorporar-se ao crime organizado* (SILVA, 1991, p. 40).

Essa realidade também é retratada por Foucault, em contextos analisados por ele no século XVIII:

Operário condenado por roubo, posto sob vigilância em Rouen, preso novamente por roubo, e que os advogados desistiram de defender; ele mesmo toma a palavra diante do tribunal, faz o histórico de sua vida, explica como, saído da prisão e com determinação de residência, não consegue recuperar seu ofício de dourador, sendo recusado em toda a parte por sua qualidade de presidiário; a polícia recusa-lhe o direito de trabalho em outro lugar; ele se viu preso a Rouen e fadado a morrer aí

de fome e miséria como efeito dessa vigilância opressiva (FOUCAULT, 2006, p. 223).

Assim, Foucault, em sua pesquisa, a qual se refere aos sistemas prisionais do final do século XVIII e início do século XIX, já denunciara a dificuldade encontrada por ex-sentenciados de se inserirem no mercado de trabalho. Constatase, então, que a realidade do contexto atual não é diferente. Nessa perspectiva, o que se constata é um aumento assustador dos índices de reincidência criminal, já que a mesma sociedade que cria todo o sistema prisional sob o objetivo falacioso de “recuperar” o preso, não proporciona condições que garantam a reinserção social desse apenado, sobretudo, por meio de uma atividade laboral.

Percebe-se que as denominadas políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional são frágeis, inoperantes e não contribuem para a potencialização da empregabilidade dos sentenciados e tampouco para a redução da reincidência criminal. Nesse sentido, as prisões não cumprem o seu objetivo de “ressocializar” o preso, não diminuindo, portanto, a taxa de criminalidade, ao contrário, pode aumentá-las ou até multiplicá-las.

4.4 O SISTEMA PRISIONAL E AS PROPOSTAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS SENTENCIADOS

A fragilidade e a inoperância do processo de ressocialização implantado no sistema prisional revelam a falência da prisão como responsável pela “recuperação” do preso. As palavras dos próprios egressos corroboram com essa afirmação:

O sistema penitenciário brasileiro é horrível, porque primeiro eles não dão oportunidade pra pessoa trabalhar lá dentro, a gente fica sem fazer nada, só pensando no que vai fazer na hora de sair (Egressa I).

O sistema penitenciário brasileiro é muito falho, aquilo ali não ajuda ninguém a crescer, se você não é bandido passa a ser, se não tiver uma cabeça firme. Se uma pessoa chegou lá com 40 gramas de maconha, e chegou um assassino lá dentro, ele fica de três a quatro meses e sai de alvará sem dever nada e aquele que caiu com 40 gramas de maconha fica quatro anos (Egressa IV).

Nos relatos de outro egresso, é possível constatar que a prisão não atinge o seu objetivo de “ressocializar” o preso, contribuindo para aumentar os índices de reincidência criminal:

Não vale nada, não recupera ninguém, piora todo mundo. O cara é tratado igual animal, aí revolta, nem animal é daquele jeito. O cara tem que pagar pelo que fez, mas aquilo não recupera ninguém não. As condições que vive por exemplo, tem um espaço pequeno pra ficar dez pessoas o dia todo, sem fazer nada, o cara fica doido, aí começa a criar confusão um com o outro (...). Não tem nada pra fazer, vai fazer é crime do lado de dentro também (Egresso III).

Diante desses depoimentos, constata-se a falência do sistema prisional. Nessa perspectiva, a cadeia, tida como um lugar separado pela sociedade para a “recuperação” dos infratores da lei aparece desacreditada nas entrevistas com os sentenciados, sendo apresentada por eles como a “escola” ou a “faculdade do crime”, no que se refere ao aprendizado das regras do mundo do crime. Assim, para os presos, ao invés de “ressocializá-los”, a prisão contribui para aprofundá-los cada vez mais no mundo do crime.

A fala de alguns dos gestores do sistema prisional parece indicar, pelo menos nesse aspecto, algumas aproximações com a percepção dos sentenciados no que se refere à fragilidade das instituições prisionais:

Se percebe que ele tem ainda muito a avançar, em termos de ressocialização, de preparar essas pessoas para o que vem depois, que é a volta à sociedade. Eles passam por ali e ficam guardados por um determinado tempo, meio esquecidos, meio sem dar trabalho para a sociedade, mas são quase que uma bomba relógio, porque ficam lá guardados, quando saem reincidem no crime. Pelos índices que temos aí de reincidência, a polícia militar fala de 85%, já tem outras pesquisas que falam de 60%. Mas 60% ou 85% é um índice muito elevado de reincidência, isso significa que alguma coisa tem que ser feita, agora de imediato, para os que estão lá, para evitar mesmo essa bomba relógio, porque quando voltam acabam prejudicando a sociedade novamente (Gestor 1).

O sistema penitenciário não funciona bem, não está devidamente estruturado (diretor 2).

As contraposições existentes entre o que está posto na Lei de Execução Penal e a sua aplicabilidade também dificultam o processo de “ressocialização” do preso, como salienta o Juiz:

Eu acho a lei de execução penal muito branda, as frações para a progressão de regime são muito pequenas. Mas por outro lado, a estrutura que tem não permite que você a aplique. O preso do semi-aberto deveria estar em uma colônia agrícola ou industrial. O regime semi-aberto é o regime adequado para a qualificação profissional, se você pegar a lei de execução penal o regime semi-aberto é cumprido numa colônia agrícola ou penal, e onde nós temos isso? Em lugar nenhum (...). A lei prevê o trabalho externo do preso, ela prevê que ele cumpra a pena no semi-aberto, nesses estabelecimentos adequados à Qualificação Profissional. A lei é muito boa no papel, mas ninguém se preocupou em fazer o estabelecimento para se adequar a lei (Juiz).

Dentro do presídio e da penitenciária existe uma comissão de técnicos penitenciários responsável por analisar o levantamento de informações e do diagnóstico Biopsicossocial, de ensino, do trabalho e da conduta prisional (segurança) do preso, propondo um programa de medidas a serem desenvolvidas (Programa Individualizado de Ressocialização – PIR) e fazendo um prognóstico para ressocialização e reintegração do preso. A Comissão Técnica de Classificação (CTC), tem como presidente o Diretor Geral da Penitenciária/Presídio e as seguintes áreas: saúde, psicossocial, ensino, trabalho, jurídico e segurança. É importante mencionar as competências dos profissionais da CTC:

- Diretor geral: conduzir os trabalhos da CTC, viabilizando as providências junto aos diversos órgãos da Secretaria e junto às áreas de segurança, e ressocialização de cada Unidade Prisional, necessárias para a execução correta das Programações Individualizadas de Ressocialização (PIR, propostas em CTC. Responder perante a Secretaria de Defesa Social, pela execução e cumprimento da Lei de Execução Penal quanto a custódia e ressocialização.
- Diretor de Atendimento e Ressocialização: promover, junto às áreas responsáveis pelos atendimentos jurídico, de saúde, psicossociais, ensino e trabalho, o cumprimento dos processos e fluxos, constantes na norma de ressocialização. Coordenar e acompanhar a execução dos atendimentos propostos pelos profissionais em CTC.
- Núcleo Saúde: propor os tratamentos preventivos e curativos nas áreas médica, odontológica, psiquiátrica e de terapia ocupacional; propor o acompanhamento de saúde dos pacientes em tratamento; definir os critérios de tratamento e acompanhamento conforme o tempo de execução da pena e lapso temporal para os benefícios.

- Núcleo de Avaliação e Acompanhamento – psicólogo e assistente social: propor acompanhamento psicossocial ao sentenciado; realizar as visitas domiciliares e acompanhar o resultado das permissões de saída e das saídas temporárias do preso.
- Núcleo de Ensino: com base no tempo de execução da pena, no lapso temporal para benefícios e na avaliação educacional, propor um programa de educação escolar, ensino profissionalizante conforme a demanda de mercado interno e externo, educação complementar.
- Núcleo Jurídico: propor acompanhamento jurídico, de acordo com o tempo de execução da pena e lapso temporal para benefícios.
- Núcleo de Segurança: monitorar a conduta carcerária, propondo a alocação do preso e a necessidade de remanejamento de celas, pavilhões, alojamentos ou mesmo transferências para outras unidades prisionais.
- Núcleo Trabalho: com base na disponibilidade e perfil de vagas de trabalho, na análise da experiência profissional pregressa e dos interesses do preso, do tempo da execução da pena e lapso temporal para benefícios, no perfil criminológico e na capacidade física e mental, propor o encaminhamento do preso para o Banco de Reservas de Vagas.

Chegando ao presídio ou à penitenciária o preso é recebido pelos diretores de ressocialização. Nesta acolhida inicial, são esclarecidos ao sentenciado os seus direitos e deveres, normas e procedimentos da unidade penal, além da apresentação dos serviços e de atendimentos oferecidos durante sua permanência nesta própria unidade. A CTC se reúne regularmente para estudar a situação de cada preso e realizar os devidos encaminhamentos.

Existe dentro de cada unidade uma Comissão Técnica de Classificação, formada por psicólogos, assistentes sociais, pedagoga, advogado, um agente de segurança, o responsável pelo núcleo de trabalho, médico, dentista. Nessa reunião iremos decidir o que cada preso precisa. Ele pode trabalhar? Ele tem perfil psicológico? (...) Ele tem comportamento? (...) Já trabalhou com alguma coisa? (...) Só que tem a questão da saúde, na saúde ele não é apto, não é bom que se coloque ele naquele trabalho porque ele tem um problema (diretora de ressocialização 2).

É feito um formulário do PIR (Programa Individualizado de Ressocialização) para cada sentenciado. Este formulário é apresentado à Comissão Técnica de

Classificação (CTC), segundo a lei de execução penal, para averiguar se o preso tem condições de ir à escola ou até mesmo trabalhar.

Cada preso tem esse plano individualizado, ele pode tá bem psicologicamente, mas não tem comportamento, então não é hábil para ir pra uma escola, ele pode causar algum problema dentro da escola. Todos têm que passar por essa comissão, porque temos que analisar essa questão psicológica, de comportamento, que é fundamental. Aqui dentro tudo gira em torno da segurança, então tem que analisar isso, então passa por essa comissão que vai definir se ele precisa do ingresso escolar, mas como ele vê hoje a escola, como é o interesse dele, e a segurança, ele é um preso de bom comportamento, ele respeita normas, ele respeita as pessoas. É definido isso, por exemplo, hoje temos 160 presos estudando na unidade (diretora de ressocialização 2).

Para o preso receber uma progressão de regime, por exemplo, do regime fechado para o semi-aberto, o juiz solicita o PIR, ou seja, a avaliação do programa individualizado. Assim a Comissão Técnica de Classificação se reúne para averiguar se o preso pode ou não receber o benefício, na maioria das vezes o juiz acompanha a decisão da CTC. É válido ressaltar o caráter meritocrático presente nesse processo, assim a “recuperação” é entendida como restrita àqueles que se esforçam. Assim, teoricamente é acessível a todos, mas realizável apenas por alguns de acordo com sua vontade individual. *Dentro da cadeia a ideologia de recuperação é como a ideologia da mobilidade social – só ocorre para quem se esforça, ou trabalha (...)* (RAMALHO, 1983, p. 113).

É importante, portanto, analisar a opinião dos próprios sentenciados acerca dos processos de “ressocialização” e da equipe que desenvolve esse trabalho no presídio e na penitenciária:

Eles só falam, só pra ter aquela imagem, só pra dizer que eles estão tentando ajudar, pra começar eles tratam a pessoa muito mal, trata como um bicho (...) sofre humilhação em todos os sentidos, está sempre te lembrando que você fez algo errado. Já aconteceu até caso deu ver agente chamando presa de vagabunda, xingando, isso pra mim não tá ajudando, tá é piorando a situação da pessoa (Egressa I).

Esse tal de CTC é quando você apronta, eles levam lá pra dentro, pra te por de castigo. Lá se você tem uma dor de dente, eles vão lá e arrancam o seu dente. Nunca vi psicóloga nem assistente social lá não, dos oito meses que eu fiquei lá (Egresso III).

Outro depoimento revela ações baseadas no monitoramento, vigilância e falta de “credibilidade” nos sujeitos que, por suposição, estariam em processo de ressocialização para a vida social.

(...) é tudo limitado, tudo tem regra, você está trabalhando tem alguém te olhando, às vezes você não podia nem conversar direito. Aconteceu comigo uma coisa que eu fiquei muito chateada, lá dentro. No ano novo eu estava arrumando o cabelo das meninas e passou um pouco da hora, aí o agente já chegou brigando, dizendo que ia me comunicar, porque eu que era responsável pelo salão, e da próxima vez que eu demorasse eles iam me comunicar e elas não viram que eu estava trabalhando, foram muito sem educação, muito rude comigo (Egressa III).

Esse depoimento parece indicar regularidades com os aspectos analisados por Foucault (2006) no contexto do século XVIII. Nessa perspectiva, o autor afirma que a prisão é, ao mesmo tempo, um lugar de execução da pena e de observação de indivíduos punidos. Para ele,

É preciso que o prisioneiro possa ser mantido sob um olhar permanente; é preciso que sejam registradas e contabilizadas todas as anotações que se possa tomar sobre eles. O tema do Panóptico¹⁷ – ao mesmo tempo vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência – encontrou na prisão seu local privilegiado de realização (FOUCAULT, 2006, p. 209).

Destarte, o efeito mais importante do Panóptico é:

(..) induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 2006, p. 166).

¹⁷ O Panóptico de Bentham é uma construção arquitetônica de cunho coercitivo e disciplinatório. Assim, na periferia existe uma construção em anel; uma torre no centro, com duas vastas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada um atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Na torre central deve-se colocar então um vigia e em cada cela trancafiar um condenado (...) através do jogo de luzes, torna-se impossível ao detento (...) saber se naquele ponto central está ou não alguém à espreita (Foucault, 2006, p. 165-166).

Essa afirmação de Foucault (2006) ainda pode ser constatada no sistema prisional, é possível observar que toda a construção dos presídios e penitenciárias objetiva fazer com que a vigilância permaneça.

Um outro aspecto que demonstra a fragilidade do sistema prisional é a falta de um controle preciso sobre a quantidade de presos que reincidiu no crime. Como afirma a diretora de ressocialização 2:

Hoje não temos um sistema de informação única. O preso saiu daqui de alvará e foi pro Rio de Janeiro, e lá ele pode ser preso, isso é uma reincidência e eu não tenho como precisar isso. Se ele foi preso em Belo Horizonte, eu posso ver aqueles que saíram daqui e retornaram para o crime, mas isso é muito falho, é uma coisa que a gente vem falando em Belo Horizonte, que teria que haver um sistema único, onde cruzassem os dados daquela pessoa com todo o país, não é só no Estado não. Seria ótimo se existisse um dado como este, mas é praticamente impossível (diretora de ressocialização 2).

Esse relato aponta para outra deficiência do sistema prisional: a valorização dos dados quantitativos, isto é, preocupa-se com a criação de um sistema único para quantificar os presos reincidentes, ao invés de priorizar ações que realmente focalizassem a não reincidência criminal.

A falência do sistema prisional e a inoperância dos programas de ressocialização nele implantados são agravadas ainda mais pela desresponsabilização do Estado para com o sistema prisional.

4.5 A DESERÇÃO DO ESTADO PARA COM O SISTEMA PRISIONAL

Conforme analisamos no capítulo I, os precursores das políticas neoliberais defendem a idéia de uma intervenção mínima do Estado na esfera social, reduzindo sua atuação sobretudo no que se refere à questão social. Assim, o Estado apresenta-se como desertor, sobretudo, no “trato às questões sociais”, transferindo responsabilidades para a sociedade civil. Essa realidade também se manifesta no sistema prisional, já que a criminalidade é uma das expressões da questão social. Desse modo, por meio da pesquisa empírica foi possível constatar a deserção do Estado para com o sistema prisional. Esse fator me instigou a refletir sobre o binômio centralização e descentralização que permeia as ações do Estado com relação ao sistema prisional.

Nesse sentido, o Estado ora se apresenta como responsável pelo sistema prisional, no que se refere à criação de novos presídios, aumento do número de policiais, enfim, assumindo um caráter punitivo e centralizador; ora se apresenta como desertor e descentralizador, principalmente no que se refere às denominadas políticas de qualificação profissional, apontando a fragilidade do sistema prisional com relação aos processos de inclusão dos sentenciados.

O Estado demonstra o seu caráter centralizador no que tange à reprodução do sistema prisional, já que, segundo Marx, o surgimento das primeiras leis, a concepção de direito visam a regular e vigiar a relação capital-trabalho, constringendo à disciplina aquelas fatias do proletariado marginal que ameaçam a ordem estabelecida pela classe dominante. Desse modo, a manutenção da “ordem” burguesa significa a manutenção dos presos e, conseqüentemente, do sistema prisional. Isso se explica por dois motivos principais: o primeiro se refere aos estabelecimentos penais como um lugar destinado para alojar a massa sobrando do mercado de trabalho; o segundo diz respeito aos fatores econômicos provenientes do crime. O sistema prisional abrange uma grande parcela de indivíduos provenientes das “novas” formas de exclusão social: desemprego e precarização do trabalho. Além disso, não poderia deixar de mencionar o papel social exercido pelo crime e pelo criminoso, conforme salienta Marx:

(...) a delinqüência produz lucros sociais, além de delitos: “o delinqüente produz delitos” mas não apenas isso. “Produz também um direito penal, produz o professor que dá cursos sobre direito penal e até o inevitável manual em que este professor congrega suas aulas com vista ao comércio”. Além disso, o delinqüente produz “toda a organização da polícia e da justiça penal, produz os agentes policiais, os juízes, os jurados, etc., e essas diversas profissões, que constituem outras tantas categorias de divisão social do trabalho, desenvolvem as diversas faculdades do espírito humano, criam novas necessidades e novas formas de satisfazê-las. A tortura por si só provocou os inventos mecânicos mais engenhosos e deu trabalho a toda uma multidão de trabalhadores honrados, dedicados à produção de seus instrumentos. O delinqüente produz uma impressão de caráter moral e às vezes trágica, estimulando deste modo a reação dos sentimentos morais e estéticos do público. Além dos manuais de direito penal, de códigos penais e legisladores, produz arte, literatura, novelas e até tragédias” (MARX apud RAMALHO, 1983, p. 178).

É possível perceber o papel social que o crime e o criminoso desempenham na sociedade. Para tal, se faz necessária a existência de um Estado centralizador no que refere à manutenção e reprodução deste sistema. De uma certa forma, é do interesse da

classe burguesa a manutenção dos estabelecimentos prisionais e, em consequência, a manutenção do preso, visto que

(...) a história da sociedade burguesa é também a história da propriedade e da negação dessa propriedade – ou, em outras palavras, o crime; porque a história da sociedade burguesa é também a crescente e explosiva contradição entre as necessidades ou paixões individuais e padrões mecanicamente impostos de conformismo social; porque a sociedade burguesa, por si mesma, gera o crime, tem origem no crime e conduz a ele; ou talvez porque a sociedade burguesa seja, em resumo, uma sociedade criminosa (PINASSI, 2006, p. 42-43).

Ao mesmo tempo que o Estado se apresenta como centralizador, também aparece como desertor, principalmente no que se refere aos processos de ressocialização e, conseqüentemente, às políticas de qualificação profissional. Tanto em sua face centralizadora quanto desertora o Estado parece corroborar para a manutenção e reprodução do crime. Se o Estado se revelasse eficiente, sobretudo no que se refere aos processos de ressocialização do sistema prisional o número de reincidentes criminais seria cada vez menor e não o contrário. Portanto, a inoperância dos processos de ressocialização colabora para aumentar o número de crimes e criminosos, contribuindo para a manutenção do sistema prisional. É recorrente ouvirmos autoridades, como o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, reduzindo o problema do aumento da criminalidade, bem como da reincidência criminal à criação de um sistema penitenciário dito de segurança máxima, na ampliação do número de policiais ou numa revisão da legislação:

Isso mostra o nível de organização do crime organizado. As manifestações são localizadas. Uma hora em São Paulo, outra no Rio, no país inteiro. O Estado está fazendo sua parte. Ampliamos o sistema penitenciário, construímos penitenciárias de segurança máxima, aumentamos a polícia. Os índices de criminalidade vêm caindo. Neste ano vão cair ainda mais. O que eu defendo? A revisão da legislação (ÉPOCA, 22 de maio de 2006, p. 27).

O que se observa no discurso oficial é uma redução do problema dos altos índices de criminalidade e de reincidência criminal à criação de presídios e penitenciárias, aumento do número de policiais; enfim, todas estas ditas soluções não apontam para o cerne do problema, que, ao meu ver, perpassa pela atual questão social, resultado da constante luta entre as classes sociais: burguesia e proletariado. Enquanto houver a desigual distribuição da riqueza produzida e a manutenção da relação capital-trabalho, a criminalidade continuará a existir em números cada vez mais assustadores,

acompanhando a dinâmica do capital. Assim, todas as propostas de redução da criminalidade que não perpassarem pelo cerne da questão social não podem ser consideradas como soluções, mas apenas como paliativos. Contudo, saliento que o problema veiculado aos altos índices de criminalidade e de reincidência criminal está inserido em um contexto mais amplo que abrange o movimento do capital e, conseqüentemente, as novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho.

Como centralizador ou desertor, o Estado não direciona ações que solucionem os problemas relativos à criminalidade, pelo contrário, ela é remediada em “doses homeopáticas”, que se configuram como paliativos.

Os depoimentos dos egressos do sistema prisional apontam para a deserção do Estado em relação ao sistema prisional:

[o Estado] Não cuida não, não dá atividade pra eles fazerem, eles falam que os cara ficam falando no celular, mas não tem nada pra eles fazerem, não incentiva nada, quer deixar os cara tudo trancado (Egresso III).

(...) deve ajudar em questão de alimento, lá não falta nada em questão de alimento, mas a comida lá é muito mal feita, eu não comia lá, eu emagreci muito. Eles estão gastando um dinheiro em vão, porque joga muita comida fora, ninguém dá conta de comer (...). Tem carne mais é uma comida sem gosto, não tem tempero (Egressa II).

(...) tá muito devagar, o pessoal mesmo que trabalha para o Estado eles não dão valor, quando tem um bate cela, eles tiram coberta, eles tiram lençol, toalha, joga tudo lá e vai tudo pro lixo e eles não querem saber se é de família de preso, que levou ou foi e Estado que deu. Eles falam que um preso sai para o Estado 800,00, não sai isso tudo. Se tem cinco presos numa cela coletiva, eles pagam por semana dois rolos de papel higiênico, um sabão de quadro, uma pasta de dente e pronto. O café da manhã e da tarde é um pouquinho de manteiga no pão, um copo de leite, um pouco de café, no almoço e na janta é aquela carne crua, aquela comida é horrível (Egressa IV).

Este último relato revela que a detenta tem clareza que cada preso não custa o valor que o discurso oficial diz direcionar para cada preso, revelando os desdobramentos econômicos oriundos do próprio crime.

Os depoimentos dos egressos convergem com os dos gestores e diretores do sistema prisional no que tange à omissão do Estado:

(...) quer passar a obrigação dele para os terceiros sem muito compromisso. O poder público municipal dá um respaldo maior (...)

ele quer passar o trabalho dele pra frente sem oferecer respaldo, estrutura, um descompromisso mesmo (Gestor 2).

O poder público não preocupa com a ressocialização (...) a criminalidade aumentou (...) (Diretor 2).

Em contraposição às afirmações dos entrevistados acima mencionados, o Juiz afirmou:

Em Minas Gerais, a gente está até um pouco a frente. O Estado aumentou muito o número de vagas nos estabelecimentos prisionais, criou as centrais de penas alternativas, o NPCU (...) tem vários convênios com a APAC, o próprio tribunal de justiça tem o projeto novos rumos voltado para esse trabalho, visa até a profissionalização que trabalha em conjunto com as APACs que estão dentro desse sistema também. Eu acho interessante (Juiz).

Apesar dos programas criados pelo Estado em prol da prevenção à criminalidade, os relatos dos entrevistados, em sua maioria, apontam para a desresponsabilização do Estado com o sistema prisional e, conseqüentemente, demonstram a fragilidade dos processos de ressocialização como mecanismo de inclusão social, o que contribui para aumentar os índices de criminalidade.

É importante salientar ainda a fragmentação do trabalho de ressocialização existente entre os estabelecimentos penais e a diferença com que os sentenciados são tratados dentro do presídio e da penitenciária em contraposição à APAC e ao NPCU. No presídio e na penitenciária, a fragilidade do sistema de ressocialização é notável, como os próprios sentenciados relataram. No entanto, apesar das dificuldades encontradas pelo NPCU e pela APAC, o trabalho desenvolvido por estas instituições apresenta outras características como já foi mencionado anteriormente. O processo de ressocialização acaba sendo totalmente fragmentado, cada instituição possui uma filosofia de trabalho diferente da outra. Isso dificulta todo o trabalho de reinserção social do sentenciado. Um dos gestores afirmou:

Acho que em Uberlândia existem instituições que são excelentes, que têm um pensamento bastante inovador, que são atuantes, que se preocupam, ainda é preciso uma articulação maior, as pessoas trabalharem de maneira mais coesa, existe uma certa fragmentação. Tem iniciativas boas, bem sucedidas, só que no momento estão meio desarticuladas (Gestor 1).

Essa fragmentação aponta para a fragilidade do processo de ressocialização como mecanismo de inclusão social. É interessante mencionar que durante a apreensão dos dados, os entrevistados ressaltaram a deserção do Estado para com o sistema prisional e a inoperância do processo de ressocialização e apontaram algumas sugestões de como deveria ser o sistema prisional:

O sistema penitenciário deveria ser auto-sustentável. Nessa hora ia dar oportunidade para o pessoal trabalhar, não ficar na ociosidade, através do trabalho o próprio sistema se manter, por exemplo, alguém que fabrica os lençóis, alguém que planta as verduras, e assim por diante. Se isso acontecesse teríamos uma força maior para a inclusão social (...). Deveria ter ocupação para todo mundo o dia inteiro, como não tem, só funciona como castigo (...). Pra mim o sistema prisional que temos aqui, e na maioria do mundo, não serve para educar ninguém, só está guardando o pessoal (Gestor 2).

O governo gasta muito dinheiro com o preso e a penitenciária, quanto mais vai fazendo isso, mais cresce a criminalidade, se eles gastassem um pouco de verba numa firma, pra falar assim: você vai pegar esse tanto pra te manter aqui dentro, você teria responsabilidade, se você não comprar as suas coisas você vai ficar sem. O Estado dá o papel higiênico, o sabonete, a escova de dente, uma toalha, o lençol, uma fronha, uma cobertura sapeca negrinho, a comida não é boa, mas, pra quem não tem é um prato cheio, se construíssem uma firma, uma fazenda, sei lá, e o restante do dinheiro colocassem no pecúlio como eles colocam, e a pessoa ter o incentivo em falar: “eu vou sair em tal época e eu vou ter um dinheiro e montar alguma coisa pra mim” (Egressa IV).

É preciso repensar as atuais configurações assumidas pelo sistema prisional que muito contribuem para que “os presos retornem facilmente à chamada *vida do crime*. Ao fazê-lo, voltam de uma forma mais sofisticada, “com a mente mais evoluída” no que diz respeito ao saber do *mundo do crime*, em virtude do período que passou na cadeia” (RAMALHO, 1983, p. 115). Contata-se, então, que o ambiente da prisão deixa marcas profundas na vida de cada um que passe por esta experiência. Nesse sentido, gostaria de elucidar os sentimentos e percepções dos egressos do sistema prisional sobre esta difícil e talvez traumática experiência.

4.6 OS SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS SENTENCIADOS NA PRISÃO

Diante da realidade apresentada por este estudo, algumas indagações ainda me inquietavam, principalmente, no que concerne aos sentimentos e percepções dos egressos do sistema prisional sobre a marcante experiência vivida na prisão. Nessa última seção, objetivo elucidar as vozes dos ex-presidiários sobre: sua rotina na cadeia, os fatores que mais marcaram suas vidas depois da prisão, sua infância, seus sentimentos dentro da prisão e sobre seus maiores sonhos.

Como vimos no capítulo anterior, os sistemas punitivos, caracterizados ao longo da história pelas estratégias da classe dominante para evitar ameaças à ordem societal instituída e objetivando controlar as classes marginais, deixam marcas profundas naqueles que já vivenciaram esta experiência. Por esse motivo, nesta seção objetivo evidenciar as vozes dos egressos no que se refere aos seus sentimentos e percepções na prisão. Eles salientaram alguns fatores que mais marcaram suas vidas depois de terem sido presos:

A cabeça da gente muda bastante, a gente vira outra pessoa, acho que eu melhorei um pouco, antes eu não dava muito valor nas coisas, e hoje eu dou valor em tudo, porque ali eu passei muita necessidade, porque eu tenho problema de asma, eu fiquei muito doente ali dentro e quando não tinha o meu remédio eu ficava louca. Agora eu dou valor na família, na minha mãe, nos meus filhos, porque eu sofri demais sem meus filhos, agora passo mais tempo com eles (Egressa I).

Mudou tudo, até a forma de enfrentar as coisas, os amigos, porque amigo é seu pai e sua mãe, os outros são colegas, quando você tá numa dificuldade são poucos que ficam do seu lado. Eu consegui dar mais valor e viver mais pra mim e minha família (Egressa II).

Eu mudei, não quero essa vida mais (Egresso III).

A gente passa a dar valor nas mínimas coisas, dividir com o próximo o pouco que você tem, você ainda tá no lucro (Egressa IV).

Esses depoimentos me levam a refletir sobre as conseqüências que o capitalismo traz para os indivíduos, já que o sistema capitalista tende a corroer o caráter dos indivíduos, sobretudo, as qualidade de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de solidariedade e identidade (SENNETT, 1999). A sociedade do capital alastra e aprofunda males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, 2004). Esses sentimentos aguçados, pelo

capitalismo, também geram um individualismo exacerbado, matando a noção de solidariedade, devolvendo ao homem a condição primitiva de cada um por si e reduzindo as noções de moralidade pública e particular a quase um nada (idem, 2004). Os valores que regem o capital focalizados no individualismo e na satisfação de si mesmo e dos seus próprios interesses, também motivam os indivíduos a cometerem atos considerados criminosos pela sociedade. O capitalismo insere no indivíduo sentimentos de competitividade e insegurança, sobretudo, devido à atual flexibilização: *pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais* (SENNETT, 1999, p. 9). O que causa, para esse autor, uma certa ansiedade nas pessoas, estas, por sua vez, não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir. A flexibilidade causa um impacto sobre o caráter pessoal:

O termo caráter (...) é expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro (...). Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (SENNETT, 1999, p. 9).

Nesse sentido,

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se pode buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojatadas? Estas são questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível (ibidem, p. 10-11).

A corrosão do caráter causada pelo capitalismo contribui para aumentar cada vez mais a competição e a concorrência entre os indivíduos e é agravada ainda mais pela sociedade do consumo. Santos (2004) salienta que, no *sistema da perversidade*, o outro, seja ele empresa, instituição ou indivíduo, é considerado uma coisa, enfim um obstáculo à realização dos fins de cada um e por este motivo deve ser removido. Para esse autor,

(...) decorrem daí a celebração dos egoísmos, o alastramento dos narcisismos, a banalização da guerra de todos contra todos, com a utilização de qualquer que seja o meio para obter o fim colimado, isto é, competir e, se possível, vencer. Daí a difusão, também generalizada, de outro subproduto da competitividade, isto é, a corrupção (SANTOS, 2004, p. 60).

Nesse sentido, é importante refletir sobre uma questão posta em torno de duas problemáticas: individualismo e meritocracia. Assim,

Como pode permanecer coesa uma sociedade que se baseia em indivíduos cujo interesse é satisfazer suas próprias necessidades, como pode uma sociedade que se legitima em termos de recompensas alocadas por mérito no mercado reconciliar as flagrantes desigualdades de propriedade e de oportunidade? (YOUNG, 2002, p. 61).

Esta questão muito contribui para reacender egoísmos e quebrar a solidariedade, o que também pode ser apontado como um entre vários aspectos que causam o aumento da criminalidade e da violência nos dias atuais. Apesar de reconhecer e denunciar a degradação e aviltamento a que são submetidos, alguns presos salientaram que, após terem vivido esta experiência, estão aptos a valorizar mais a família, a “repensar” alguns valores corroídos pela sociedade do capital, sobretudo, os valores de solidariedade e de família. A família ocupa uma posição relevante na vida dos presos, os quais se referem aos familiares com sentimentos de arrependimento e tristeza.

Só tristeza, eu via a minha mãe naquele sofrimento junto com os meninos, tinham que enfrentar aquela fila enorme debaixo de sol quente, pra mim aquilo era o fim (Egressa I).

Angústia, tristeza, às vezes eu ficava triste de ver que tinha gente ali que estava sofrendo mais do que eu, tentava ajudar da forma que eu podia. Sentia muita falta da minha família, arrependimento das brigas que eu tinha com eles, eu perdi meu pai depois de cinco meses que eu fui presa egresso do sistema prisional (...) ele morava em um sítio, eu queria ter dado mais pra ele (Egressa II).

Triste, arrependida, via que o que fiz não me levou a nada, só naquele inferno (...). Não tinha uma noite que eu não chorava, por causa da minha filha, da minha, mãe, e saber que todo final de semana elas tinham que passar por aquela humilhação, de arrancar a roupa, escutar piadinha de agente (Egressa IV).

A meu ver, a família ou as relações familiares são elementos importantes no processo de ressocialização, fundamentais para a “recuperação” do preso, representando um laço de ligação do sentenciado com o seu possível retorno à vida na sociedade. Assim, uma ferramenta importante na ressocialização do preso seria o desenvolvimento de um trabalho que focalizasse não apenas a qualificação profissional, mas também a valorização da família e da solidariedade.

No entanto, a utilização da família como argumento não se dá de maneira uniforme, a referência da família muda de qualidade quando os presos relatam sua trajetória de vida, especialmente sua infância:

Foi difícil, meu pai morava na roça, salário mínimo pra cuidar da família, só no final de ano que ganhava roupa, quando fazia compras vez ou outra vinha uma bolacha. Brincar a gente quase não brincava, porque tinha que trabalhar, ajudar dentro de casa (Egressa II).

Com muita luta, fomos criados mais com parente do que com a minha mãe, porque ela tinha que trabalhar pra cuidar da gente (Egressa IV).

Esses relatos revelam a dificuldade enfrentada pelos sentenciados durante a infância, marcada principalmente por problemas financeiros e pela ausência dos pais. Essa realidade é recorrente na sociedade do capital. Com a precarização do trabalho, os pais de família tiveram que suplementar sua renda biscateando, fazendo hora extra, se ausentando ainda mais de seus lares, e ainda contam com a ajuda dos filhos e da família para sobreviver. O resultado disso pode ser visto nas ruas, sinais, feiras e frentes de supermercados; várias crianças e jovens vendem balas, fazem carretos para ajudar no aumento da renda familiar. De acordo com Zaluar (1994), a convivência de jovens prematuramente independentes e afastados do convívio familiar contribui para a formação de bandidos, com suas próprias leis, que foram constituídas no contexto de luta pela sobrevivência e seus inevitáveis conflitos. Nesse caso, a família passa a ser um dos elementos que propicia a introdução à vida do crime. Portanto, ao mesmo tempo que as relações familiares são fundamentais para o processo de ressocialização do preso, também podem ser um fator que propicia a sua inserção no mundo do crime.

Um outro aspecto que merece ser analisado é a centralidade e a importância que os sentenciados dão ao trabalho. A maioria deles, ao ser interrogada sobre seus maiores sonhos, se referiu ao trabalho como um meio para atingir seus objetivos pessoais, tais como: “montar o próprio negócio”, comprar a “casa própria”. O trabalho ocupa uma posição central na vida humana; por meio dele, os homens atendem as suas necessidades de sobrevivência.

Sonhos eu tenho muitos, só preciso colocá-los em prática, eu quero trabalhar por conta própria, ter a minha casa de novo, pra mim não é sonho é uma coisa que eu vou conseguir (Egressa I).

São tantos, e um deles eu sei que vou realizar, eu vou fazer o curso de cabeleireiro e montar o meu próprio negócio. Comecei a fazer unha e a cada dia tá aumentando a minha clientela (Egressa II).

Eu não tenho muito sonho não, sonho em viver bem como todo mundo, não ter inimigo (Egresso III).

Trabalhar, porque eu faço muitas coisas, ter minha casa, pra dar um lugar pra meus filhos (Egressa IV).

Diante das atuais configurações assumidas pelo mundo do trabalho, é cada vez mais difícil para aquele indivíduo que nunca cometeu crime se inserir no mercado de trabalho. Essa realidade, como vimos, se agrava ainda mais para o ex-presos. A ideologia que incorporam durante o processo de ressocialização que focaliza o trabalho como elemento ressocializador, de “retorno” à vida social, faz com que os presos mantenham esperanças de que ao sair da cadeia encontrarão trabalho. Esses dados me fazem pensar, ainda, sobre a forma com que o trabalho é preconizado para os presos. É como se o trabalho assumisse uma dimensão redentora, como se por meio do trabalho fosse possível satisfazer todos os desejos e aspirações. Assim, os presos evidenciam a centralidade do trabalho, colocando-o como um dos seus maiores sonhos, já que na sociedade do capital a inserção social pela via do emprego, do assalariamento, permanece como uma realidade efetiva, que sustenta a auto-identificação social.

Nesse sentido, percebe-se uma dupla dialética entre trabalho e sociedade. Primeiramente, há uma relação necessária entre formação social, capital e trabalho. A sociedade capitalista é incapaz de se reproduzir ou conservar sem a mediação do trabalho, mas, junto ao nexos necessário com o trabalho, o mesmo encontra-se em tendência declinante frente ao crescimento do capital. Em segundo lugar, a sociedade produz um nexos de dependência em todas as suas formas sociais com o trabalho, haja vista que a sociedade capitalista que vivemos, é uma sociedade do trabalho pela perspectiva dominante do capital (MAAR, 2006).

Pretendeu-se, pois, nesta última seção, mostrar os sentimentos e as palavras dos principais sujeitos desta pesquisa em contraposição à sociedade em que

(...) a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p. 4).

O depoimento de um egresso do sistema prisional corrobora com essa afirmação de Foucault:

A rotina de lá é uma realidade triste, às vezes você acorda em casa, mãe e pai, e acha que é difícil. Mas difícil é um lugar daquele, tem que obedecer pessoas que você nunca viu, você é muito ofendida e não pode falar nada se não você pode ganhar uma comunicação, aí ti prejudica na sua saída. Acordava 6:00 horas fazia tudo que tinha que fazer lá de fora, quando dava no máximo 18:00 horas trancava a gente, quando chegava final de semana, levantava cedo do mesmo jeito, deixava alguém no meu lugar, aí eu ia pra visita (Egressa IV).

Portanto, na sociedade em que vivemos, conhecemos o procedimento da *exclusão*, e o mais evidente e familiar é a *interdição*. Desse modo, não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, enfim, não se pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2004, p. 5). Por esse motivo, esta seção objetivou evidenciar as vozes de sujeitos marginalizados pelo sistema capitalista e refletir a respeito de seus sentimentos e percepções sobre sua experiência prisional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das atuais configurações assumidas pela sociedade contemporânea e ensejadas pela globalização, pela ascensão e consolidação do neoliberalismo e pelas transformações do mundo do trabalho, constata-se um aumento nos índices de criminalidade. Sob tal panorama, emerge uma parcela significativa de trabalhadores excluídos do processo produtivo, ampliando o histórico processo de produção da força de trabalho para o exército de reserva também denominado “massa sobrando”. No tempo presente, esse estrato da sociedade é composto de “meio-cidadãos”, que vivem à margem do acesso a bens materiais, culturais e sociais da vida da *pólis* contemporânea, como os criminosos, os vagabundos, as prostitutas, os narco-traficantes. Segundo Marx (1982), a força de trabalho excedente, desempregada, se vê obrigada a garantir sua existência através de artifícios e de estratégias que vão do biscoito ao crime. Esses aspectos não são peculiares à sociedade do século XIX descrita por Marx. Com efeito, tais mecanismos são inerentes ao movimento do capital, sendo recorrentes em diferentes contextos históricos, conforme as regularidades que encontramos no tempo presente, sobretudo no que concerne à produção da criminalidade.

A imensa maioria dos “criminosos” é proveniente da parcela degradada dos trabalhadores, da força de trabalho em excesso submetida às modernas formas de exclusão social: o desemprego e a precarização do trabalho. O movimento do capital, tendo em vista os processos de acumulação, expropria e transforma produtores diretos em uma imensa maioria lançada à mais absoluta pobreza e dependência do mercado de trabalho. Esses trabalhadores excluídos do mercado de trabalho foram criminalizados na história do capital. Desde o seu surgimento, as prisões foram utilizadas para abrigar os pobres, na verdade, os trabalhadores, a denominada classe inferior, com o intuito de proteger os interesses da classe capitalista dominante, organizando as relações de produção segundo a necessidade da sociedade burguesa.

O movimento insaciável do capital, que se nutre da exploração da força de trabalho, atinge atualmente dimensões assustadoras. São exorbitantes as taxas de desempregados, trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time* e outras formas de informalização do trabalho. Assim, não há como ignorar que este panorama, caracterizado pela precarização do trabalho e pelo desemprego, contribui significativamente para o aumento da criminalidade. Nesse sentido, se faz necessário

pensar a criminalidade tendo em vista os elementos histórico-culturais que a produzem, articulando-a com as determinações sociais. A criminalidade é por mim assumida na sua dimensão histórica e social, resultado das atuais configurações societais, sobretudo, no que concerne aos processos de precarização do trabalho, pautando-se portanto, em um olhar sociológico sobre tal fenômeno. No entanto, não pretendo que essa perspectiva seja universalizante, visto que considero a existência de outras causalidades e tipificações da criminalidade que podem ter abordagens diferenciadas sob o foco psicológico, filosófico ou ontológico. Minha intenção é, contrapor ao viés moralista e hedonista que atribui a criminalidade meramente a um “desvio de caráter” de forma individualizada. No entanto, não desconsidero que a sociedade do capital contribui para o aprofundamento de valores focalizados no individualismo, na satisfação de si mesmo e dos seus interesses próprios, inserindo nos indivíduos sentimentos de competitividade e insegurança, o que os motiva a cometerem atos considerados criminosos pela sociedade.

No que se refere à observação empírica, a pesquisa evidenciou a inoperância dos processos de ressocialização e a fragilidade das políticas de qualificação profissional implantadas no sistema prisional. Na realidade brasileira, a esfera governamental enfatiza que o processo de reintegração social do preso se dá por meio do trabalho. Assim, de acordo com o discurso dos gestores e diretores do sistema prisional, o trabalho é considerado um fator de “recuperação”. Para tanto, “políticas de qualificação profissional” são implantadas nos estabelecimentos prisionais como mecanismos de redução da reincidência criminal e inserção do egresso na sociedade.

Na realidade uberlandense, as denominadas políticas de qualificação profissional dos estabelecimentos prisionais são promovidas pelo Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPCU), pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), pelo Presídio Professor Jacy de Assis e Penitenciária João Pimenta da Veiga. Tais entidades priorizam trabalhos artesanais - produção de sapatos, bolsas, mochilas, bonés e tapetes em cordão. Além disso, os presos se dedicam ao plantio e cultivo de hortaliças. Essa realidade deve ser levada a efeito, tendo em vista a avaliação do que tem sido ofertado aos sentenciados e egressos do sistema prisional sob o discurso de sua inclusão. Os trabalhos de “qualificação” laboral desenvolvidos no âmbito do sistema prisional evidenciam meramente a reprodução de um conhecimento técnico que, ao meu ver, não garantem a inserção no mercado de trabalho e tampouco a geração de renda.

Os documentos do PNQ (2003) enfatizam a qualificação profissional como uma complexa construção social que não se restringe simplesmente a uma ação educativa de caráter técnico. No entanto, o que se constata é que a realidade existente no interior dos estabelecimentos penais se contrapõe ao discurso oficial do PNQ, revelando que os cursos oferecidos nos estabelecimentos prisionais são direcionados ao treinamento e ao adestramento para a aquisição de habilidades técnicas. Os projetos contemplam um amálgama de qualificação profissional enquanto domínio da técnica. Contudo, o campo empírico dessa pesquisa evidenciou que não há nos projetos, referências e condições concretas para a implementação de procedimentos pedagógicos que contribuam para o desenvolvimento das competências complexas que configuram o trabalho intelectual, principalmente, aqueles que assegurem o exercício da crítica, da participação política ou do acesso aos conhecimentos necessários para enfrentar os desafios propostos pela atual configuração da sociedade contemporânea, tendo em vista a formação de um profissional com autonomia intelectual e ética. Constata-se, portanto, um hiato entre as proposições presentes no discurso oficial por meio dos documentos do PNQ e as práticas dos cursos de qualificação profissional no sistema prisional. Verificou-se que as propostas de qualificação profissional são pautadas em cursos de treinamento e “adestramento” para a aquisição de uma habilidade motora de forma tênue e superficial.

Esse panorama evidencia o ciclo exclusão-inclusão-exclusão, focalizando o trabalho como um elemento com alto potencial ressocializador. Desse modo, como vimos, uma parcela considerável dos sentenciados é proveniente das “modernas” formas de exclusão social ensejadas pela precarização do trabalho e pelo desemprego, que estão diretamente relacionadas à categoria trabalho. A falta de trabalho ou as precárias condições de trabalho configuram as formas de exclusão social da sociedade contemporânea. No entanto, ao mesmo tempo que o trabalho é tido como um fator de exclusão, é também considerado pelos processos de ressocialização do sistema prisional como um fator de inclusão. Os gestores e diretores do sistema prisional defendem a idéia de que as “políticas de qualificação profissional” aumentam as chances de inserção dos sentenciados no mercado de trabalho e suas próprias condições de se tornar empregável. Assim, os sentenciados são incluídos em “políticas de qualificação profissional” que focalizam o trabalho como elemento ressocializador.

No entanto, tais políticas não potencializam a empregabilidade dos apenados, se caracterizando simplesmente na transferência de um conhecimento direcionado para a execução de trabalhos que exijam apenas habilidades técnicas. Os cursos oferecidos nos

estabelecimentos penais não contribuem para que os sentenciados aprendam uma profissão que aumente suas chances de inserção no mercado laboral ou de geração de renda, empurrando os egressos para o mercado informal, para o subemprego, para o trabalho autônomo, para o desemprego, corroborando com o aumento da reincidência criminal. Ao sair da prisão, os sentenciados se deparam novamente com as “modernas” formas de exclusão social - a precarização do trabalho e o desemprego, acrescidas a um outro agravante: a sua condição de ex-sentenciado, o que significa o seu “pertencimento” ao mundo do crime e dificulta ainda mais a sua inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, as “promessas” de qualificação profissional ensejadas pelo discurso governamental se constituem numa nova forma de culpabilizar os indivíduos pela sua situação social. A empregabilidade assume, então, uma configuração focalizada no indivíduo, responsabilizando-o pelo seu sucesso ou fracasso.

Outro aspecto que demonstra a inoperância do processo de ressocialização é a fragmentação do trabalho de “recuperação” do preso existente entre os estabelecimentos prisionais. No Presídio Professor Jacy de Assis e na Penitenciária João Pimenta da Veiga, o processo de ressocialização apresenta uma face mais punitiva, focalizando a repressão e a punição dos sentenciados; já na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados e no Núcleo de Prevenção à Criminalidade, o processo demonstra uma face mais preventiva, enfatizando especialmente a prevenção à criminalidade. O caráter fragmentador existente entre essas instituições e suas diferentes perspectivas de trabalho fragilizam o processo de ressocialização dos apenados. Portanto, a falta de integração dos estabelecimentos penais produzem ações isoladas e pontuais que também dificultam e fragmentam o processo de ressocialização dos presos.

A pesquisa revela ainda o binômio centralização e descentralização no que se refere às ações do Estado para com o sistema prisional. O Estado apresenta a sua face centralizadora com relação ao aumento no número de presídios, penitenciárias, policiais, reproduzindo e mantendo os presos e, conseqüentemente, o sistema prisional. Por outro lado, o Estado também se apresenta com uma face desertora no que se refere aos processos de ressocialização, sobretudo, no que tange às políticas de qualificação profissional, incentivando cursos focalizados em trabalhos manuais, direcionados para habilidades meramente técnicas. Essas “políticas” residuais, fragmentadas, de caráter pontual e isolado, não garantem a empregabilidade do egresso do sistema prisional e muito menos contribuem para que o sentenciado aprenda uma profissão que aumente as suas chances de inserção no mercado laboral. Percebe-se o desinteresse do Estado em

desenvolver ações que focalizem efetivamente a redução dos índices de criminalidade. O Estado, tanto na sua face centralizadora quanto desertora, parece corroborar com a manutenção da criminalidade. Por mais graves que sejam as críticas ao sistema prisional, por mais que se chegue à conclusão de que ele não cumpre suas finalidades básicas de punir o infrator e “recuperá-lo” para a sociedade, ainda assim, o sistema prisional é mantido e reproduzido pelo Estado.

A criminalidade assume hoje índices assustadores que abrange não só as classes denominadas subalternas, mas também a própria burguesia, que cria cada vez mais mecanismos para se proteger da violência e da criminalidade. Ora, se o Estado foi criado para atender aos interesses da burguesia, como explicar o fato de este mesmo Estado não realizar ações direcionadas efetivamente para a minimização dos índices de criminalidade, já que essa atualmente atinge diretamente a própria classe burguesa?

A face desertora do Estado para com a questão social configura um quadro desolador. As políticas públicas são caracterizadas pela sua precarização, focalização, privatização e pelo seu caráter emergencial e paliativo. O Estado prioriza a disciplina fiscal em detrimento das políticas sociais. Nesse sentido, criar ações que objetivem realmente reduzir a criminalidade significa colocar em xeque as bases do próprio capitalismo centrado na exploração capital-trabalho e na distribuição desigual da riqueza socialmente produzida. Com efeito, o movimento insaciável do capital não se propõe a resolver as refrações da questão social, como, por exemplo, a criminalidade, já que resolver tais expressões implicaria em ações que perpassariam a própria base de sustentação do capitalismo, ou seja, as contradições que permeiam as relações capital-trabalho e a distribuição da riqueza. Esta realidade paradoxal demonstra que o movimento do capital deixa questões que ele mesmo é incapaz de resolver, o que caracteriza a atualidade das palavras de Marx ao relatar que o capitalismo possui os germes da sua própria destruição.

Contudo, a pesquisa empírica, realizada por meio de observações *in loco*, análises dos documentos e dos relatos dos depoentes, possibilita concluir que as políticas de qualificação profissional, as quais têm sido implementadas nos espaços educacionais que atuam na prevenção à criminalidade como mecanismo de reinserção social e redução da reincidência criminal, são inoperantes com relação aos processos de ressocialização dos sentenciados. Essa conclusão, à primeira vista, pode denotar um alto grau de obviedade. No entanto, ela provoca a reflexão em relação a aspectos da realidade que dados estatísticos não revelam, que as políticas públicas não atingem e

que o poder público, em grande medida, negligência. Este estudo demonstra sua peculiaridade e importância ao desvelar o que está por trás dessa conclusão, colocando em relevo as vozes dos gestores, diretores do sistema prisional e, sobretudo, as vozes ocultadas, silenciadas e esquecidas dos próprios sentenciados. Os eixos de análise apreendidos nesta pesquisa não foram categorizados *a priori*. A dinâmica da pesquisa empírica e a transcrição dos relatos dos depoentes é que me possibilitaram a sistematização das categorias analisadas.

Embora a pesquisa desenhe um quadro desolador, acredito no potencial da intervenção da esfera governamental como provedora das políticas públicas voltadas para a qualificação profissional e para a reinserção laboral do egresso do sistema prisional. Contudo, para que seja possível sua efetividade, torna-se necessária a criação de, pelo menos, alguns mecanismos: acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas implementadas; integração das entidades promotoras, minimizando os efeitos de ações isoladas e pontuais; consideração dos potenciais dos apenados, visando ampliar o êxito da qualificação laboral; investimento nos processos de ampliação da escolarização para além da dimensão eminentemente técnica. Tais aspectos, aparentemente, demonstram certo grau de pragmatismo, no entanto, a busca do aprimoramento da gestão é um dos fatores imprescindíveis para o êxito do sistema. Por outro lado, é necessário realimentar nossas crenças no nosso papel de resgatar o histórico processo de conquista da cidadania, por meio do compromisso com aqueles que se encontram em situação de intensa exclusão e marginalidade, tanto dos bens materiais, quanto dos bens sociais produzidos historicamente pela humanidade.

Uma inquietação interna me faz acreditar, mesmo que para muitos pareça uma utopia, em um sistema prisional diferente. Para mim é nos limites em que está situada a humanidade hoje, que será possível trabalhar e implantar um processo de ressocialização que seja educativo e humanizador.

6. ANEXOS

PESQUISA EMPÍRICA
ROTEIRO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS PARA
ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO – (DIRETORES DO PRESÍDIO
PROFESSOR JACY DE ASSIS E DA PENITENCIÁRIA JOÃO PIMENTA DA
VEIGA)

- 1- Como surgiu presídio/penitenciária?
- 2- Quais os seus principais objetivos?
- 3- Quais profissionais trabalham neste estabelecimento prisional?
- 4- Como é organizado o corpo técnico?
- 5- Quais as atividades desenvolvidas pelos sentenciados?
- 6- Como é o dia-a-dia do preso?
- 7- Existe no presídio/penitenciária algum projeto de qualificação profissional? Quais os parceiros, os profissionais envolvidos, os objetivos? Qual o envolvimento dos sentenciados? Existe algum critério para selecionar qual sentenciado participará da qualificação? Quais os parceiros para a realização dos projetos de qualificação profissional?
- 8- Como o Sr. (a) avalia os cursos voltados para a qualificação profissional? Os objetivos e metas foram alcançados?
- 9- Na sua opinião, os projetos de qualificação profissional têm contribuído para reduzir a reincidência criminal? Algum sentenciado que participou dos projetos de qualificação profissional reincidiu no crime?
- 10- A seu parecer, de acordo com a realidade da instituição, qual a relação existente entre a qualificação profissional e a empregabilidade do sentenciado/egresso?
- 11- Na sua concepção, existe alguma articulação entre a qualificação profissional e a reincidência criminal? Justifique
- 12- Os projetos de qualificação profissional contribuem para a reinserção social do preso?
- 13- Qual a sua opinião sobre o sistema penitenciário brasileiro? O sistema penitenciário ressocializa?
- 14- Temos observado que em nível nacional tem havido um aumento significativo nos índices de criminalidade. A que o Sr. (a) atribui esse índice?

- 15- Além do alto índice de criminalidade, percebe-se um aumento nas taxas de reincidência criminal, a que isso pode ser atribuído? O que pode ser feito, para diminuí-las?
- 16- O que o Sr. (a) pensa da participação do poder público enquanto agente responsável pela redução da criminalidade?
- 17- O Sr. (a) conhece alguma atividade em que a iniciativa privada participa com o intuito de diminuir a criminalidade?
- 18- Sabemos que em Uberlândia existem vários núcleos/instituições que trabalham com a prevenção à criminalidade, qual a sua percepção sobre essas instituições?

PESQUISA EMPÍRICA
ROTEIRO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS PARA
ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO – (GESTORES DO NÚCLEO DE
PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE DE UBERLÂNDIA – NPCU; E DA
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS- APAC)

BLOCO - A

Questões gerais

- 1- Quais as atividades desenvolvidas pelos sentenciados/egressos?
- 2- Como é o dia-a-dia do preso?
- 3- Existe na instituição algum projeto de qualificação profissional? Quais os parceiros, os profissionais envolvidos, os objetivos? Qual o envolvimento dos sentenciados/egressos? Existe algum critério para selecionar qual sentenciado/egresso participará da qualificação? Quais os parceiros para a realização dos projetos de qualificação profissional?
- 4- Como o Sr. (a) avalia os cursos voltados para a qualificação profissional? Os objetivos e metas foram alcançados?
- 5- Após a qualificação profissional os sentenciados/egressos são encaminhados para o mercado de trabalho? Caso afirmativo, qual a porcentagem? Quais os critérios e mecanismos de encaminhamento?
- 6- Na sua opinião, os projetos de qualificação profissional têm contribuído para reduzir a reincidência criminal? Algum sentenciado/egresso que participou dos projetos de qualificação profissional reincidiu no crime?
- 7- A seu parecer, de acordo com a realidade da instituição, qual a relação existente entre a qualificação profissional e a empregabilidade do sentenciado/egresso?
- 8- Na sua concepção, existe alguma articulação entre a qualificação profissional e a reincidência criminal? Justifique
- 9- Os projetos de qualificação profissional contribuem para a reinserção social do preso?
- 10- Qual a sua opinião sobre o sistema penitenciário brasileiro? O sistema penitenciário ressocializa?
- 11- Temos observado que em nível nacional tem havido um aumento significativo nos índices de criminalidade. A que o Sr. (a) atribui esse índice?

- 12- Além do alto índice de criminalidade, percebe-se um aumento nas taxas de reincidência criminal, a que isso pode ser atribuído? O que pode ser feito, para diminuí-las?
- 13- O que o Sr. (a) pensa da participação do poder público enquanto agente responsável pela redução da criminalidade?
- 14- O Sr. (a) conhece alguma atividade em que a iniciativa privada participa com o intuito de diminuir a criminalidade?
- 15- Sabemos que em Uberlândia existem vários núcleos/instituições que trabalham com a prevenção à criminalidade, qual a sua percepção sobre essas instituições?

BLOCO - B

Questões específicas

- 1- Como surgiu a instituição?
- 2- Quais os seus principais objetivos?
- 3- Qual o público atendido pela instituição?
- 4- Quais profissionais trabalham na instituição?
- 5- Como é organizado o corpo técnico?
- 6- Quais os parceiros envolvidos na realização do projeto?
- 7- A instituição está vinculada a algum órgão? Qual?
- 8- Quais os projetos desenvolvidos?
- 9- Qual a finalidade dos projetos?
- 10- Quem são os parceiros?
- 11- Os projetos vinculam outras instituições? Qual (is)?
- 12- Com Sr. (a) avalia os projetos? Os objetivos e metas foram alcançados? Caso negativo, por quê?

PESQUISA EMPÍRICA
ROTEIRO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS PARA
ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO – (EGRESSOS DO SISTEMA
PRISIONAL)

BLOCO - A**Questões gerais**

- 1- Quais as atividades que você desenvolveu no Presídio/Penitenciária/Núcleo de Prevenção à Criminalidade?
- 2- Como é o seu dia-a-dia?
- 3- Você já participou de algum curso dentro de algum estabelecimento penal que você já esteve? Quais os cursos que você participou? Quem ministrou?
- 4- Você acha que esses cursos diminuem as chances da pessoa voltar para o crime?
- 5- Após participar do curso você foi encaminhado para o mercado de trabalho? Alguns dos seus colegas foram? Qual o critério de escolha?
- 6- Você acha que esses cursos ajudam a qualificar para o mercado de trabalho?
- 7- Existe alguma atividade que pode te ajudar a se qualificar?
- 8- Você acha que os cursos que você participou pode contribuir para sua inserção no mercado de trabalho?
- 9- Você acha que esses cursos contribuem para você se reinserir na sociedade?
- 10- Alguns dos seus colegas voltaram para o crime após participarem desses cursos? Caso afirmativo, por qual motivo?
- 11- O que você acha do sistema penitenciário brasileiro?
- 12- Você acha que o sistema penitenciário brasileiro contribui para te inserir na sociedade novamente?
- 13- Na sua opinião, por qual motivo a criminalidade tem aumentado tanto?
- 14- Quais os motivos que levam a pessoa a cometer o crime novamente e voltar para a prisão?
- 15- O que você pensa da iniciativa do governo com relação ao sistema prisional?

BLOCO - B**Questões específicas**

- 1- Idade do egresso _____.

- 2- Escolaridade _____. () completo () incompleto
- 3- Profissão _____.
- 4- Experiência profissional _____.
- 5- Como foi a sua infância?
- 6- Em que momento você se viu com influências que te levaram a criminalidade?
- 7- O que mudou na sua vida depois da prisão? Como você se sente na prisão como pessoa?
- 8- Qual a sua visão do mundo, da sociedade e da sua família?
- 9- Quais os seus sonhos ao sair da prisão?

7. REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. In: **Educação & Sociedade**. Campinas: Cedes, 2001, nº 75, p. 15-33.

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil** - contradições, impasses e desafios socioespaciais, Ed. Moderna, 1998, p. 175-177

ALEM, João Marcos. Relatório Preliminar sobre violência em Uberlândia – MG. Ago.2005. p.1-7.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital – a nova degradação do trabalho no capitalismo global**, Editora Parxis, Londrina, 1999.

_____. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Dimensões da globalização – o capital e suas contradições**, Editora Práxis, Londrina, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emili & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Ed. Unicamp, 2000.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (orgs). **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO. 2000b. P. 35-48

_____. **O Caracol e a sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Iazbeck (org.). São Paulo: Cortez, São Luiz, MA: FAPEMA,2006. p.41-51.

AVALIAÇÃO das condições de vida no setor sudeste de Uberlândia. Disponível em: <www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=426&article=152&mode=pdf>. Acesso em: 9 de novembro 2007.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; SAPORI, Luis Flávio. Diretrizes para uma política de segurança pública em Minas Gerais. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Investindo em políticas sociais**. Belo Horizonte: Roma, 2002. Vol VIII. (Coleção Minas Gerais do século XXI).

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Iazbeck (org.). São Paulo: Cortez, São Luiz, MA: FAPEMA, 2006. p. 90-129.

BEATO, Cláudio; BATITUCCI, Eduardo et al (orgs.). **Criminalidade violenta em Minas Gerais, 1986-1997** (Banco de dados). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG); Fundação João Pinheiro. In: Consórcio de Informações Sociais, 2004. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 03 setembro 2007.

BEATO FILHO, C.C. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.3, n° 37, p. 74-87, jun.1998.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL/TEM/SEFOR. **Guia do PLANFOR 1999-2002**. Brasília: SEFOR/FAT, 1999.

BRECHT, Bertold. Cinco maneiras de dizer a verdade. In: **Margem Esquerda**- ensaios marxistas. Boitempo, São Paulo, n° 8, 2006. p.193-206.

BILL, MV & ATHAYDE, Celso. **Falcão: meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOGDAN, R. E BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Ed. Porto, 1994

BORTOLOTTI, Marcelo. Sem limites para a barbárie. **Revista Veja**. Ed. 1995, ano 40, n° 6, Fev.2007, p.46.

CAMPOS, A. et al. (org.) **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: Dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 6ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. PLANFOR, Reforma do Estado e Acumulação Flexível: Tecendo Fios. In: **Educere Et Educare**, vol I, n° 2, jul/dez, 2006, p. 229-244. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/viewFile/266/195>>. Acesso em: 20 de abril de 2008.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
 _____. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (org.) **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. pp. 7-34.

CLARKE, Simon. **Crise do Fordismo ou a Crise da Social-democracia?** Lua Nova, São Paulo, nº 24, Cedec. 1991.

CONCARI, Sonia B. El enfoque interpretativo en la investigación en educación en ciencias. In: **Revista Ensaio**, v. 10, nº 36, p. 315-330. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, JUL/SET, 2002.

CORRIAT, Benjamin. **El Taller y el Robot (Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Masa en la Era de la Electrónica)**, México/Espanha, Siglo XXI, 1992.

DADOS consolidados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depen/sistema/CONSOLIDADO%202006.pdf>. Acesso em: 03 abril 2007.

DIAGNÓSTICO da criminalidade em minas gerais. Disponível em: http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/nesp/cvmg_corpo1.htm. Acesso em: 20 setembro 2007.

DINIZ, Ligia G. **A Reinserção Social do Egresso do Sistema Prisional pelo Trabalho: a experiência de Belo Horizonte**. Trabalho reelaborado após o encerramento do seminário “A Reinserção Social dos egressos do Sistema Prisional através do Trabalho e da Comunidade”- UFMG/ Março de 2005. Disponível em: <http://elocidadania.org.br/textos/textos.htm>. Acesso em: 23 setembro 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 66-76.

_____. **Pesquisa e construção de Conhecimento: Metodologia Científica a caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 09-38.

DORNELES, J.R.W. **O que é crime**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992

FORESTI, Felipe. **Livre das grades, refém da cidade**. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/nova/ed131/so_no_site_presos.asp. Acesso em: 20 março 2008.

FERNANDES, Fátima. **Indústria disputa trabalho barato de preso**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u105377.shtml>. Acesso em: 19 abril 2008.

FERNANDES, Fátima; ROLLI, Cláudia. **“Não estou aqui para ser explorada”**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u105379.shtml>. Acesso em: 19 abril 2008.

FERNANDES, Heloísa. Capitalismo Selvagem, dominação autocrático-burguesa e revolução dentro da ordem. In: **Margem Esquerda**- ensaios marxistas. Boitempo, São Paulo, nº 8, 2006. p. 167-176.

FIDALGO, Fernando e MACHADO, Lucília. O PLANFOR e a reconceituação da educação profissional. In: **Revista do NETE**, UFMG, no 6, p. 92-109, jul/dez 1999-jan/jun 2000.

FIORI, J.L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. As crises tornam-se cíclicas e, na sociedade, a vigência de duas verdades marca a distância entre os de cima e os de baixo. In: **Revista Carta Capital**. nº 81, setembro de 1998.

_____. O cosmopolitismo de cócoras. **Est. Av.**, maio/ago. 2000, vol.14, no.39, p.21-32.

FIORI, J.C. e MEDEIROS, C. (orgs). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRANÇA, Ronaldo. O Mapa da Crime no Brasil. **Revista Veja**, Ed. 1990, ano 40, nº1, Jan, 2007, p.57.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis; Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Digitalizado em 2004. Disponível em: < http://sabotagem.revolt.org/sites/sabotagem/files/Foucault_Michel__A_Ordem_do_Discurso.pdf>. Acesso em: 28 outubro 2007.

_____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 2006.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b. p.76-99.

_____. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: **Capitalismo, Trabalho e Educação**. José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.). 3ª ed. Campinas,SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005a. p.45-60.

GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 197 p. (Coleção Pensamento Crítico, v. 2)

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Taylorismo: na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUIMARÃES, Nunes Eduardo.etal (org.) **Relatório preliminar sobre a violência em Uberlândia/MG**. Ago/2005.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**, São Paulo: Loyola, 1989.

HAYEK, F.A., **O Caminho da Servidão**, Ed. Instituto Liberal, 5ª Edição, Rio de Janeiro, 1990.

HIRST, Paul Q. Marx e Engels – sobre direito, crime e moralidade. In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock (orgs.). **Criminologia Crítica**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 249-286.

HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em questão – a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBSBAWM,E. **A era dos extremos**. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUSSON, Michel. Globalização: novo horizonte do capitalismo. In: **Margem Esquerda**- ensaios marxistas. Boitempo, São Paulo, nº 8, 2006. p. 149-166.

IANNI, Octavio. **Karl Marx**. 2ª ed. Org. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1980. p. 7-13.

_____. O Estado-Nação na Época da Globalização. In: **Econômica**.Jun, vol.1, nº1.1999.

_____. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A sociedade global**. 11a. edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).Censo Demográfico 2000.

KOBER, Cláudia Mattos. **A qualificação profissional do ponto de vista de trabalhadores da indústria**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/claudiamattoskobert09.rtf>. Acesso em: 12 jan 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e**

crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção Estudos Culturais em Educação), p. 55-75.

_____. Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval e SANFELICE, José Luís S(orgs.) **Capitalismo, Trabalho e Educação.** 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, nº 96 – Especial, p. 877-910, out/2006.

LESSARD-HERBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 31-62.

LINHARES, Juliana. Terror pelo telefone. **Revista Veja.** Ed. 1996, ano 40, nº7, Fev. 2007, p. 39-45.

LIRA, Izabel Cristina Dias . Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Iazbeck (org.). São Paulo: Cortez, São Luiz, MA: FAPEMA, 2006. p.130-160.

LUCENA, Carlos; **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil.** Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A.. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: 1986. 99 p.

MACHADO, Marília Novaes da Mata. **Entrevista de Pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2002. p. 33-88.

MALUSÁ, Silvana. O docente, o sistema socioeconômico atual, a ética, e os desafios à educação. **Revista de educação do COGEIME,** Piracicaba/SP, Ano 10, Nº 18, p. 25-35, junho de 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Educ. Soc.** , Campinas, v. 19, n. 64, 1998 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 Set 2007.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. **Hibridismo e integração nas obras de Florestan Fernandes interpretativas do Brasil.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo: (s.n.), 2003.

MAAR, Wolfgang. **A dialética da centralidade do trabalho**. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a14v58n4.pdf>>. Acesso em: 30 abril 2008.

MARTINS, Carlos Estevam (1996) Da globalização da economia à falência da democracia. Campinas, Economia e Sociedade nº6 , junho/96.

MARTINO, Victor de. **Não há trégua**: as estatísticas desmentem que os bandidos descansam durante o carnaval. Revista Veja. Ed. 1997, ano 40, nº 8, Fev.2007, p. 88.

MARX, Karl . **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. **O Capital**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. 395p.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 218-229.

MARX, K.; ENGELS,F. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

_____. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangevilhe. SP: Moraes, 1978.

_____. **A Ideologia Alemã**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 11-14.

MATTOSO, J.E.L.**Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios**. In: Barbosa de Oliveira, C.A. e Mattoso, J.E.L. orgs. 1996. p. 27-54.

MENEGAT, Marildo. **O Olho da Barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Desempregado e precarização**: um grande desafio para a esquerda. In. ANTUNES, Ricardo. (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006. p. 27-44.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOREIRA, Marcelo Rasga. **Nem soldados, nem inocentes**: jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro, 2000, 161 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Saúde Pública), FIOCRUZ.

NETTO, Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NUNES, Walter. Você veio para me matar? **Revista Época**. nº419, maio 2006. p.25.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório global sobre discriminação no trabalho**. Genebra, maio de 2003.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO – **PNQ – 2003-2007** – Brasília: MTE, SSPE, 2003. Disponível em: < http://www.sine.pr.gov.br/setp/cqp/Pnq_2003_07.pdf>. Acesso em: 23 Set 2007.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (orgs). **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO. 2000. p.49-64.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle, 1997. (Cadernos Mare da Reforma do Estado, 1.).

PINASSI, Maria Orlanda. No mundo do capital, a ocasião faz o ladrão. In: **Ensaio Marxistas**. São Paulo: Boitempo, 2006, nº 8, p.42-48.

PINO, Mauro Del. Política educacional, emprego e exclusão social. In GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (orgs). **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO. 2000. pp.65-88.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In. ANTUNES, Ricardo. (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006a, p.59-73.

_____. Rumos da política do trabalho no Brasil. In. SILVA, Maria Ozanira Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006b, p. 23-40.

QUINNEY, Richard. O controle do crime na sociedade capitalista: uma filosofia crítica da ordem legal. In: TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock (orgs.). **Criminologia Crítica**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 221-247

QUINNEY, R. **Class, State and Crime**. Nova Iorque, Longman, 1977.

QUINTANEIRO, T. (org.). **Um toque de clássicos** . (Durkheim, Weber e Marx). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª Ed. 1983.

REFÉNS dos bandidos? **Revista Época**, 22 de maio de 2006. p. 26-29.

SANTOS M.A.F. **Violência Urbana e Homicídio em Uberlândia: Caracterização e Espacialização**. Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação do Prof. Dr. Júlio César de Lima Ramires. 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL; SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE. **Resultados do Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional da Cidade de Uberlândia**, 2006, 10 p. Relatório.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Augusto Santos; MADUREIRA PINTO, José (orgs.). **Metodologias das ciências sociais**. 8ª ed. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1986.

SILVA, Evandro Lins. **Sistema Penal para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

SORIANO, Faúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Trad. Ricardo Rosenbuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TAVARES, M.C., Globalização e o Estado Nacional. **Folha de São Paulo**. SP, 1997. p. 2-4.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo, Expressão Popular, 2005

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001351/135104porb.pdf>>. Acesso em: 05 junho 2007.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

YOUNG, Jock & WALTON, Paul & TAYLOR, Ian. **Criminologia Crítica**. Graal: Rio de Janeiro, 1980.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta** : as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Cidadãos não vão ao paraíso**: juventude e política social. São Paulo ; Campinas: Escuta ; Ed. da UNICAMP, 1994.

_____. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan ; Ed. UFRJ, 1994.